

# 100 entidades

## LÍNGUA À SOLTA

Edição 2023



O mar sai  
quando do teu  
são lágrimas  
de Portugal?

quem tem alma  
não tem alma  
sentir é  
criar  
tudo vale a pena  
(...) tem

Eu amo  
tudo que  
foi...

As vezes ouço  
Passar o vento; e só  
de ouvir o vento (...)  
todos os sons  
do mundo

O Poeta é um fingidor.  
Finge tão completamente  
Que chega a fingir que é  
A dor

# EDITORIAL

A presente publicação da revista *IDentidades* é decorrente da “Festa da Língua: Mostra Cultores e Cantares”, ocorrida em 5 de maio desse ano, Dia Mundial da Língua Portuguesa, transmitida pela rádio internacional *Culturaonline Brasil*, cujo eixo norteador sustenta-se sobre o *espírito* da Língua e no *gênio* da Língua, notadamente da Língua Portuguesa, de imensa capacidade pontifícia: construtora de pontes nas facetas do mundo, porque pertence a uma “ecologia” espiritual e a uma filosofia do ato, conectadas à essência mais profunda da experiência humana, é uma espécie de “alma” de um povo.

A Língua Portuguesa — um patrimônio vivo — carrega consigo, além de palavras e gramática, tradições, narrativas, mitos, saberes e valores acumulados ao longo da sua história. Mais do que um simples meio de comunicação, transcendendo os limites da linguagem comum, incorpora neologismos, adaptações e influências externas, sendo um reflexo da pluralidade da Lusofonia. Aliás, a Lusofonia deve ser entendida como a marca de uma atitude que quer apartar toda intolerância e servir-se de guia para o convívio aberto entre os falantes da Língua Portuguesa, conferindo a cada um deles uma fisionomia própria em consonância com as suas legítimas aspirações, mantendo e promovendo, por meio do mesmo idioma, uma identidade cultural que contribua para que o amálgama da globalização e seus elementos culturais exógenos não empobrecam e não fragilizem as potencialidades criativas e criadoras de portugueses, timorenses, africanos e brasileiros.

A edição de 2023 intitula-se *Língua à Solta* para recordar que a Língua Portuguesa originou-se na região da Galiza, primeiro berço do Português, bem como para salientar que as referências à fundamentação, acadêmicas ou oficiais, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) devem citar, inevitavelmente, a personalidade luso-brasileira de Agostinho da Silva. Ademais, discorre que a Língua Portuguesa transmite os arquétipos implícitos do humano que pouco circulam e não impressionam mais, tomados ao preconceito e à repressão, e desempenha um papel extraordinário no panorama global, um ativo estratégico para a colaboração internacional: presente em quatro continentes, falada por mais de 260 milhões de pessoas, estabelecendo-se como a sexta língua no cenário mundial. Essa expansão geográfica demonstra que é um veículo de conexão de *cultura entre culturas*, entre gentes vibrantes cujos expoentes enriquecem nosso entendimento da vida e da condição humana, ultrapassando fronteiras e aproximando diferentes sociedades em uma teia de relações.

Mais uma vez a *IDentidades* apresenta um mosaico de pensamentos, perspectivas e reflexões através de diferentes lentes culturais, sociais e acadêmicas, tendo recebido a contribuição da filósofa Maria Celeste Natário com adaptação de texto já publicado em *Itinerários do Pensamento Filosófico Português*: da ori-

gem da nacionalidade ao século XVIII (Lisboa, Zéfiro/ IF-FLUP, 2010); do professor e antropólogo cabo-verdiano Manuel Brito-Semedo, especialista em Etnologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, membro-fundador da Academia das Ciências e de Humanidades de Cabo Verde, da Cátedra Eugênio Tavares de Língua Portuguesa, da Cátedra Amílcar Cabral e da Associação de Escritores Cabo-Verdianos; do professor do ensino público da Junta da Galiza, membro da Academia Galega da Língua Portuguesa, investigador, escritor, poeta, ensaísta, ativista pela língua, pela história e pela cultura da Galiza, Katuru Barbosa que gentilmente proferiu artigo oriundo do jornal *A Pátria* (Galiza); do escritor, filósofo e historiador Arnaldo Niskier, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, que solicitamente cedeu artigo sobre Antônio Houaiss, escrito em celebração ao centenário desse humanista na Revista Brasileira, da Academia Brasileira de Letras. Também se fazem presentes as escritoras Risoleta Conceição Pinto Pedro e Raquel Naveira, a filóloga Enilde Faulstchi, a ensaísta Lúcia Helena Alves de Sá, a ativista cultural Luísa Timóteo, os filósofos João Ferreira, Renato Epifânio e Loryel Rocha, e o magistrado do Ministério Público português Jorge da Paz Rodrigues.

Agradecemos profundamente a cada autor que colaborou com sua expertise para esta publicação. Os artigos não são apenas palavras no papel; desde estudos acadêmicos a relatos pessoais, são reflexos de vivências e conhecimentos que moldam e desafiam nossa compreensão da identidade que nos une: a Língua Portuguesa e seus atributos — *Língua à Solta*. Portanto, encorajamos a todos à leitura desta edição que evidencia o que a *ID*entidades propõe: diálogo conversável em valorização de múltiplas vozes. É um convite à reflexão, à troca de ideias, ao entendimento mútuo e à disseminação de (in)formação. Ao embarcar nesta jornada conosco, consideramos os autores e os leitores peças fundamentais deste espaço que se configura como um fórum de aprendizado.

# ID entidades

## **Diretor e Editor**

Lúcia Helena Alves de Sá

## **Conselho Editorial**

Carlos Alves Moura  
Loryel Rocha  
Artur Novelhe  
Francisco Javier Rios  
Eurico Ribeiro

## **Revisão**

Sob responsabilidade de cada autor

## **Editor de Arte e Projeto Gráfico**

Vania Pio

## **Editoração**

Vania Pio

## **Imagem Capa**

Valdério Costa (2019)

## **Circulação**

[www.revistaidentidades.com](http://www.revistaidentidades.com)

## **Ano**

2023



INSTITUTO MUKHARAJJ  
EDIÇÕES



# ÍNDICE

Dialéctica do passado e do futuro: filosofia e cultura.....	5
Maria Celeste Natário / Universidade do Porto	
A gênese da língua numa ótica galega .....	13
Katuru Barbosa / Academia Galega da Língua Portuguesa	
Lexicografia e dicionarística.....	35
Enilde Faulstich / Universidade de Brasília	
A literatura galaico-portuguesa enquanto cifra ou a ondulação das letras da doçura.....	45
Risoleta Conceição Pinto Pedro / Escritora	
Antônio Houaiss: um homem múltiplo .....	53
Analdo Niskier / Academia Brasileira de Letras	
Do Agostinho da Silva e da língua portuguesa à solta .....	63
Lúcia Helena Alves de Sá / Instituto Mukharajj Brasilan	
Afinal que CPLP queremos?.....	93
Jorge da Paz Rodrigues / Magistrado do Ministério Público Português	
Sobre Agostinho da Silva .....	96
Renato Epifânio / Universidade do Porto	
Breve histórico: lusofonia e literaturas africanas de língua portuguesa .....	110
João Ferreira / Universidade de Brasília	
União das armas e das letras: literatura africana .....	115
Raquel Naveira / Escritora	
Estatuto da língua portuguesa em Cabo Verde .....	131
Manuel Brito-Semedo / Universidade de Cabo Verde	
Património coletivo .....	136
Luísa Timóteo / Associação Cultural Coração em Malaca	
A proposta do termo Hierofania para Fernando Pessoa .....	145
Loryel Rocha / Instituto Mukharajj Brasilan	



# DIALÉCTICA DO PASSADO E DO FUTURO: FILOSOFIA E CULTURA

MARIA CELESTE NATÁRIO

Universidade do Porto

A Idade Média, na Europa, tem como base o Cristianismo, ainda que a presença judaica e muçulmana, pelo muito que contém pelos seus aspectos comuns com o Cristianismo, não esteja ausente. A Europa, nessa época, constitui uma unidade espiritual informada e formada por uma única concepção de verdade onde Deus é referência final e primeira causa ordenadora do cosmos. O mundo, visto como macrocosmos ordenado a partir de Deus, constitui uma concepção comum às teologias cristã, judaica e muçulmana. A cultura medieval pode caracterizar-se, por um lado, como uma cultura optimista no sentido em que supõe uma ordenação integral do universo. Mas, se no plano metafísico há um optimismo, existe, por outro lado ou em simultâneo, um marcado pessimismo, este de natureza antropológica e moral, pois o homem é visto como um ser degradado, resultante de uma queda que radica no pecado original.

Para a unidade espiritual e cultural da Europa, o plano linguístico tem nessa época uma importância fundamental. O latim é a língua *internacional*, ou supranacional, que se fala e ensina nas instituições escolares. A concepção de verdade, na realidade, se toda a cultura e filosofia, era transmitida em latim, o que leva, aliás, alguns a questionarem se o latim foi uma causa da unidade espiritual da Europa ou uma consequência. Naturalmente, se uma cultura e uma filosofia deste tipo é veiculada para todos por uma única língua, essa mesma cultura e filosofia são muito mais supranacionais do que nacionais. Por isso, pode bem perguntar-se se podemos falar verdadeiramente, na Idade Média, de filosofias nacionais ou se haverá somente o que se pode chamar uma filosofia da *República* cristã.

É certo que Cultura e Filosofia são, em última instância, supranacionais. Contudo, podemos falar de algumas formas de “nacionalização” da Cultura e da Filosofia. A língua pode exactamente ser entendida como uma dessas formas, pois é sempre já numa língua que toda a Cultura e, em particular, toda a Filosofia se exprimem. Entre o século IX e o século XI, aquém e além Douro, englobando

a Galiza, a *língua portuguesa* começa a despontar. No sul, para lá do Mondego, sobretudo uma população moçárabe falava um dialecto com algumas características comuns ao português que vagarosamente ia evoluindo, até que se vai assistir a uma espécie de *exportação* por conquista, do norte do Mondego para todo o sul.

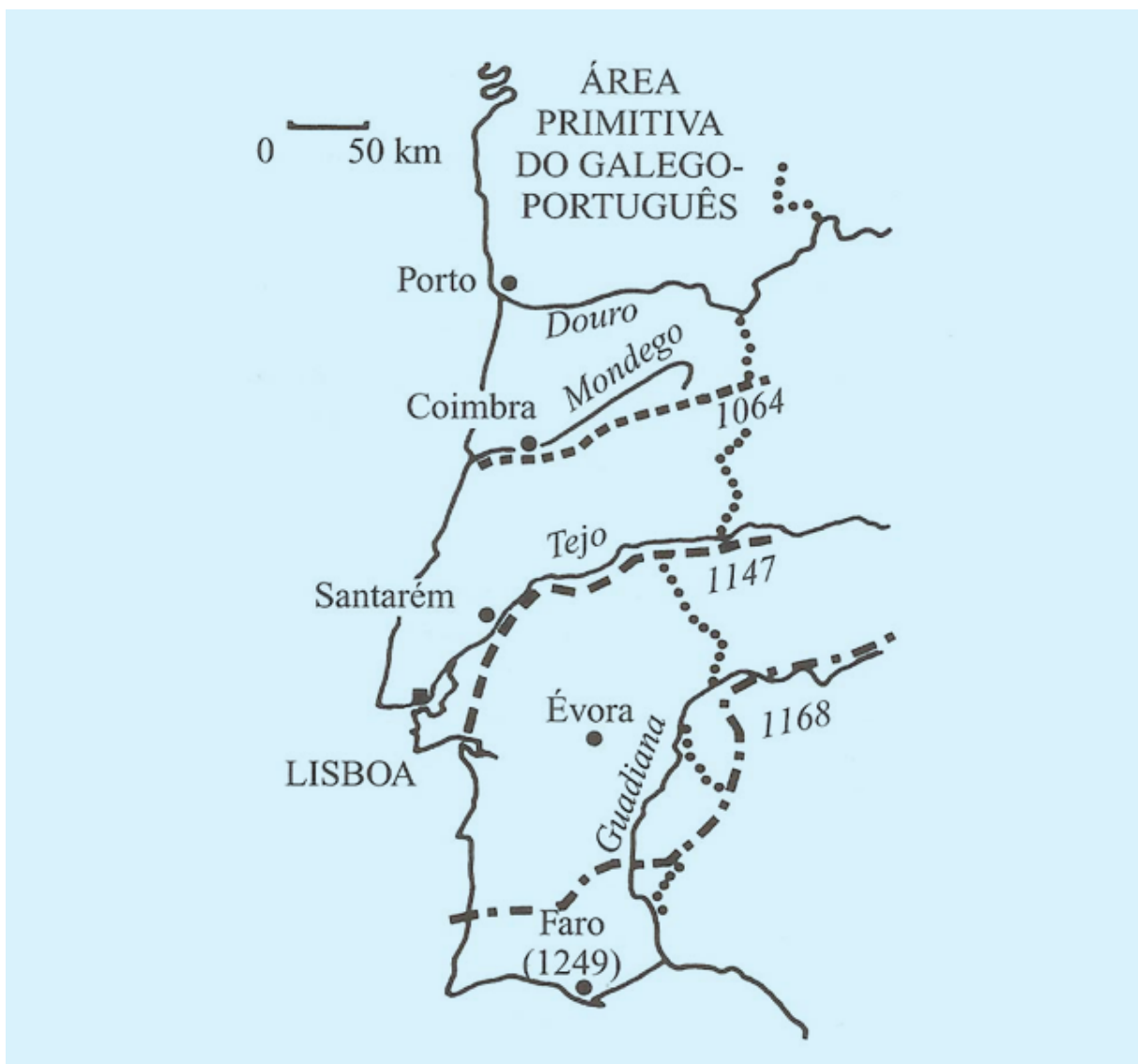


Figura: Etapas da “reconquista” portuguesa segundo P. Teyssier. Fonte: Teyssier, 1982 (Mapa 2, p. 9)

Não sendo de todo possível surpreender o movimento diacrónico da língua e do pensamento, e não sendo aqui esse o nosso intento, é possível simular aproximações a essa evolução da língua e do pensamento. Sabemos que as primeiras manifestações escritas da *língua portuguesa* são de poesia e só depois romances, ficção e, mais tarde, obras teóricas. Ora, o problema da língua e da construção sintáctica é fundamental para a expressão do pensamento. E há uma certa diferença entre escrever directamente poesia e escrever obras teóricas. Contudo, o exercício da escrita, primeiro em poesia e depois em romance, vai fornecer uma importante base para a escrita de textos teóricos mesmo se as primeiras obras de poesia escritas em português, como também depois as de ficção, não fossem para ser lidas, mas ouvidas.

As traduções assumem, também, nessa época, uma curiosa forma de “nacionalização” da cultura e do pensamento, conseqüentemente, de fazer evoluir a língua e, naturalmente, de difusão de conhecimento. São disso exemplo as vastíssimas traduções medievais da vida dos Santos, regras de conventos, romances, obras místicas, filosofia patrística, solilóquios de San-

to Agostinho, Santo Isidoro de Sevilha etc.. Assim, são duas as vertentes linguísticas a considerar: a via culta por meio das traduções e a via que se pode considerar mais popular, resultando da sua progressiva difusão comunicacional. É no final do séc. XVI que, genericamente, se considera constituída a *língua portuguesa*, mormente com o surgimento das primeiras gramáticas de Fernão Lopes e João de Barros, sendo que o primeiro dicionário surge apenas no século XVIII.

A nossa referência à língua reside sobretudo no facto de considerarmos que há importantes aspectos que nela têm significativa relevância para a expressão filosófica, mesmo que não se afirme categoricamente que esta ou aquela característica da língua tenha uma inequívoca incidência na Filosofia, apesar de isso poder ocorrer segundo alguns intérpretes. Sabemos, por exemplo, da capital importância para a Filosofia do verbo “ser”, que deriva do latim culto *esse* e do latim vulgar *essere*, de que o português é tributário. Mas, curiosamente, na constituição do verbo “ser”, o português foi, também, buscar o verbo latino *se(de)r(e)* que significava *estar sentado*, assim dando origem em português ao significado desse verbo





Pormenor dos *Painéis de São Vicente de Fora* representando Fernão Lopes



Fernão Lopes foi o primeiro cronista da História de Portugal, tendo até sido retratado nos *Painéis de São Vicente de Fora* (c. 1470-1480), pintura a óleo atribuídos a Nuno Gonçalves. Museu Nacional de Arte Antiga. <https://slideplayer.com.br/slide/8853027>





Frontispício da primeira edição da "Grammatica da Língua Portuguesa com Os mandamentos da Santa madre Igreja" de João de Barros. Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fonte: Revista da História da Biblioteca Nacional, ano 1, nº 8, fev/mar 2006. Data: 1539. Autor João de Barros (Viseu, c.1496 – Pombal, Santiago de Litém, Ribeira, 20 de Outubro de 1570) [https://pt.wikipedia.org/wiki/Grammatica\\_da\\_L%C3%ADngua\\_Portuguesa\\_com\\_os\\_Mandamentos\\_da\\_Santa\\_Madre\\_Igreja](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grammatica_da_L%C3%ADngua_Portuguesa_com_os_Mandamentos_da_Santa_Madre_Igreja)

como “ser” e “estar” de modo às vezes indistinto e alternado. Mas significa “ser” e “estar” a mesma coisa? Em termos fonéticos, a nossa língua permite o que pode chamar-se uma espécie de ondulação. Não se fazem cortes abruptos no tempo que passa, prolonga-se, no futuro, a própria fonética, o que parece decorrer de uma intensa nasalização dos ditongos em que as palavras parecem provocar eco. Contudo, há ainda um outro aspecto aparentemente paradoxal já que o português é, também, uma língua extremamente vocálica com uma grande subtileza de expressão: uma vogal nunca tem só um som, um tom ou dois tons absolutos, mas permite um som vocálico com várias tonalidades fonéticas.

Surgindo como uma língua, às vezes áspera, às vezes suave (derivado, também, às *nuances* que as vogais podem ter), e por particularidades diversas, entre as quais as que referimos, parece que a *língua portuguesa* não é formalista, mas antissistemática, pelo que a lógica gramatical e o espírito de sistema não é rígido. Às vezes, elípticos, outras hiperbólicos, outras redundantes, parece que o que na *língua portuguesa* mais interessa não é tanto a forma, mas o sentido do que se diz, sendo, por isso, uma língua tolerante. Essa tolerância pode, também,

ainda justificar uma outra característica dos portugueses que é a existência de relações de comunicação extremamente oblíquas. As nossas formas de tratamento pessoal são muito variadas: entre o tu, o você, o senhor etc., há uma infinidade de modos de difícil compreensão para quem não é português. Também, ainda na relação com o outro, temos, de um modo geral, grande dificuldade em dizermos rotundamente não, e os que têm essa facilidade são, em geral, conotados como agressivos. Entre o sim e o não existe para nós mais vezes um sim do que um não reticente.

Paralelamente, existem características da personalidade cultural portuguesa de natural e decisiva incidência e repercussão filosófica, a que também já aludimos. Eduardo Lourenço, um dos autores que, contemporaneamente, mais se tem debruçado sobre essas características fala, por exemplo, de dois extremos no nosso modo de ser: a pretensão a uma exclusividade nacional face ao estrangeiro, por um lado, e, no outro extremo, uma certa negação de qualquer especificidade, originando um esquema dualista e maniqueu, em que ou somos melhores ou não valemos nada. Em *O Labirinto da Saudade*, o referido autor analisa e discorre sobre esse assunto com impressionante lucidez, apontando



o sentimento de isolamento e um certo *complexo de ilhéu* como uma inequívoca marca dos portugueses.

Em relação ao estrangeiro, vivemos numa alternância entre a arrogância e a submissão, entre o complexo de superioridade e de inferioridade; continuamente desconfiamos do que vem de fora ou do que está lá, mas com um desejo de para lá partir, novamente regressando. Visto como um espaço isolador, não de ressonância do que sentimos, desde sempre tendemos para esse espaço. Aqui, sentimo-nos prisioneiros, e, lá, sempre queremos regressar. O complexo de isolamento leva nitidamente à incompreensão dos limites da nossa própria realidade. Assistimos, assim, em termos de discurso, a uma alternância em que ou nos subvalorizamos ou nos sobrevalorizamos, oscilando entre a ironia, o sarcástico e a auto-ironia. Aliás, na vertente por exemplo da hipervalorização nacional, e rompendo com o *sistema* e com o isolamento, viramo-nos para o futuro, sendo o *messianismo* a sua mais significativa expressão (com o Padre António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva), originando o *sebastianismo* como uma manifestação particular (atitudes que podemos articular com o messianismo judaico, ou não sofreu o povo judeu um similar complexo de isolamento?).

E é justamente, nesse contexto, que, também, podemos falar da “problemática da saudade”. Caracterizado por uma certa ambivalência, do sentimento da saudade pode dizer-se ser a dor de alguma ausência, uma ausência que pode ser objectivada, mas que é, na maior parte das vezes, a ausência de algo sem qualquer estatuto de corporeidade. Se atendermos à dor da ausência, ela não permanece, não é estática, porque como seu contrapolo existe a remomeração alimentada pela memória de uma presença passada ou futura (Pascoaes irá falar da “saudade do futuro”), podendo acontecer estar face à ausência de um estado ou de algo que nunca se teve presente, mas admitir a sua presença no futuro; é a ausência de um estado ideal que pela imaginação se constrói, sendo, por isso, futurável e não concretamente objectivável na presença. Há uma dialéctica do passado e do futuro e a dor presente tem a função de articular os dois tempos. Talvez, o platonismo e o neoplatonismo e mesmo o criacionismo na sua forma mais pura sejam uma forma de saudade. Há um presente que não se assume plenamente senão como dor, em virtude da ausência de um *objecto*, mas, sobretudo, de um estado de alma que se reputa de perfeição.



*Barcos* (1960). Pintura da artista galega Maria Antónia Dans Boado

# A GÊNESE DA LÍNGUA DUMA ÓTICA GALEGA

KATURO BARBOSA

Academia Galega da Língua Portuguesa

Trago à luz, apesar de tê-la apresentado há 4 anos no jornal *A Pátria* (Galiza), a questão relativa à *gênese da língua duma ótica galega* porque creio estar pertinente à proposta da Festa da Língua — *Mostra Cultores e Cantares da Língua Portuguesa*, que tem ocorrido desde 2014, tendo como eixo norteador *o espírito e o gênio da língua*, notadamente da língua portuguesa. A concertação da Festa da Língua de 2023, para a qual fui convidado a participar, teve como evocação a “Lusofonia à Solta” para celebrar e homenagear o “Dia da Língua Portuguesa”.

## 1. Ricardo Carvalho Calero

Dá-se um prolongado *introitus* não apenas para reivindicar a figura de Dom Ricardo, mas também, para introduzir uma série de elementos epistemológicos que têm a ver com uma visão da história da nossa língua não convencional, nem considerada pelo *stablishment* dominante na Península Ibérica.

Há uns anos que a Real Academia Galega (RAG) — Real, de “Rei”, mas não de “realidade” — decidiu, reunida em pleno, dedicar o dia das Letras Galegas de 2020 a um dos mais importantes intelectuais galegos do século XX: Ricardo Carvalho Calero. Dom Ricardo, como assim o chamamos ainda hoje aquelas pessoas que alguma vez o tratamos. Eu conheci Dom Ricardo, em 31 de janeiro de 1986 em Rianjo, com motivo do centenário do nascimento de Castelão. Eu era um rapaz de 23 anos e ele um lúcido aposentado de 76, quando a minha militância linguística me levou a admirá-lo imensamente, mas daí em diante poucas vezes tive a oportunidade de falar com ele. Só duas, acho, pois só quatro anos depois faleceria, deixando-nos uma muito boa herança e um insuperável exemplo de coerência.

Dom Ricardo foi o primeiro Catedrático de galego da Universidade de Compostela desde 1972, depois de ter passado por uma guerra contra a legítima República Espanhola, provocada pelo golpe de Estado de Franco, em 1936, foi preso e encarcerado por “separatista” para ser libertado em 1941, sem a possibilidade de ser reincorporado ao seu trabalho de docente do ensino público secundário onde ganhava a vida anteriormente ao levantamento militar que desencadeou o conflito armado.



Só a partir dos anos 50 é que consegue trabalho como professor num Liceu de Lugo vinculado, historicamente, ao progressismo e ao pensamento democrático, mas nem sequer nos seus piores anos de perseguição política e ideológica deixou de criar, de escrever e de pensar. Assim, elaborou uma interessantíssima e ainda nunca superada *Gramática elementar do Galego Comum*, publicada originariamente em castelhano e umas *Normas Ortográficas e Morfológicas para o galego* que a RAG, dentro da qual estava desde 1954, adoptou como próprias em 1971. Mas, a sua mais importante etapa é a partir de 1975, na que propõe a adoção do que se deu em chamar uma proposta reintegracionista da língua segundo a qual o galego faz parte do conjunto linguístico galego-português, percebido como uma única língua, e não duas, e, consequentemente, deve ser escrito seguindo as marcas gráficas, gramaticais e morfosintáticas que o português conservou e mantém na atualidade.

A morte do ditador, nesse ano de 1975, motivaria uma ingente mobilização de energias contra ele que o levariam a ser novamente um proscrito dentro do mundo do galeguismo linguístico até a sua morte em 1990. Mas, nesses quinze anos de renascimento militante e consequente, não estaria só, pois um importante número de resistentes que acreditavam nas suas teses foram criando grupos e associações que

puseram uma base sólida que sentaria as bases para que o movimento por ele criado fosse crescendo até o ponto de não poder ser obviado e mesmo gerar uma academia em 2008, a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), da qual nos honramos em fazer parte. Aliás, esse crescimento social está a gerar uma muito forte pressão nas instituições galegas que obrigou, mesmo, àqueles que antes o marginalizavam a reconhecerem o seu labor e a lhe dedicarem o ano de 2020 como o ano de Carvalho Calero, manifestado na dedicatória do Dia das Letras Galegas.

Essa gnoseologia nasceu já há séculos sob o poder do paradigma castelhanista que, em diferentes graus, atinge toda a Ibéria, impondo-se como dogma de fé. Como é óbvio, e por ser Dom Ricardo um poderoso regenerador do arquétipo e do protótipo da forma de visualizarmos e considerarmos a língua, é de lei fazermos referência ao conceito que ele tinha da matriz Gallaecia como um biotério onde fermentaram os romances mais importantes da península e teremos de recorrer aos seus textos considerados heréticos até agora pelos gestores oficiais da língua. Não chega em considerarmos as variantes galegas e portuguesas como formas resultantes duma mesma língua, ainda a dia de hoje, não. Consiste em pormos em valor a sua epistemologia completa e com ela o das suas origens.

Ricardo Carvalho Calero

---

# DA FALA E DA ESCRITA

---



## NA BEIRA DO MINHO

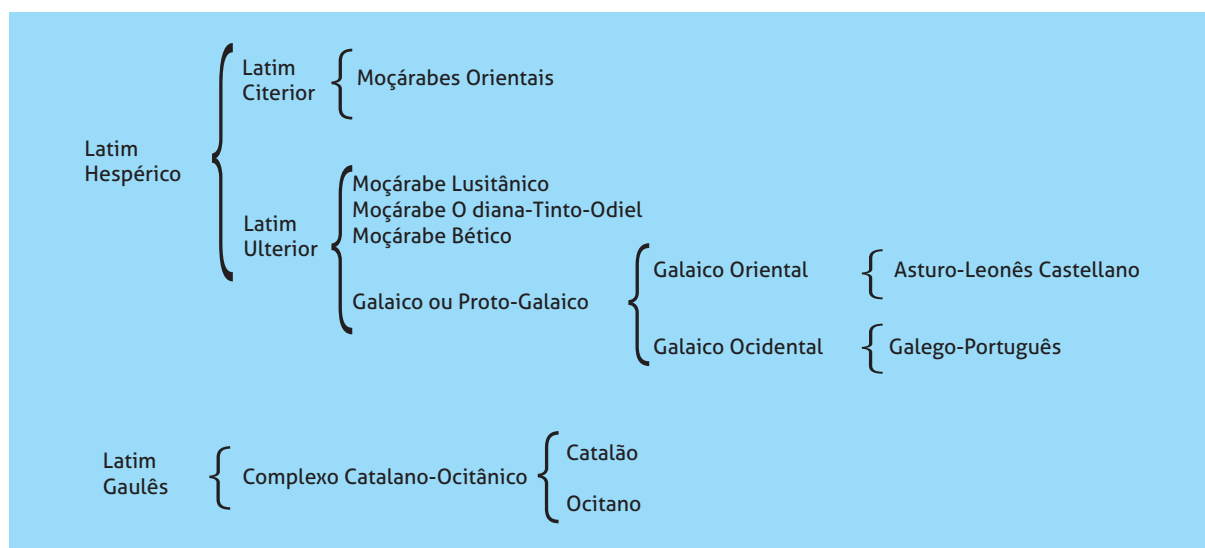
O rapaz: E logo os da beira de alá som mais estrangeiros  
que os de Madrid? (Non se soubo o que lhe respondeu o velho)

**GALIZA**  
editora

O livro *Da fala e da escrita* (Ourense: Galiza Editora, 1983), que Dom Ricardo publicou, em 1983, durante os anos da censura “democrática” (distinguimos “censura democrática” levada a cabo contra Dom Ricardo e os seus seguidores desde 1975 em adiante, da “censura franquista”, nascida com a guerra civil contra a República em 1936 e continuada até 1975 em formas e graus diversos) com a promoção da Associação Sócio-Pedagógica Galega (AS-PG), presidida na altura pelo meu querido amigo, companheiro de academia e anteriormente professor de Pedagogia, José Paz Rodrigues, foi editado pela histórica Galiza Editora. Um dos capítulos é dedicado à origem da língua com o nome de “*Gallaecia, viveiro de romances*” que adapto à Norma do Acordo o texto de Carvalho Calero. Em origem, está na norma denominada Associação Galega da Língua (AGAL), norma que durante épocas pré-AO (Acordo Ortográfico) usamos alguns

galegos reintegracionistas. Só há algumas pequenas variantes, a dia de hoje, superadas ou em vias de superação, como, por exemplo, “umha/algumha/nengumha” por “uma/alguma/nenhuma”; terminações em “-çom/-çons” em vez de “-ção/-ções” ou “Canto/Cando/...” por “Quanto/Quando/...”. E, nele, comenta-se-nos o seguinte:

Implantou-se, logo, o latim em Gallaecia sobre uns estratos nalgunha medida influídos pelo domínio celta, pois celta ou para-celta é o indo-europeu hispânico. Recorrendo à necessária abstração, e com as cautelas e reservas que toda abstração implica, podemos falar, em consequência, dum latim gallaeco, do que se derivou um pré-romance galaico, e mesmo um proto-romance galeco, que se estendia, diversificado em distintas realizações do Atlântico à Cordilheira Ibérica.



Este pré-romanço ou proto-romanço teve que apresentar primitivamente duas variantes, a atlântica e a mesetenha; é dizer, o fundamento do galego e o fundamento do leonês. E ambos romanços, em contacto com formas idiomáticas exteriores, produziram duas inflexões ou dialetos que estavam chamados a eclipsar culturalmente, como consequência da sua fortuna política, as respetivas polas nas que agromaram, implantado sobre o substrato moçarábico lusitano, o galego deu origem ao português. Projetado sobre o adstrato euskara, convertido às vezes em substrato pela penetração política leonesa, ou em superestrato pelas vicissitudes da repovoação, o leonês deu origem ao castelhano. Português e castelhano seriam, pois, originariamente, dialetos fronteiraços do galego e do leonês, respetivamente. A Gallaecia seria um viveiro de romanços. Quando os nossos eruditos ou afeiçoados do século XX incidiam teimosamente no erro de considerarem o castelhano como um derivado do galego, não faziam mais do que confundir, segundo a exposição anterior, o galego com o galaico ou galeco. Deste, sim se derivaria o castelhano, mas não através do galego — galego-*occidental* — *embora sim através do leonês* — galeco-*oriental* — (CARVALHO CALERO, R. *Da fala e da escrita*. Ourense: Galiza Editora, 1983, p. 16-17).

Dom Ricardo concebia a família Ibero-romance como o conjunto de falares nascidos na antiga Gallaecia onde os parentescos se apresentavam nítidos para ele. Galaico Ocidental e Galaico Oriental eram as duas formas variantes dessa proto-língua nascida no espaço ocupado pela Gallaecia tardo-romana, sueva e proto-medieval, manifestadas como línguas plenas em tempos muito posteriores, mas ligadas ao território que os historiadores galegos atuais identificam, também, com um Reino da Galiza alto-medieval e inclusivamente bem reconhecido e verificado durante a Idade Média plena. Completa Dom Ricardo a sua narração com o seguinte texto que continua o anterior (Galaico Ocidental e Galaico Oriental):

A relação, portanto, do galego e o castelhano seria muito estreita, como que o seu parentesco, a nível românico, é de segundo grau. O castelhano seria, não filho, mas sobrinho do galego. Os irmãos seriam o galaico ocidental, ou galego, e o galaico oriental, ou leonês. O galego, na sua fronteira sul, transformar-se-ia em português; como o leonês, na sua fronteira oriental, se transformaria em castelhano. A osmose entre irmãos — galego e leonês —, pais e filhos — galego e português e ainda leonês e castelhano —, tios e sobrinhos — galego e castelhano e ainda leonês e português — e co-irmãos — português



e castelhano — é, portanto, doada e continua, como que a um certo nível todas estas formas romances são realizações do latim galaico. (*Ibidem*, p. 18)

Dom Ricardo tinha-o muito claro e assim o deixou escrito. Mas ele, para além de publicitar claramente uma forma de conceber as origens da nossa língua, hoje conhecida internacionalmente com o nome de português, deixa dito com diáfana expressão o vínculo galaico da outra língua ibero-romance. Algo que para um castelhano de hoje seria especialmente subversivo e mesmo, vistos os matizes racistas e supremacistas do nacionalismo espanhol clássico, até seria considerado ofensivo.

Mas aí fica dito, nada mais e nada menos, que por Dom Ricardo, o Professor que foi reprimido e censurado em épocas franquistas, mas, também, censurado, ocultado, silenciado e marginalizado durante a etapa mais democrática da história do Estado Espanhol. Mas por se houvesse a mais mínima dúvida de ser esta narração dos factos histórico-linguísticos uma invenção gratuita dele, recorreremos em próximos textos a outros autores de não menos prestígio, mesmo internacional, cuja apresentação do organograma linguístico-familiar coincide com o exposto pelo nosso querido e admirado Dom Ricardo.



## 2. Carlos Peregrin Otero

Falávamos da figura de Carvalho Calero e da sua conceção da origem das Línguas ibero-romances. Para ele, Galaico Oriental e Galaico Ocidental conformava a duplicidade da qual saíram a nossa língua portuguesa, galega ou galego-portuguesa por um lado e a língua astur-leonesa, por outro, de quem nasceu o castelhano como fala mais oriental sob substrato ou adstrato basconço. Mas resulta que Carvalho Calero não foi o único que achava esta genealogia válida. Vários intelectuais aceitaram esta proposta que mesmo anteriormente a Carvalho tinham tratado o assunto.

Agora, vamos ver o que pensava o linguísta Carlos Peregrin Otero, nascido em Vila Nova da Lourençã lá pelo ano 1930. Este gramático e linguista, seguidor de Noah Chomsky, estudou, em Madrid, Ciências Político-Económicas e Direito para completar estudos em Berkeley onde se fez Doutor em Linguística e Literatura Românica onde, com vinte e nove anos, acabou fazendo parte do Claustro de Professores da Universidade de Califórnia, em Los Angeles, exercendo de professor de linguística e literatura espanholas e gerando uma grande revolução nos estudos sobre a língua castelhana.

De toda a sua obra, muita dela fiel ao chamado Programa Minimalista (PM)

ou Minimalista, de Noah Chomsky, dentro da Gramática Gerativa, destacamos o seu livro *Evolución y Revolución en romance*. Mínima introducción a la fonología (Barcelona: Ed. Seix Barral, 1976). Nele, comenta-nos o facto de considerar o galego num estado anterior de evolução linguística a respeito do castelhano. Este livro seu é um estudo diacrónico da língua castelhana onde bota abaixo todos os velhos conceitos que a velha linguística manteve sobre o castelhano durante muito tempo e manifesta a sua ideia de que o castelhano é uma derivação do primitivo romanço galaico.

A censura franquista proibiu este último livro na sua edição inicial, obrigando-o a mudar parte do seu texto para adequá-lo aos paradigmas nacional-católicos dos anos da ditadura. Um desses atos de censura foi o facto de ele afirmar que o galego é um passo anterior ao castelhano, criticando que os hispanistas concluíssem com grande convencimento uma origem do castelhano independente e com vocação imperial. Quando foi recuperada a sua liberdade para exprimir o facto, Peregrin manifesta assim o seu critério à página 53:

Se tivermos testemunhas escritas de uma época muito antiga, a finais do primeiro milénio, comprovaríamos que ambos os idiomas (gale-

go e castelhano) diferiam muito pouco. A sintaxe atual do galego é mais arcaica, nem só tem propriedades do castelhano de há mil anos mas que parece plausível que estas propriedades foram comuns. A similitude deve-se a que o galego evolui mais lentamente do que o castelhano ainda que, durante séculos, dá passos similares. É como se as línguas românicas estivessem canalizadas para seguir um mesmo percurso e que as diferenças fossem de rapidez em fazê-lo.

Para Peregrim Otero, a Hispânia medieval estava conformada basicamente em duas realizações linguísticas: uma de base galaica no norte cristão (reparemos que não computa nem o navarro-aragônês nem o catalão como línguas hispânicas, talvez, por existir maior vinculação às falas gasconas, no primeiro caso, e languedocianas, no segundo, ambas dentro do complexo catalano-ocitânico e, portanto, gaulês-romança) e outra de base moçárabica no sul. Esta última recebe, para Peregrim Otero, o nome de "Yudió" por ser o conjunto de falantes judeus, isto é, sefarditas, os que melhor conservaram esta fala. Já não hebreu, que só falavam em rituais religiosos e que em muitos casos nem eles percebiam, mas em romança moçárabica que

escreviam com o alfabeto "álef-beit" (chama-se, assim, alfabeto "álef-beit" o usado para a língua hebraica e ainda usado para os aljamiados hispânicos, isto é, as línguas romances moçárabicas usadas no Al-Ândalus medieval), conformando uma realização linguística escrita cujo nome passou-se à história com o nome de "aljamiado", isto é, um romança hispânico escrito com grafia judia (ou árabe). Finalmente, o moçárabico recebeu a presença do romança norteño quer na sua forma galega em Portugal quer na sua forma castelhana no centro peninsular que determinam a evolução posterior de ambas as línguas, galego e castelhano com características distintivas que terminariam fazendo-os português e espanhol.

Galego seria a português o que castelhano a espanhol. O nome da língua centro-peninsular, a dia de hoje, pode ser referido como castelhano ou espanhol, sendo ambas consideradas sinónimas, mas, na evolução da língua, o castelhano seria um passo anterior e o espanhol posterior, surgido a partir da influência das falas moçárabicas no castelhano primordial. Isso se passaria com o galego e o português. Ora, o tratamento de ambas as realidades linguísticas galego-português, por um lado, e castelhano-espanhol, pelo outro, é dife-



rente por causas políticas. Castelhana e espanhol são dois nomes para a mesma língua embora haja quem, desde posicionamentos ideológicos determinados, considera que galego e português são duas línguas diferentes quando na realidade são a mesma.

A diferenciação para Peregrin Otero está determinada temporariamente por meio dum esquema que aparece no seu livro. Para ele, e desde os primeiros séculos da romanização, existem dois romances hispânicos: um galaico e outro hispânico meridional. Por volta do século VII, segundo ele, começa a diferenciação das falas galaicas que levam a um galego medieval, por um lado, e a um leonês medieval pelo outro, consolidados já no século X. Seria daí quando o castelhano apanharia identidade própria, chegando-se com o tempo ao que hoje consideraria Peregrin como o galego lusitano, por um lado, ou português e o galego galiciano atual por outro. Na sua linha leonesa, também, a diferenciação seria em leonês atual, por um lado, e castelhano atual pelo outro, não diferenciando-se muito do esquema proposto por Carvalho Calero.

No que diz respeito da evolução do hispânico meridional e posterior romance moçárabe, não se estende muito nem se para na consideração dada por

alguns autores que dividem as falas moçárabes em pelo menos umas cinco ou seis variantes diferentes. Algumas delas fronteiriças com as falas cristas nortenhas e, com certeza, com ampla base de compreensibilidade mútua, como, por exemplo, no caso do moçárabe lusitano que apresentaria um *continuum* com as falas galaicas tanto orientais quanto ocidentais ou o moçárabe central toledano com o castelhano da mesma maneira do que o moçárabe valenciano com as realizações nortenhas catalãs. Peregrin simplesmente considerou um único moçárabe.

Entendemos que o denominado de “espanhol atlântico”, que supomos se corresponde com o castelhano americano, estaria originado em origem no castelhano medieval por confluência com “espanhol medieval” que supomos, também, identificado com as falas moçárabes hispânicas centrais. Supomos que a perseguição dos mouriscos e o seu ocultamento como tais produziu a fusão das falas moçárabicas com as falas nortenhas, gerando o atual português central e meridional, assim como as falas estremenas e andaluzas. Essas variantes seriam com o tempo as que se imporiam na colonização de Canárias e América no caso castelhano.

Para nós, o esquema poderia aperfeiçoar-se ainda que basicamente a genealogia conformadora do galego-português e do astur-leonês (com o castelhano incluído) se corresponda com a de Carvalho Calero. Também, do nosso ponto de vista, as cronologias não nos pareçam muito exatas, pois, seguindo autores como o Professor Roger Wright em *La enseñanza de la ortografía en la Galicia de hace mil años* (Universidade de Santiago de Compostela. Servizo de Publicacións e Intercambio Científico. Verba. Anuario Galego de Filoloxía, vol. 18, 1991):

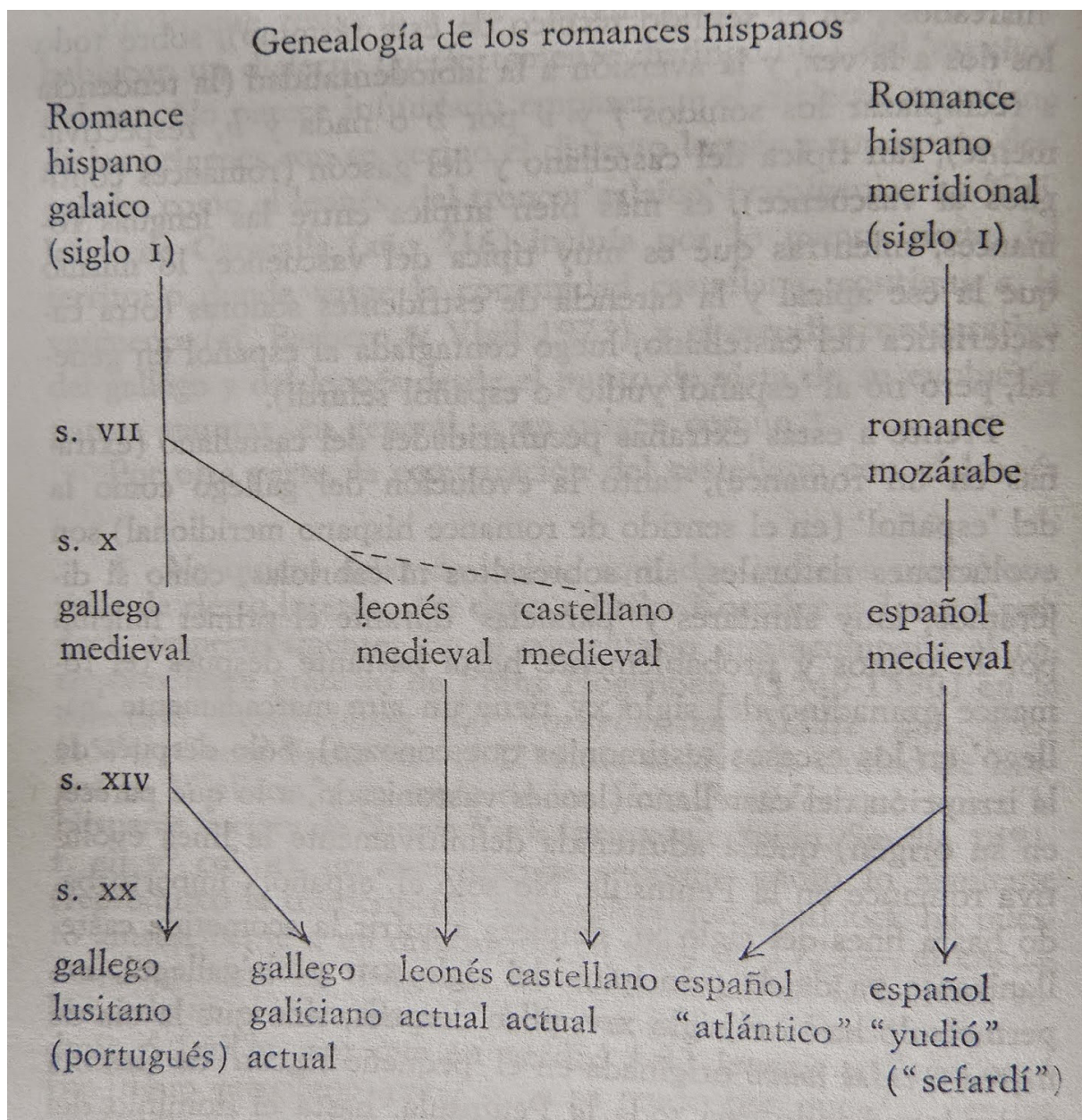
Antes do milénio e talvez antes do século XIII teremos de desterrar também os conceitos distópicos, pouco úteis e anacrónicos tais como galego, leonês, castelhano [...]; todos esses conceitos modernos estorvam à vista clara. A península (aparte dos que falavam basco, árabe, hebreu, etc.) formavam uma grande comunidade de fala complexa mas monolíngue.

As diferenças começariam a manifestar-se com força por volta do século X em diante, de tal forma que podemos ver textos castelhanos dessa época com características iguais às do galaico ocidental ou galego-português. Comentamos Alonso Zamora Vicente, no seu livro

*Dialectología Española* (Madrid: Ed. Gredos, 1980, p 90. 2ª Edição, 5ª reimpressão), sobre a ditongação:

As formas sem ditongo, tão frequentes, não respondem à fala viva, mas a diversos pesos operantes sobre os escribas e tabeliões. Todo o Reino leonês tinha sido fundado sobre a área da antiga Gallaecia e abrangia dentro dos seus limites um território que não ditongava: a Galiza. Sobejam as testemunhas de dentro e de fora da península que identificam Leão com Galiza. O prestígio cultural da Galiza, sobre tudo no século XII, era enorme: existe inclusivamente um documento de 1185, de *Matilla de la Seca, para Leste do Araduey* [Matilla de la Seca é um Município Samorano situado na Comarca de Toro e próximo à atual província de Valhadolid] *quer dizer, já oriental, que apresenta todas as características galego-portuguesas. A estes escribas galegos ou galeguizados há que imputar as ultracorreções (luedo, fuerma, puebres etc.), que surgem mais tardiamente.*

## Genealogía de los romances hispanos



Genealogia das línguas da península / Linha evolutiva das línguas da península. A imagem foi extraída da página web que, também, nos serviu de referência linkográfica: <http://geospa.blogspot.com/2014/07/31-las-espanas-galaica-y-yudio-moros.html>

Da mesma maneira parece-nos uma observação interessante a que faz o historiador castelhano do século XV, Frei Prudêncio de Sandoval, quem, numa História da Espanha redigida no século XIII e provavelmente traduzida ao galego-português no século XIV, nos diz acreditando na sua antiguidade que está em uma: "lengua castellana tan cerrada que parece portuguesa" (Rico, Sebastián (1970): *Presencia da lingua galega*. A Crunha: Ediciós do Castro, 1973, p. 8-9).



No que diz respeito à suposta unidade linguística peninsular anterior ao século XIII, comenta-se que, talvez, não fosse monolíngue, mas, sim, do nosso ponto de vista uma realidade distinguida em dois grandes blocos à sua vez subdivididos internamente. Por um lado, as falas latinas da Hispânia Citerior e, por outro, as da Hispânia Ulterior. As primeiras estariam divididas em duas: no Norte cristão, o galaico (ocidental e oriental) e, no Sul, os moçárabes lusitano e bético com uma região intermédia, na que pelas características próprias do moçárabe da zona, poderíamos reconhecer uma variedade distinta do lusitânico e do bético por onde confluem os rios Tinto, Odiel e Odiana, ocupando territórios atuais algarvios orientais, alentejanos, também, orientais e onubenses; a segunda estaria conformada pelas falas tarraconenses identificadas no navarro-aragonês e, no catalão no Norte, aparentadas com o gaulês-românico e, no sul, os moçárabes cartaginenses centrais e orientais. Calcula-se que, na região valenciana, haveria um moçárabe autóctone de confluência cartageno-tarraconense por onde se daria a expansão do catalão.

As teorias de Peregrin Otero, dos anos 70, são quase contemporâneas às de Carvalho Calero que, provavelmente, conhecia a obra do marinhão (“mari-

nhão” é o gentílico dos nativos da região galega das Marinhas, situada no Norte cantábrico mindoniense. Peregrin Otero seria da região por ter nascido no Concelho da Lourençã), mas, também, este último deveria conhecer a obra de outros autores anteriores dos quais tomaria referência.

### **3. Eugen Coșeriu e os hispanistas do século XX**

Há uma concepção parecida da língua que tinham Carvalho Calero e Peregrin Otero. Em ambos os casos, os dois linguistas falavam dum língua proto-romance que denominavam de “galaico”. Do galaico surgiram duas variantes, uma no ocidente e outra no oriente da Gallaecia histórica. Carvalho Calero denominava a primeira como galaico ocidental e a segunda como galaico oriental; e Peregrin Otero reconhecia a primeira como galego medieval e a segunda como leonês medieval da qual surgia o castelhano medieval.

Veremos como o grande linguista moldavo Eugen Coșeriu, Presidente da Sociedade Linguística Românica durante os anos 80, atendia à explicação desse paradigma estendido e comum até o dia de hoje. O Professor Coșeriu, que tivemos a honra de conhecer, durante os anos 80 do século passado,

quando o reintegracionismo assentava a sua filosofia, organizando entre outras cousas os *Congressos Internacionais da língua galego-portuguesa na Galiza*, geridos desde a *Associação Galega da Língua (AGAL)*, deixou escrito nas Atas do II Congresso da série de seis, dos que falamos e dito por meio da sua colega Miorita Ulrich, quem leu o texto seguinte originariamente em castelhano (Coseriu. E; (1987-1989). “*El gallego en la historia y en la actualidad*”. In *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. Corunha: Ed. AGAL, p. 797):

Pouco depois, a invasão árabe interrompe também este desenrolo, muito antes de que las inovações partidas desde o centro pudessem impor-se, também como norma de conservação, aos centros inovadores da Gallaecia e da Tarraconense. De forma que, agora sim, pode falar-se já do delineamento de uma unidade galega (ou, talvez, galai-co-asturiana), sobre todo com a criação do reino das Astúrias, que muito cedo abrange a Galiza. [...]. Por outra parte, no entanto, as conservações que opõem esta língua (fala do galego) ao castelhano, ao catalão ou a ambos os dialetos são próprias também do asturiano, pelo menos, do asturiano ocidental, e — o que, outra vez, é mais importante — também algumas das suas ino-

vações se estendem a esse mesmo asturiano ocidental. De acordo com o critério adotado a respeito das línguas que “se estão a delinear”, deveríamos, portanto, dizer que — como na época anterior — se está a delinear uma língua “galaico-asturiana” com centro na Galiza; tanto mais, quanto no que diz respeito a uma unidade política “Portugal” ainda não existente.

Como vemos, a ideia é a mesma, só que Coşeriu opta por denominar a essa “galaico” carvalhiano de “língua galai-co-asturiana” na que temos de supor estão incluídas as falas galegas mas, também, as asturianas, ou pelo menos, como nos diz o nosso Professor, as asturianas ocidentais. Sabemos por Alonso Zamora Vicente que isto que diz o Professor Coşeriu não deve estar muito desencaminhado, pois o romanista espanhol, membro da Real Academia Espanhola, já se referiu às formas sem ditongo conforme já citado por mim em referência ao seu livro *Dialectologia Española*, à página 90.

Esta realidade que apresenta o galaico ocidental como determinante na estrutura linguística do leonês é reconhecida pelo mesmíssimo Sanchez Albornoz, tão relutante ao reconhecimento explícito da importância da Galiza nos processos de conformação nacionalitária durante a Idade Média. Assim, nos diz ele que

A Galiza teve muita importância: foi núcleo do antigo reino suevo; foi restaurada depois, às vezes como reino aparte em benefício de algum filho segundo do rei leonês; na Galiza costumava-se educar os príncipes, como Afonso V, costume seguida ainda no século XIII; Galiza era, em fim, grande centro religioso, a causa do sepulcro do apóstolo Santiago, cujo templo foi visto como um dos grandes santuários da Cristandade e atraía a peregrinação espanhola e internacional. Por isso a Galiza influenciou muito na linguagem leonesa durante o nosso período; Castela influenciou mais *exatamente um bocado depois, já que a sua hegemonia política não começou até o último terço do século XI.* (Menendez Pidal, R. *Origenes del español*. Madrid: Ed. Espasa-Calpe, 1976, p. 447. 8ª Edição a partir da 3ª corrigida e aumentada)

Há duas cousas diferentes que se extraem destes textos: a primeira é da origem comum das falas galaicas ocidentais ou galego-portuguesas e das falas galaicas orientais ou asturo-leonesas; mas há uma segunda que é a influência que as primeiras exercem sobre as segundas em épocas posteriores à suposta e inicial unidade do proto-romance galaico, nomeadamente na época do chamado por alguns intelectuais “esplendor compostelano”. Essa influência viria acompanhada de poder político, como não poderia ser de outra maneira, pois política e projeto nacional e, portanto, projeto linguístico, são duas faces duma mesma moeda. Do nosso ponto de vista, esse momento de especial exercício de poder que influenciava singularmente no contexto linguístico galaico, ou, se



Gallaecia tardo-antiga

preferirmos, galaico-leonês, irradiando uma possível koiné futura com base na Galiza compostelana, poderíamos situá-lo, temporariamente, durante o reinado de Afonso VII Raimundes, o Imperador. Esta língua galaico-asturiana, em palavras de Coşeriu, teria uns limites e podemos conhecer as demarcações da sua versão ocidental com uma certa aproximação, pois Al-Ándalus ao Sul da região de Coimbra marcava umas extremas bastante claras. Mais complicado seria estabelecer os marcos da versão oriental, quer dizer, desse asturo-leonês ou galaico oriental do qual temos uma informação mais limitada.

Procuremos, também, nos textos dos linguistas clássicos do século XX. Recorremos outra vez ao Professor Zamora Vicente que nos fala dum *Continuum* leonês-aragonês no centro da península só delimitada de forma muito difusa nos seus pontos de contacto do que no seu dia tinham sido a Gallaecia tardo-romana e a antiga Tarraconense. Esse ponto de contato é, em qualquer caso, uma região periférica quer visualizarmos desde a Gallaecia quanto da Tarraconense, mas central dentro do contexto do norte peninsular. Esse espaço corresponder-se-ia com os limites orientais da Castela primigénia com o Reino de Navarra, incluindo dentro desta última a Rioja. Esses parecem ser os limites. Diz-nos Zamora

Vicente, em *Dialectologia Española*, à página 211, que

O oriente aragonês apresenta, ao oriente da península, um correlato com o ocidente leonês. Análogos fenómenos fonéticos, idênticas zonas extremas de interpretação e confusão.

Sanchez Albornoz, também, no seu *Origenes del Español*, nos dá um prelúdio ao que posteriormente nos foi dizer Zamora Vicente, determinando-nos com mais pormenor o ponto de contato entre leonês e aragonês, entre galaico oriental e tarraconense ocidental.

Hoje em dia certos fenómenos linguísticos do Leste, especialmente do aragonês, reaparecem no Oeste, especialmente no leonês, sendo estranhos ao castelhano; manifestam-se assim atualmente em duas áreas isoladas, uma oriental e outra ocidental, separadas pela interposição da grande massa dialetal castelhana. Tal descontinuidade geográfica é muito chocante; mas muitas vezes temos podido comprovar que essas duas áreas, hoje isoladas, estavam unidas primitivamente por meio do território moçárabe, e que a continuidade antiga da área foi quebrada só a partir de fins do século XI, pelo efeito do progressivo avanço da reconquista castelhana. (*Ibidem*, p. 490)

Lembremos que o primitivo navarro-aragonês nasce em território riojano e é, nesse âmbito, que, influenciado tan-



to por cântabros e vascões quanto pelo espaço galaico-leonês e também moçárabico, nasce o castelhano. Essa qualidade de benjamim dentro do conjunto de falas romances não se corresponde muito com a mitologia que o próprio castelhanismo linguístico tem criado no que diz respeito das suas próprias origens.

Primeiramente, diz-se que as Glosas Emilianenses e Silenses, aparecidas como anotações a textos em latim dum romance muito primitivo ao lado de textos em basco, datado por alguns a finais do século X ou começos do XI, era o primeiro texto em castelhano. A evidência mais clara de entre todas as anotações do Códice está na página 72 onde nos aparece todo um parágrafo de várias linhas que vem dar forma a uma versão do romance falado pelos frades do Mosteiro de São Milhão da Cogolha na Rioja:

*Con o aiutorio de nuestro dueno Christo, dueno salbatore, qual dueno get ena honore et qual duenno tienet ela mandatione con o patre con o spiritu sancto en os sieculos de lo siecu los. Façanos Deus Omnipotes tal serbitio fere ke denante ela sua face gaudioso segamus. Amen.* (Com a ajuda do nosso senhor Cristo, Senhor Salvador, Senhor que está na honra e Senhor que tem o mandato com o pai, com o Espírito Santo nos séculos dos séculos. Faça-nos Deus Omnipotente tal serviço que perante a sua face sejamos ditosos. Amem.) ([https://es.wikisource.org/wiki/Glosas\\_Emilianenses](https://es.wikisource.org/wiki/Glosas_Emilianenses))

As características do castelhano não parecem definir o texto que reproduzimos e é, por isso, que os próprios hispanistas do XX decidiram, finalmente, que não era o primeiro texto em castelhano primigénio. O Professor Rafael Lapesa Melgar, membro da Real Academia Española e da Real Academia de la Historia, teve a valentia de dizer que isso não era castelhano, mas navarro-aragonês, quer dizer, a representação das primeiras falas do espaço linguístico tarracense ocidental (LAPESA, R.: *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ed. Gredos, 1991, p. 162. 9ª Edição, 7ª reimpressão corrigida e aumentada).

O romance aparece usado com plena consciência nas Glosas Emilianenses, compostas no Mosteiro riojano de São Milhão da Cogolha, e nas Glosas Silenses, assim chamadas por ter pertencido o seu manuscrito ao mosteiro de Silos, situado ao Sueste de Burgos; provavelmente foi copiado ali dum original procedente de São Milhão da Cogolha. Umas e outras datam do século X ou começos do XI e estão em dialeto navarro-aragonês.

Evidentemente um Estado como a Espanha do século XX, construída sobre uma sólida base paradigmática e mitológica, não podia ter uma língua que fosse uma recém chegada ao concerto das

línguas latinas. Devia possuir uma língua com avoengo e fidalguice que pudesse concorrer em honra e antiguidade com outras línguas da Romania. Se não eram as Glosas, qual poderia ser a primeira representação escrita da “lengua nacional”? A seguinte opção em ser considerada derivava para um texto muito antigo, localizado no Mosteiro dos Santos Justo e Pastor, na localidade leonesa de La Rozuela, ou Roçola, como aparece no próprio texto do que vamos falar. Nele, um frade de nome Ximeno faz conta do número de queijos que ele fez como despenseiro que era do dito mosteiro. O texto foi-nos fornecido por Menendez Pidal, no seu *Origenes del Español*, à página 24, e está datado por ele por volta do 980, conhecido como a “Notícia de Kesos”.

*Nodicia de kesos. S. X (Manuscritos de 956-980)*

*(1ª columna)*

*(Christus) Nodicia de kesos que espisit frater Semeno: In Labore de fratres. In ilo bacelare de cirka Sancte luste, kesos V; In ilo alio de apate, II kesos; en que[e] puseron ogano, kesos IIII; In ilo de Kastrelo, I; In Ila vinia maiore, II;*

*(2ª columna)*

*... que lebaron en fosado, II, ad ila*

*tore; que (le)baron a Cegia, II, quando la taliaron Ila mesa; II. que lebaron Leione; II. ...s...en u...re... ...que... ...c... ...e u... ...alio*

*(?) ... .. g...V ane Ece; alio ke leba de sopbrino de Gomi de do...a...; IIII; que espiseron quando ilo rege venit ad Roçola; I. qua Salvatore Ibi venit.*

Segue a tradução do texto acima e explica-se que a palavra “ogano” ainda está viva nas falas galegas e recolhida nos dicionários galegos, do qual o *Dicionário Estraviz* é o último, melhor, mais amplo, com quase 150.000 verbetes, e mais útil para uma visão lusófona da língua:

(Relação dos queijos que gastou o irmão Ximeno: No trabalho dos frades, no bacelo perto de São Justo, cinco queijos. No outro do abade, dois queijos. No que puseram ogano, quatro queijos. No de Castrillo (Castrelo!!! no original, com K), um. Na vinha maior, dois [...] que levaram em fossado à torre, dois. Que levaram a Ceia quando cortaram a mesa, dois. Dois que levaram a Leão [...] outro que leva o sobrinho de Gomi [...] quatro que gastaram quando o rei veio a Rozuela (“Roçola” sem ditongo no original). Um quando Salvador veio aqui.)

O texto tem umas características especiais que obrigam a levar a pensar em umas quantas objeções à respeito da sua identificação como texto mais antigo em castelhano. É o primeiro deles que não está localizado em território castelhano. O Mosteiro do qual procedem os textos está na atual localidade de Rozuela ou Roçola, a menos de vinte quilómetros da cidade de Leão. A meados ou finais do século X a língua castelhana, talvez, pudesse ter sido um lindo desejo para alguns separatistas castelhanos, herdeiros do ideário independentista de Fernan González que sonhava com uma Castela livre e independente da Coroa galaica e cuja Corte estava sediada em Leão. A segunda objeção é que o texto parece muito mais latinizante e menos romance do que os textos das glosas, ambos próximos temporariamente, mas com diferenças importantes do nosso ponto de vista no que diz respeito da distância do modelo escrito latino do qual tomava distância e da proximidade das falas populares às quais não terminava, provavelmente, de ser fiel. Não podemos considerar, portanto, este texto como um castelhano primordial, mas como um resto linguístico que se aproxima à ideia de asturo-leonês. Vejamos, portanto, mais possibilidades na procura dum castelhano originário.

Toca agora contar com os Cartulários de Valpuesta datados desde o século IX, algum datado em 844, até os inícios do século XII. Estes textos já estão em território atualmente administrado pela província espanhola de Burgos, “caput Castellae” na altura e, obviamente, incluída, hoje, dentro da Comunidade autónoma de Castela e Leão, e se bem não é Leão, sim é Castela e, aliás, a “Vetulla”. O Cartulário foi localizado no Mosteiro de Santa Maria de Valpuesta, no Concelho burgalês de Berberana rodeado por todas as partes menos por uma pela província basca de Álava. Uma península burgalesa dentro de território alavês cuja capital municipal está a quarenta e cinco quilómetros de Vitória, a atual capital da Comunidade Autónoma Basca, e sendo historicamente um território onde se falou basco até tempos relativamente recentes. Os textos apresentam-se-nos assim e conforme Menendez Pidal, no livro já citado *Origenes del español* (página 33). Cartulários de Valpuesta. Séculos IX-XI (o seguinte é um manuscrito de 1011):

In nomine domini nostri Jhesu Christi. Ego Gomez Didaz et uxor mea Ostrozia placuit nobis expontanias nostras voluntates ut conkambiavimus et vindimus nostra billa Onia cum suas kasas et suos omnes abitantes in ea et ter-

ras et niveas et ortus et arbusta  
et totus pomiseros qui in ea sunt  
et molinos et pescarias et kannariekas in flumine Ueskaet pratis et pascuis et padulibus montes et fontes exitus et regresus omnia rem si konkambiabimus et vindimus ego Gomez Didas et uxor mea Ostrozia a tivi Sanctjo comite et ad uxor tua Urraka cometissa si konkambiabimus et vindimus eo Gomez Didaz et uxor mea Ostrozia ipsa villa Onia ab omni integritate per suos terminos id est terminos illo semdario de Sancti Romani et per illa defesa de domna Eilo [...]

Parece-nos, também, um texto muito latino e pouco romance. Ainda assim, o filólogo Gonzalo Santonja, para além de Diretor do Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, afirmava, em 2010, que o texto está em latim embora muito afastado da retitude, apresentando um estado tão evoluído e corrompido que se poderia concluir que a língua dos bezerros (assim denominada porque estavam escritos sobre pele de bezerro) de Valpuesta é uma língua latina assaltada por uma língua viva, da rua e que se escoanestes escritos. Bom, latina, finalmente. Ainda assim e, apesar de todos estes obstáculos para identificar o primeiro texto em castelhano, as autoridades espanholas não tiveram o mais mínimo pudor em celebrarem o milenário da sua língua há uns poucos anos, mantendo-se na teima

da antiguidade da que posteriormente seria considerada língua de Cervantes.

Vamos ter de pensar que o primeiro escrito em castelhano foi o texto do *Cantar del Mio Cid* cujo documento chegado aos nossos dias é datado por volta dos finais do século XII e começo do século XIII. Um exemplo do texto é o *Cantar del Mio Çid (manuscrito de 1207)*. *Ei-lo:*

De los sos ojos tan fuertemiente  
lorando tornava la cabeça i estávalos catando. Vio puertas abiertas e uços sin cannados, alcándaras vazías sin pielles e sin mantos e sin falcones e sin adtores mudados.

Sospiró Mío Çid ca mucho avie grandes cuidados. Fabló Mío Çid bien e tan mesurado: ¡Grado a tí, Sennor, Padre que estás en alto! ¡Esto me an buolto míos enemigos malos! Allí piensan de aguijar, allí sueltan las rriendas.

A la exida de Bivar ovieron la corneja diestrae entrando a Burgos oviéronla siniestra. Meçió Mío Çid los ombros e engrameó la tiesta: ¡Albriçia, Álbar Fánnez, ca echados somos de tierra!

O novo texto nos parece que tem todas as características dum castelhano primitivo embora tingido de elementos linguísticos, geográficos e de outros tipos (jurídicos, sociais...) que nos levam a localizar o texto em âmbitos fronteiriços castelhano-aragoneses de finais do século XII.



Ora, centrando novamente o tema, se o latim da Gallaecia, nomeadamente o asturo-leonês e o latim da Tarraconense, e o navarro-aragonês tinham contato entre si através das terras fronteiriças entre ambas; se há um *continuum* linguístico anunciado pelos hispanistas do século XX, como é que foi que apareceu um conjunto de isoglossas provenientes do norte cântabro que se pusessem pelo meio separando os dois dialetos romances originando o castelhano? Poderia ser o avanço de cara ao Sul dos cristãos do centro-norte da península que originou essa variante, influenciando e instalando-se entre os moçárabes do que hoje é o território da Castela “Vetulla”, central e meridional, ou bem, que esse romance já existisse de alguma maneira, mas nunca antes ocupado como língua escrita, mas, em qualquer caso, parece-nos que quer vinda dos dialetos cântabros quer originada nos falares moçárabes, localizados no centro da Meseta Norte, pertenceria ao âmbito do velho Convento Jurídico Cluniacense, inserido dentro da Gallaecia tardo-antiga.

Para Eugen Coşeriu, as linhas de romanização foram duas, uma que teria conformado um latim citerior e outra que teria conformado um latim ulterior. É o que se lê em “*El gallego en la historia y en la actualidad*” (*Actas do II Congresso*

*Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, à página 795*):

O que se está a delinear em esta época (entre a chegada dos romanos à península e a Reforma de Caracalla) são duas unidades que não coincidem com quaisquer das línguas atuais da Península Ibérica, a saber, uma unidade correspondente à corrente de romanização que parte da Tarraconense em direção noroeste e uma unidade correspondente à corrente de romanização que partindo da Bética, se dirige até a costa atlântica e seguindo através da costa, chega até as atuais Galiza e Astúrias, quer dizer, que, se isto tivesse continuado no mesmo sentido, hoje teríamos, provavelmente, na Hispânia, duas línguas românicas: uma para grande parte da Hispânia Citerior, outra para a Hispânia Ulterior e a parte ocidental da Citerior.

Do nosso ponto de vista e tendo em conta a pertença do Conventus Cluniacense à Gallaecia já desde o século III, consideramos que o latim galaico oriental bem pôde fazer parte desse latim ulterior do que nos fala Coşeriu, e, não, tanto do latim citerior que ele considera ao ter em conta uma meseta norte pertencendo à Tarraconense. O que nos falam os restos linguísticos abalizados por Lapesa, Zamora Vicente e Sanchez Albornoz é que existiu, em tempos medievais, um galaico oriental ou asturo-leonês

que tomava contato com o navarro-ara-gonês, partilhando traços dialectais. O castelhano deve ser originado no norte da Castela histórica, ou mais concretamente, na Cantábria germânica que avançou para sul, ocupando zonas ocupadas por uma população proto-castelhana de diversas origens, quer vascona, cântabra e/ou moçarábica. Essas falas cântabras com substrato vascão seriam falas orientais asturo-leonesas e, portanto, geograficamente incluídas dentro da Gallaecia romana, sueva, visigótica e mesmo dentro do conceito da Yilliqiya andalusi.

Posteriormente, Toledo, incorporado à Coroa em 1085, recebeu a influência populacional e, portanto, nem só demográfica, mas também, linguística do Leão a quem lhe correspondiam os vínculos de vassalagem. Isso vê-se manifestado na realidade linguística recolhida por Rafael Lapesa na sua *Historia de la Lengua Española* (páginas 189 e 190). E desde logo sinalizo que “documento alcarrenho” diz respeito à Alcárria que é uma comarca que ocupa territórios das atuais províncias castelhano-manchegas de Guadalajara e Cuenca para além de alguns Municípios da província de Madrid.



O castelhano impôs-se em Toledo, mas após uma lenta assimilação. Em textos romances dos séculos XII e XIII aparecem abundantes restos dialetais: um documento alcarrenho de 1189 da "outorguet", "oitava", "parella"; um toledano de 1191, "mulleres", "fillos"; o Fuero de Madrid, anterior a 1202 oferece "tella" ("teja"), "cutello" ("cuchillo"), "geitar" ("echar"), "tras le palacio", "in lo portiello" e outras traças não castelhanas. Ainda em 1495 regista Nebrija no seu Vocabulario "faxa o faysa", como en Toledo; "faxar o faysar", como ali.

Tal é assim que se não se tivesse dado a assunção do poder castelhano,

com a consequente incorporação do seu idioma ao projeto político pan-hispânico, e o caminho da unificação peninsular tivesse seguido as linhas anteriores sem descontinuidade, talvez, hoje, a situação linguística peninsular teria sido outra, com a língua nascida na Gallaecia com uma extensão não imaginada, a dia de hoje, ocupando territórios que, atualmente, estão ocupados pelo castelhano que, finalmente, não deixa de ser a língua dos cântabros de fala asturo-leonesa, repovoadores do centro da meseta norte que ampliaram o seu espaço para sul.

# LEXICOGRAFIA E DICIONARÍSTICA

ENILDE FAULSTICH

Universidade de Brasília

Os estudos do léxico associam conceitos e métodos sob diferentes perspectivas dos estudos linguísticos. As palavras lexicais têm autonomia conceitual no discurso de ocorrência; as palavras gramaticais são relacionais em uma sentença discursiva e podem adquirir lugar no léxico. Sentido, significado, significação surgem, estabilizam-se, vão embora, voltam e trazem outras palavras ou outros significados para as antigas. Nessa direção, Meillet, ao considerar a analogia como um dos procedimentos para a constituição gramatical, afirma que “[...] a inovação analógica e a atribuição do caráter gramatical a uma palavra antes autônoma são os únicos pelos quais se constituem formas gramaticais novas”. (*In: A evolução das formas gramaticais*/Antoine Meillet, seleção, tradução e notas de M. Bagno, 1ª ed., Parábola, São Paulo, 2020, p. 85). Seguimos, nesta exposição, principalmente, na direção do léxico. Retomamos alguns princípios históricos, ao considerar que palavras formam famílias, que são reconhecidas na base do *lex* (*e/i*), elemento antepositivo de composição, que o latim clássico tomou emprestado do grego *léxis/eos*.

A partir do século XIX, o léxico espraia-se e produz parentes próximos sempre resguardando a antiga base-mãe. Ao combinar teorias de diferentes fontes, o *lexe* marca lugar na Linguística e, sem prejuízo da coerência lógica, deriva novos termos, quais sejam, *léxico*, *lexema*, *lexia*, *léxis*, *lexical*, *lexicalização*, *lexicologia*, *lexicografia*, *lexicógrafo*, entre outros. Esse conjunto variado com substâncias e atributos próprios está registrado em dicionários que diferenciam sentidos, conceitos e significados.

## Parte I – Lexicografia e dicionarística

As terminações *-logia* e *-grafia* definem a diferença de grau entre a Lexicologia e a Lexicografia, disciplinas conexas. *Logos*, em grego, é ‘palavra’, ‘verbo’, ‘discurso’; palavras que terminam por *-logia* nomeiam, especialmente, uma ciência ou um estudo concebido de forma ampla, como Lexicologia, disciplina que ordena o conteúdo de significados atribuídos às coisas do mundo, consoante a interpretação denotada.



Por sua vez, *-grafo* e *-grafia* designam propriamente uma atividade prática, uma operação material, com base em dados que compõem o universo de uso das linguagens.

Lexicografia é i) método para elaborar dicionários, segundo técnicas próprias; ii) disciplina de análise linguística de documentos de referência; iii) tarefa de descrição de palavras que cabe ao lexicógrafo. Lexicógrafo é expressão com significado diversificado, pois tanto pode designar o linguista, formado na área da lexicografia, como o compilador de dicionários. É preciso, no entanto, distinguir Lexicografia, disciplina que requer formação especializada normalmente em Linguística, de compilação de palavras; o compilador reúne palavras e, de modo prático, organiza listas com significados ou não, mas que, também, é comum, ser-lhes atribuída a denominação dicionários. Desenvolvida desse modo, a atividade está centrada na dicionarística.

A tarefa lexicográfica é muito antiga. Por volta de 1500, os dicionários passam a ter um lugar na história das línguas. Na antiguidade clássica, tornam-se conhecidos os glossários e as nomenclaturas. Os primeiros dicionários com informação mais densa são posteriores à invenção da imprensa, por volta

de 1439/1440. No Ocidente, estudiosos de fins do século XV perceberam a necessidade de estruturar os sistemas lexicais de modo diferente. Surge, então, o dicionário unilíngue moderno que, útil à época, nasce com desvios, porque elaboradores desconheciam, muitas vezes, a 'coisa' ou o 'estado de coisas' a ser definido. Foi na França do século XVI que a atividade lexicográfica tomou grande impulso. A esse respeito, declara Dubois *et alii*, em 1971:

[...] en France, le XVI siècle est témoin d'une intense activité lexicographique (dictionnaires des ESTIENNE), et le XVII, entre autres dictionnaires importants, voit paraître les dictionnaires de RICHELET et FURETIÈRE, de l'Académie Française. Le XVIII est marqué par l'édition des TREVoux et de l'ENCYCLOPÉDIE de DIDEROT e d'ALEMBERT. La seconde moitié du XIX siècle voit naître, à côté d'un grand nombre de dictionnaires (BESCHERELLE, DUPINEY DE VORREPIERRE...), deux ouvrages notables: le dictionnaire de langue d'É. LITTRÉ et le premier dictionnaire encyclopédique de P. [Pierre] LA-ROUSSE. (*Dicionário de Linguística, Cultrix*)

As atividades lexicográficas tornam-se, cada vez mais, robustas com o surgimento de dicionários e enciclopédias, no entanto, é preciso observar que ela-

boração e tipologia de dicionários e de enciclopédias projetam perspectivas lexicais distintas. A fórmula enciclopédica conduz o leitor a fazer um balanço dos conhecimentos humanos de uma determinada época. Nessa concepção, cabe o *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Dicionário razoado das ciências, artes e ofícios) de Diderot e d'Alembert, este último redator de vários artigos. É um dicionário que resulta de compilação importante, já que reporta todo o conhecimento que a humanidade havia produzido, entre 1750-1772, porém, obra composta por 28 volumes, demorou 21 anos para ser editada. Diderot e d'Alembert dão origem ao "enciclopedismo, um movimento filosófico-cultural originado do Iluminismo, desenvolvido na França, a partir dos novos princípios da razão para catalogar todo o conhecimento humano. Os filósofos e demais pensadores que integravam o enciclopedismo eram chamados de enciclopedistas." (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Enciclopedistas>. Visita em 14/8/2020)

Entre 1864-76, os dicionários enciclopédicos, como o *Grand dictionnaire universel du XXème Siècle* (1864-76) em 15 volumes com suplementos de 1878 e 1887, passaram a figurar no índice de livros proibidos pela Igreja Católica. Mais tarde, esse *dictionnaire universel* evoluiu para a *Grande Encyclopédia Larousse* distribuída pela Editora Larousse (In: [\[pt.wikipedia.org/wiki/Pierre\\\_Larousse\]\(https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre\_Larousse\). Visita em 14/8/2020\). Passaram, então, a ter outro objeto de descrição, mas que, também, não era puramente linguístico, uma vez que, essencialmente, visavam a uma relação entre significado e experiência do mundo.](https://</a></p></div><div data-bbox=)

A diferença entre enciclopédia e dicionário situa-se no modo de organização da informação, visto que o dicionário de língua conduz, pelo menos implicitamente, à necessidade de fixação de uma norma lexical experimentada, principalmente pelas consideradas pessoas cultas do século XVIII. A resposta a esta preocupação foi, medianamente, dada pelo dicionário da Academia Francesa em diversas edições; tentativas quase sempre em vão. Nesse domínio, o relativo sucesso cabe ao dicionário do positivista E. [Émile] Littré, autor do *Dictionnaire de la langue française*, mais conhecido como o *Littré*, publicado em 1863, que concede prioridade, quase total, à língua dos escritores oficiais do século XVIII; as edições posteriores saíram entre 1872-1877.

A lexicografia portuguesa, para Cândido de Figueiredo, "começou frouxamente", em 1569, com o *Dicionário latino-português e português-latino* de Jerônimo Soares Cardoso. Sob orientação plausível, procurou reproduzir a grafia geral do seu tempo, que era a de

Camões, porém o autor — um latinista — não se preocupou com fórmulas eruditas e foi representante das fórmulas simplificadas e aceitas geralmente pelos quinhentistas. Meio século depois, aparece a *Prosódia* de Bento Pereira, com numerosos vocábulos que, pelo tempo adiante, os sucessores não souberam ou não quiseram ver.

Com importância lexical maior em relação aos anteriores, vem Rafael Bluteau que alargou o registro do vocabulário português, com grande erudição e bom senso. Como trabalho erudito, pois estava preocupado em evitar a vulgarização do latim, a obra, ainda que sempre bem aceita em bibliotecas, não agradava ao público leitor. Quem melhor organizou essa obra lexicográfica foi Antônio de Moraes Silva, que resumiu e melhorou o Vocabulário de Bluteau e, depois, apresentou, no dicionário de autoria própria: *Diccionário de Língua Portuguesa* por Antônio de Moraes Silva, com o comentário que aparece no prólogo da primeira impressão, da Typographia Lacerdina, anno de 1813, Lisboa. E declara:

Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocábulos, e frases; e mui frequentemente sobejo em dissertações desapositadas, e estranhas do assumpto, que fazem avolumar tanto a sua Obra.

Quase ao mesmo tempo em que Moraes elaborava o *Diccionário*, a Academia das Ciências encarregava três dos seus mais competentes sócios, Pedro José da Fonseca, Agostinho José da Costa e Macedo e Bartolomeu Inácio Jorge da redação de um Dicionário da Academia. Com exagerado ímpeto, os três tomaram esse encargo que acabaram vítimas da dedicação e do esforço. Organizaram apenas o primeiro volume da obra, o qual ainda hoje representa vasto trabalho e saber. Em princípios do século XIX, já era de consulta proveitosa o dicionário de Moraes, tendo em vista que era o menos incompleto e o mais autorizado.

Não é justo, contudo, afirmar que o meio português do século XIX tenha sido estéril em produções lexicográficas; surgiram novos representantes, como o dicionário de Faria e Lacerda, muito simples; o de Constâncio, pouco mais encorpado; a última edição de Domingos Vieira, prejudicada em vários aspectos pelo conteúdo informacional; o Contemporâneo de Santos Valente (e não de Aulete, como muitos supõem); uma tentativa despretensiosa de João de Deus e o *Diccionário Manual* de Adolfo Coelho.

Adolfo Coelho era realmente um glotólogo que conhecia numerosas fontes do vocabulário português, assim, não podia deixar de reconhecer que o *Contemporâneo*, além de apresentar reduzida quantidade de vocábulos, não ofere-

cia segurança da doutrina etimológica. Coelho resolveu organizar um dicionário *Manual Etimológico*. Reuniu, para esse fim, algumas centenas de vocábulos que andavam fora dos dicionários e passou à impressão. Mas, por uma série de desacertos, o resultado não foi o esperado. Porém, apesar de todas as falhas, o *Diccionario Manual Etymologico da Língua Portuguesa* de F. Adolpho Coelho, contendo a significação e prosódia — Lisboa, Plantier-Editor — 1ª edição, 3º milhar, apresenta uma parte etimológica apreciável com 66 mil vocábulos registrados, quantidade superior a seus antecessores que chegaram, mais ou menos, a 50 mil. A vantagem de Adolfo Coelho em relação ao número de vocábulos é significativa quando cotejada com os anteriores, mas, em vista da riqueza lexical da língua portuguesa, essa quantidade se mostrava pequena. O dicionário não registra data, porém é perceptível — à época — um interesse em dicionarizar regionalismos, termos da linguagem popular e das linguagens científica e técnica que continuavam dispersos tanto em Portugal quanto no Brasil. Na parte PREFEÇÃO, declara “farei algumas observações relativamente a cada uma das partes a considerar nesta obra”, a saber, Terminologia, Orthographia, Pronúncia, Significação, Etymologia.

## Parte II - Dicionário etimológico e dicionário de história das palavras

Na descrição de dicionários, etimologia é diferente de história das palavras. A distinção está centrada nos métodos de análise diferenciados, uma vez que a etimologia busca o significado de uma palavra na origem. No caso do português, normalmente a busca é feita no latim. A história de uma palavra é investigada no confronto com outras línguas românicas, no estudo de textos, nos sentidos do item lexical no tempo e nos significados que adquiriu no uso. Para Antenor Nascentes [Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 1932, pág. XII], “foi só com o advento da linguística no século XIX que a etimologia passou a ter base científica”.

Um dicionário etimológico deve ser explicativo, e as etimologias devem ser claras. A tarefa de um etimologista é uma das mais difíceis, pois exige 1) vasta leitura dos antigos documentos da língua e do baixo latim; 2) conhecimento profundo das principais línguas românicas, que permitam (re)composições verbais; 3) consulta à formação do léxico de línguas estrangeiras que, por contato, possam ter influído na língua descrita; 4) bom conhecimento de fonética; 5) espírito observador, perspicaz e talento especial para comparar dados e induzir raciocínios contrastivos ou comparativos com precisão e segurança [adapt. de Nascentes, Dic. Etim., pág. XIV].



DICCIONARIO  
MANUAL ETYMOLOGICO

LINGUA PORTUGUEZA

CONTENDO A SIGNIFICAÇÃO E PROSODIA

POB.

F. ADOLPHO COELHO

(4.ª Milhar)



LISBOA

P. PLANTIER - EDITOR

73, TRAVESSA DA VICTORIA

13-237

Um dicionário histórico de língua apresenta cada palavra com suas antigas formas e significações; esclarece se remonta a tempos antigos da língua; se a palavra é moderna, com probabilidade de ser dicionarizada, nesse caso, é preciso ter a data provável da entrada do item lexical na língua, porque a ausência dessa indicação representa um grande obstáculo nas investigações dos pesquisadores lexicógrafos.

Os métodos de trabalho, tanto para a pesquisa etimológica quanto para a histórica, são requintados e exigem procedimentos adequados. Assim sendo, cabe ao estudioso:

- i) Procurar, nos mais antigos documentos da língua, a palavra — forma e significação — cuja origem indaga. [etimológico]
- ii) Submeter o étimo à fonética latina para ver se os procedimentos fonéticos explicam a transição para o português. [etimológico]
- iii) Comparar a palavra portuguesa — forma e significação — com as correspondentes das outras línguas românicas para, por hipótese, constatar, pela evolução e diferenças, se proveem da mesma palavra latina. [misto: etimológico+histórico]
- iv) Contrastar o aspecto *fonético*, isto é, verificar se há respeito às tendências do vocalismo e do consonantismo do idioma que estuda, tanto na língua comum quanto na literatura. [etimológico]
- v) Contrastar o aspecto *semântico*, quer dizer, verificar se a evolução

do significado está abonada, tanto quanto possível, com textos de diferentes épocas ou com formas dialetais modernas. [misto: etimológico+histórico]

- vi) Servir-se do conhecimento das *condições históricas*, como emigração, colonização, para confirmar a hipótese etimológica ou para justificar a influência de uma língua em outra. [misto: histórico+etimológico]
- vii) Servir-se dos conhecimentos de história, geografia e de ciências, que apresentam conteúdos especializados, para adquirir informação acerca do país de origem do *objeto* de análise [etimologia da palavra, o ponto de partida é a língua] em causa do movimento no tempo. [histórico]
- viii) Conhecer o respectivo *objeto* a ser descrito [a língua, a palavra], para depois descrevê-lo, com vistas a atenuar erros de interpretação. [histórico]

Na sequência, apresentaremos alguns dicionários etimológicos e históricos de língua portuguesa, com referência transcrita da obra consultada:

- A. Dictionario da Língua Portuguesa recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva *natural do Rio de Janeiro*. Offerecido ao muito alto, e muito poderoso Principe Regente N. Senhor. Tomo Primeiro A – E. Lisboa, na Typographia Lacérdina. Anno de 1813.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. Nota: Dicionário anterior ao advento da Linguística.

- B. Novo Diccionário da Língua Portuguesa – Candido de Figueiredo, redigido em harmonia com os modernos princípios da Sciência da Linguagem, e em que se contém quási o dôbro dos vocábulos até agora registados em todos os diccionários portugueses, além de satisfazer a todas as graphias legítimas, especialmente a que tem sido mais usual e aquella que foi prescrita oficialmente em 1911 nova edição essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada. 1913 Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira. 20 – Praça dos Restauradores – 20 Lisboa. Nota: Criticado por J. Leite de Vasconcelos, no que diz respeito à etimologia, por conter cópia sem critério do Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa de Adolfo Coelho.
- C. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa por Antenor Nascentes do Colégio Pedro II. Com prefácio de W. Meyer Lübke, professor jubilado da Universidade de Bonn. Primeira e única edição. Livraria Francisco Alves, Livraria Machado, Livraria J. Leite, Livraria Briguiet, a Indústria do Livro. Rio de Janeiro, 1932.
- Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa organizado por Laudelino Freire com a colaboração técnica do professor J. L. Campos. A Noite, S.A. Editora. – Praça Mauá, 7 – Rio de Janeiro. Composto e impresso no Rio de Janeiro, na secção de Obras Gráficas de “A Noite”, e publicado em tomos mensais de julho de 1939 a abril de 1940.
- D. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – José Pedro Machado, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados. 2ª edição, Editorial Confluência, 1967 [1ª edição de 1952].
- E. Elucidário das Palavras, Termos e Frases Que Em Portugal Antigamente se Usaram e Que Hoje Regularmente se Ignoram: Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Edição Crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza professor Efectivo do Liceu Nacional da Povia de Varzim. Ex-bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Livraria Civilização, 1983, Porto – Lisboa.
- F. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguêsa – Caldas Aulete 2ª Edição Brasileira em 5 volumes. Novamente revista, atualizada e AUMENTADA pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo registo dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices por Hamílcar de Garcia. Com um breve estudo sôbre a Origem e Evolução da Língua Portuguesa, sua Expansão no Brasil, e uma exposição da pronúncia normal brasileira por Antenor Nascentes. Editora Delta, 1970.

ELUCIDARIO  
DAS  
PALAVRAS, TERMOS, E FRASES,  
QUE EM PORTUGAL ANTIGUAMENTE SE USÁRÃO,  
E QUE HOJE REGULARMENTE SE IGNORÃO:  
OBRA INDISPENSÁVEL  
PARA ENTENDER SEM ERRO  
OS  
DOCUMENTOS MAIS RAROS, E PRECIOSOS,  
QUE ENTRE NÓS SE CONSERVÃO:  
PUBLICADO EM BENEFICIO DA LITTERATURA PORTUGUEZA,  
E DEDICADO

AO  
PRINCIPE N. SENHOR

POR  
FR. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO,  
*Dos Menores Observantes Reformados da Real Provincia da  
Conceição.*

TOMO PRIMEIRO.

A=F



LISBOA. M. DCC. XCVIII.

---

NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.

*Com licença da Meza do Desembargo do Paço.*



### Parte III – Breve ilustração de verbetes

Os exemplos, recolhidos de alguns dicionários de épocas passadas, demonstram que elaboradores de dicionários, sem a certeza de como conceituar e significar o objeto de registro, lançavam as próprias dúvidas no corpo dos respectivos verbetes:

#### Verbete de Moraes:

- JACARANDÁ, s. m. É madeira Brasil, rija, e algum tanto aromática; a madeira é preta, talvez com sua veyas arroxadas, ou branca; serve para fazer moveis de casa, grades; para cobrir madeira ordinária, fazendo-a em laminas, e para marchetar.

#### Verbete de Cândido de Figueiredo:

- Jaçanan, m. Bras. Ave de peito avermelhado. O mesmo que *jaçanha*?
- Jaçanha, f. Ave penalta do Brasil. – Vejo este nome em dictionários; em escritores brasileiros vejo *jacana* e *jaçanan*. Serão aves distintas? Haverá erro typográphico ou equívoco de alguns dos alludidos escritores?

#### Verbete de Nascentes:

- JANTAR – Do lat. *jentare*, almoçar; ant. esp. *yantar*. M. Lübke, *Introdução*, n. 109, REW, 4584, dá um lat. *jantare*. Há uma forma popular *jentar*, que representa a vacilação entre *en* e *an* (Nunes, *Gram. Hist. Port.*, 60). Mudou a hora da refeição.

### IV - Conclusão

Este texto resulta de partes do conteúdo de minhas aulas de Lexicologia e de Lexicografia, nos Cursos Graduação e de Pós-Graduação do Instituto de Letras – IL da Universidade de Brasília – UnB. Caso haja excesso de didatismo, este se deve à natureza da organização lexical dos dicionários, obras de composição complexa. Compostos por entradas (lexe/palavras), normalmente em ordem alfabética, exigem rigoroso trabalho de buscas diversas para a satisfatória descrição dos significados. Em vista disso, a organização de um dicionário exige equipe bem formada em línguas diversas e em linguística, com aptidão para 'catar palavras' que, em paródia com João Cabral de Melo Neto (NUNES, Benedito. *Poetas modernos no Brasil 1/1*, Petrópolis: Vozes, 1971), de forma prática, equivale a:

Catar feijão se limita com escrever:  
joga-se os grãos na água do alguidar  
e as palavras na da folha de papel;  
e depois, joga-se fora o que boiar.  
[...]

O especialista em Lexicografia é pancrônico se considerarmos que o tempo em que ele vive está envolto por distintas sincronias. Mais do que isso é um artista da palavra!

# A LITERATURA GALAICO-PORTUGUESA ENQUANTO CIFRA OU A ONDULAÇÃO DAS LETRAS DA DOÇURA

RISOLETA CONCEIÇÃO PINTO PEDRO

Escritora

Uma hermenêutica não condicionada é indispensável para compreender o modo como nasceu a literatura portuguesa. Se algumas explicações têm sido, do ponto de vista académico, relativamente consensuais, como o facto de esta poesia, normalmente designada como poesia galaico-portuguesa, ter como base, ora cânticos religiosos, ora de trabalho, algumas das suas características passam completamente ao lado quer de uma quer de outra explicação. Não significa que tenhamos de as pôr de lado, mas a sua abrangência não é total. Alguns hermeneutas têm-se debruçado sobre elas, trazendo à luz, não a explicação, mas o mistério. O que é o princípio da clareza, para cuja compreensão, é sempre necessário partir da obscuridade. Significa isto que esta poesia vela mais do que revela.

Toda a poesia, e a criação em geral, se o são verdadeiramente, pela sua natureza equívoca geradora de significados múltiplos, são terreno fértil para a ocultação, a única que propicia o verdadeiro ver, mais no sentido de descortinar. Ver, não como exercício de captação de imagem exterior e nítida, mas da imaginação do que se encontra escondido. É desse destreinado, desprezado e oculto “sentido” que necessitamos para ler alguma da nossa literatura tradicional. Como veremos.

A poesia trovadoresca medieval, apresentando uma vertente satírica, outra amorosa, ora se aproxima, ora se afasta da arte poéti-

ca provençal. É autóctone a que se apresenta mais musical, a mais rítmica, a mais repetitiva ou paralelística, como se costuma designar. De todas, são as cantigas d'amigo, as que são postas na boca de uma mulher, que mais se articulam com esta categoria, mas também entre as de amor (as do amor masculino) podemos encontrar as de influência autóctone, ou opostamente, as de estrutura mais reflexiva, mais próximas da arte provençal. O mesmo se passa com as satíricas. Mas é nas de amigo que queremos demorar-nos, por serem, apesar de aparentemente mais populares e simples, as mais misteriosas, as que vão requisitar, para a sua hermenêutica, o exercício do tal "sentido" de que falávamos atrás.

Pela musicalidade, aproximam-nos do jogo e do prazer, mas se a sua génese se encontra na música, pois na realidade foram compostas para serem tocadas, cantadas e dançadas, e isso pode ser comprovado pelas partituras dos Cancioneiros, outra dimensão arrasta-nos para um nível que exige de nós pensamento profundo, interrogação e espanto. Essa dimensão é a da irregularidade, a do paradoxo e a da metáfora quando esta nos surpreende mais do que esperaríamos. Os hermeneutas do mistério, algumas vozes da Filosofia Portuguesa, alertam-nos para a importância destes

sinais de irregularidade, como um dedo que aponta. Porque existe um ocultar, um cifrar, tem de existir um *re-velar*, isto é, um duplo ocultar que seja um factor de espanto e atenção.

Camões viria a chamar essa mesma atenção para o exercício do amor como uma transformação, e estas cantigas que outra coisa não são, senão de amor, veremos de que tipo, são o transporte do leitor de uma dimensão para outra, de uma leitura literal para uma hermenêutica, hermenêutica de um objecto artístico, e novamente o afirmo, cifrado. Arte oculta tendo como chave a metáfora. Chave que não abre, mas cria no leitor o desejo de entrar. Este desejo não pode ser satisfeito, mas a luz da chave aponta uma janela, um cortinado, uma luz velada, um vulto, uma névoa, um movimento, um som, uma música, um labirinto.

Talvez, por isso, tenha sido este o título escolhido por Fiamá Hasse Pais Brandão para o seu livro de 1985 (*O Labirinto Camoniano e outros Labirintos*) onde recolhe artigos vários, onde vai transmitindo a sua pesquisa sobre Camões, embora tenha estudado, na mesma perspectiva, outros autores, como Rodrigues Lobo e António Ferreira, bem como os romances pastoris, apoiando-se na sua própria investigação, mas, também, na de "homens verdadeiramente

curiosos e investigadores, sobretudo do século passado [XIX]” e, ainda assim, não conseguiram “endireitar de vez as extraordinárias distorções ou omissões que se repetem ainda hoje”.

É essa visão do labirinto que Fiama apresenta sobre a obra de Camões, o que António Telmo igualmente faz, recuando, também, até às cantigas de amigo. Uma poeta e um filósofo, a união quase perfeita. No entanto, ainda que idóneos e esforçados, não foram ainda suficientes, porque os dicionários e outras importantes publicações e vozes do sistema se lhes têm fechado. E, como se não bastasse, vilipendiado. Muito pouco universal se tem mostrado a Universidade. Nem todos têm a coragem de percorrer o labirinto das interrogações, mais fácil lhes é seguir o trilho do engano com roupagens sistémicas de certeza. Acompanhem, então, um pouco da investigação sobre o segredo e a cifra nas cantigas de amigo elaborada por António Telmo e presente em mais do que uma das suas obras.

Como muito bem explica no III capítulo da I parte de *O Horóscopo de Portugal* (VII volume das Obras Completas do filósofo, edição da Zéfiro), tudo se prende com uma doutrina secreta “que vem de longe (pelo menos desde a fundação da nacionalidade), cujo momento fundamental e decisivo se deve situar na que-

da dos Templários”, que continuaram a existir a *coberto* da Ordem de Cristo, em Portugal, onde estaria a verdadeira e oculta sede. Esta realidade, impossível pela sua natureza de ser encontrada em documentos, só em *palavras cobertas*, como é a linguagem do manuelino ou a poesia dos trovadores, poderia ser encontrada. Como na de outros poetas, tais como Rodrigues Lobo e Camões, considerado este o último *fiel do amor*, essa requintada e oculta ordem de cavalaria.

Se falámos há pouco da dificuldade em encontrar sinais de confirmação em documentos, uma excepção existe, que são as declarações aos inquisidores, nomeadamente de um Frei João da Ordem de S. Bento, que segundo António Telmo, terá fornecido informações sobre aspectos e objectos do rito e das vestes dos neófitos e dos iniciados. Os mesmos que vão ser encontrados repetidamente nas cantigas de amigo, com os temas da camisa e da corda: “Fez-me tirar a corda da camisa”, “E vai lavar camisas/ Eno alto”, “Quando eu vi esta cinta que ele me deixou/ Chorando com gran coita, e me lembrou/ a corda da camisa”.

Considera o hermeneuta, com toda a justeza, que a repetição quase obsessiva de temas não se prende com falta de imaginação, mas com o apontar para determinadas cifras, assim lhes apontando um sentido. É o caso da impressionante semelhança, quase a rondar o plágio, en-



tre a cantiga de D. Dinis “Levantou-se a velida” e a de Pero Meogo “Levantou-se a louçana”.

Isso voltará a acontecer no Renascimento e não é difícil encontrar o mesmo tipo de semelhança entre poemas de Camões e de Petrarca, como tive oportunidade, há anos, de comparar. A tese da primitividade do momento literário ou da falta de imaginação criadora atribuída ao momento trovadoresco de que falávamos, ainda mais difícil é de aceitar aqui.

Tenhamos em mente o poema de D. Dinis “Ai flores, ai flores do verde pino”, sobre o qual António Telmo afirma que “o refrão é para ser ouvido *cantado* pelo coro de anjos no grande silêncio do mundo”. Recordemos o refrão “Ai Deus, e u é?” e assinalemos esta marca acima distinguida, do *cantar*. Por isso são cantigas. A arte de trovar medieval em seus versos desvendando “até ao íntimo dos íntimos”.

O texto que acompanha o Cancioneiro da Biblioteca Nacional é uma Arte de Trovar e nele se fala em *coplas* ou *cobras*, que são as estrofes. *Copla* é a abreviatura de *cópula*, e entre os vários significados, apresenta o seguinte: “Tudo o que serve para ligar, cadeia, corrente, encadeamento, sucessão de palavras”. Isto leva-nos a recordar o que já aqui

foi dito sobre a *corda*. Mas, a corda, também, é capaz do movimento serpentino da cobra, a qual, por sua vez, se encontra ligada à “ideia de encadeamento, sucessão de palavras”. Esse encadeamento podemos encontrá-lo não só nos vários significados, mas dentro do mesmo poema; também de poema para poema e de poeta para poeta. Um espécie de Ouroboros. Basta pensarmos no poema de D. Dinis e no do galego Aira Nunes de Santiago “Bailemos”.

António Telmo chama a atenção para a importância do “equivoco”, na Arte de Trovar, entre “*cobra* [colúbra], o animal ondulante” e “*cobra* [copúla], forma ver-sejada”. Este equivoco, a que António Telmo, na personagem de Thomé (trata-se de um magnífico diálogo entre Thomé e Nathan), chama “confusão” derivada das cantigas de amigo paralelísticas, é mais do que uma questão de linguística, trata-se de uma questão filológica, a única que poderá aproximar-nos

[...] do verdadeiro motivo por que o processo de desenvolvimento verbal de uma forma poética foi associado ao movimento próprio das serpentes.

Essas que silvam, assim acompanhando, digo eu, do seu silvado som, a dança sinuosa e sibilina do movimento.



Alfonso X el Sabio. Viola de arco (Vihuela de arco) e viola de mão ou plectro (Vihuela de pênõla). [https://pt.wikipedia.org/wiki/Viola\\_de\\_mão\\_\(Vihuela\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viola_de_mão_(Vihuela))

O filósofo vai discorrer sobre isto em termos profundos e complexos, que aqui não cabem, e, por isso, remeto para a leitura dos “Diálogos de Thomé e Nathan”, na página 83 da parte “Congeminações de um Neopitagórico”, *In A Aventura Maçônica*, no volume IX das Obras Completas de António Telmo, pela editora Zéfiro. Nesse diálogo, ele cita, a propósito do tema, o belga Charles-André Gilis:

A fluidez relativa dos sons e das letras é fundamental na pronúncia das fórmulas sagradas. Não acontece seguramente por acaso que as três letras Alif, Wâw e Yâ, que são entre todas as mais fluidas, revistam no esoterismo islâmico uma função axial, [...] as letras da doçura e da misericórdia. Observa-se também que a qualidade sensível ao éter é o som e que, segundo Kanade, o som é propagado por ondulações, vaga após vaga, ou onda após onda.

Fazendo o paralelismo destas “letras de doçura e de misericórdia” com o refrão do nosso cantar “Ai Deus y u é?”, pretende assim, para além da sugestão da “forma ondulada” destas cantigas como o “deslizar da cobra que é como o do som, propagando-se pelo éter vaga após vaga, onda após onda”, ir mais além e mostrar, nos diálogos, que a própria

[...] terminação em *é* das fórmulas de invocação divina é uma constante nos ritos dos homens antigos. Lembra-te de *Evoé*. O próprio nome de Deus termina, na língua dos meus pais [Nathan é judeu], pela mesma vogal *I H V H* (*y é u é*). Podes ver que o *y u é* de D. Dinis lembra estranhamente o santo nome de Deus ao qual faltasse uma letra, precisamente o primeiro *é*. Não corresponderá esse vazio à saudade do Amigo, por que o coro brada?

Genial. *Se non è vero è ben trovato*. Afirmo o mesmo Nathan, o judeu, a Thomé, o cristão, ambos, facetas ou polaridades da alma de António Telmo, que pretende este estar

[...] ensaiando um caminho sinuoso que nos leve a ver em D. Dinis e, através dele, na poesia dos trovadores medievais a expressão dissimulada de qualquer coisa como a gnose dos primeiros cristãos dissidentes de Roma, entre os quais os cátaros ou os albigenses.

Caminho em que não é seguido por Nathan, porque “olhando em volta, podemos dizer que, hoje, assistimos ao triunfo do que havia de pior na doutrina e na prática das primeiras seitas gnósticas”. Ao que responde Thomé, reabilitando a serpente, com o auxílio de

Dalila Pereira da Costa, que vê nela o “animal imortal, sábio e oracular”. Também a ideia de regeneração pela renovação periódica da pele está associada à serpente. Fernando Pessoa associa-a à “Grande Obra”. Finalmente, com Eva a indicação do “caminho da liberdade e da sabedoria pelo conhecimento do bem e do mal”. Prolonga-se, mas não se detém Nathan na sinuosidade destas incursões, regressando ao dedilhar das

[...] dezasseis cordas do canto de D. Dinis que porei a vibrar nos teus ouvidos com as cordas do alaúde. Como compreenderás, falando em cordas, não me afasto muito da tua teoria que vê cobras nas coplas.

Nesses termos continua, analisando, símbolo a símbolo, o cantar do rei, enquanto cifras de uma ordem iniciática, relação de que, embora não seja central para o nosso tema, recomendo a leitura, até pela sua aproximação metafísica bem estruturada e bem documentada, a Dante e a Camões.

De toda a sua exemplificação, retiro que “o bailado é um rito”, e a propósito disto não podemos esquecer as bailias. Por outro lado, neste *rito* “só era qualificado quem amasse amigo”, que nesta sinuosa cadeia de associações seria

o “daimon”, o “amigo da sua alma”, no sentido que lhe era atribuído pelos antigos. Assim, há de ler este amigo das cantigas medievais, de um modo mais metafórico e menos literal que aquele comumente tomado, e a própria forma, silvada, paralelística, ondulada, encadeada e dançada participa da cifra que aponta para muito mais além, mais alto e mais profundo. Por outro lado, é como se esta poesia, pela sua própria estrutura simbólica ondulante, contivesse em si a música, sendo a notação musical uma redundância, dada a sua natureza.

Espero ter conseguido, com a ajuda de quem mais sabe, mostrar que não apenas a nossa literatura nasce com a música, o ritmo e o movimento, mas contém em si tudo isso, pela sua origem sagrada e ritual. Termino manifestando o desejo de ter desassossegado o leitor, não com certezas, mas com dúvidas que o levem à sua própria investigação e aprofundamento deste tema apaixonante que é a génese, natureza e desígnio da poesia trovadoresca peninsular ou ibérica.

(Texto redigido segundo a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico)





Konrad von Altstetten. Ó abraço amoroso (1310 – 1340). Cod. Pal. Germ. 848. Gro e Heidelberger Liederhandschrift, Codex Manesse. Zürich (1305-1340). Detalhe da representação do conde Konrad von Altstetten e uma dama que o abraça ternamente. Cod. Pal. Germe 848, Bl 249v. Iluminura em pergaminho, 35 x 25 cm. Biblioteca Palatina. Essa iluminura é o retrato do ideal de amor cortês no campo pictórico. A pintura de Konrad von Altstetten faz parte de um conjunto de manuscritos encadernados que contém poemas e ilustrações. A linhagem dos von Altstetten, documentada desde 1166, tinha sua residência em Oberrheintal, no Vale do Alto Reno. Estavam a serviço do abade de Santa Gallen. <https://www.ricardocosta.com/artigo/entre-pintura-e-poesia-o-nascimento-do-amor-e-elevacao-da-condicao-feminina-na-idade-media>

# ANTÔNIO HOUAISS: UM HOMEM MÚLTIPLO

ARNALDO NISKIER

Academia Brasileira de Letras

*Como colaborar para que a comunidade lusofônica no mundo seja uma realidade de partes reciprocamente interessadas nesse bem comum que lhes é a língua comum? (Antônio Houaiss)*

É muito difícil definir o homem Antônio Houaiss a partir de tudo o que fez e representou para a cultura brasileira. Filólogo, linguista, crítico, lexicógrafo, tradutor, perito-contador, gastrônomo, ensaísta, polígrafo, professor, biólogo, diplomata, enciclopedista, acadêmico, e muito mais. Multifacetado, ele sempre esteve pronto para assumir as atividades que a vida colocou à sua frente, e com a devida competência. Como bem definiu a acadêmica Nélida Piñon (*Cem anos de cultura brasileira – Ciclo de conferências do I Centenário da ABL*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002), Houaiss “é um homem múltiplo, polissêmico, uma mentalidade, uma cultura, uma visão de mundo polissêmica”.

Tudo começou em 15 de outubro de 1915 quando nasceu no Rio de Janeiro. Foi o quinto dos sete filhos de Habib Assad Houaiss e Malvina Farjalla Houaiss, imigrantes libaneses maronitas. A ascendência árabe em nenhum momento fez com que estreitasse laços culturais apenas com a história dessa origem. Ao contrário, ganhou o mundo nas diversas funções desempenhadas na área diplomática, apreendendo ensinamentos e levando seus conhecimentos, sempre em busca de um mundo melhor para todos.

Em 1933, formou-se perito-contador pela Escola de Comércio Amaro Cavalcanti onde teve como mestres Joaquim Matoso da Câmara Jr., então o maior linguista do país, e Ernesto de Faria. Logo depois, fez o curso secundário de madureza. Na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), fez o curso de Letras onde estudou com o filho de Antenor Nascentes, Olavo Aníbal Nascentes. O seu trabalho crítico sobre a produção do Padre Anchieta, ainda nos tempos de estudante de Letras Clássicas, na então Faculdade Nacional de

Filosofia, até hoje merece comentários dos estudiosos de sua obra. Esta poderia ser considerada a pedra fundamental da construção de um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve.

Antônio Houaiss casou-se em 1942 com Ruth Marques de Salles e não teve filhos. A esposa faleceu em 4 de julho de 1988, e quase 11 anos depois, o acadêmico deixou o nosso convívio, no dia 7 de março de 1999, devido a problemas respiratórios. Uma perda até hoje sentida.

### **A posse na Academia Brasileira de Letras**

A presença de Antônio Houaiss na Academia Brasileira representou um benefício muito grande para a nossa cultura. De forma singela, ele chegou a comentar, em certa oportunidade, sobre a sua atuação na *Casa de Machado de Assis*:

Um acadêmico é um mortal um pouco à margem das punições sociais. Eu pensei: se eu me fizer acadêmico, poderei continuar a ser o Macunaíma que sou, mas talvez um pouco protegido.

Após ser eleito o quinto ocupante da Cadeira 17, da Academia Brasileira de Letras, em 1º de abril de 1971, para suceder a Álvaro Lins, Antônio Houaiss tomou posse no dia 27 de agosto do mesmo ano. Em seu discurso, fez referências amáveis a seus antecessores (Sílvio Romero, Osório Duque-Estrada, Roquet-

te-Pinto e Álvaro Lins) e, também, ao patrono Hipólito José da Costa. Foi recebido pelo Acadêmico Afonso Arinos de Melo Franco que assinalou a importância da chegada do novo membro da ABL:

Por tudo isto é que, para mim, vossa obra de investigação e pesquisa, na Literatura e na Filologia, junta-se harmoniosamente, pela Crítica, em uma espécie de síntese, que vai se definindo melhor, à medida que os diversos trabalhos se sucedem. Objetiva e livremente, a vossa obra, abrangendo sempre temas estranhos à vossa pessoa, vai revelando, no entanto, a vossa personalidade. Vossa obra representa, toda ela, uma ascensão contínua da inteligência para o saber, da experiência para o conhecimento. Vossa personalidade corresponde aos fatores evolutivos de vossa formação.

Sobre ele, disse Josué Montello, e há o registro no livro *Diário do Entardecer* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991):

Ora, o meu admirado Antônio Houaiss, candidato único à sucessão de Álvaro Lins na Academia, acaba de fazer chegar às minhas mãos o seu curriculum. Bem organizado. Bem impresso. Bem Antônio Houaiss. Preferi não ler. Como o recebi, guardei-o. No meu caso, não precisava converter em seu favor, quem já estava convertido. Houaiss é figura representativa da cultura brasileira. O que há de melhor. Álvaro Lins, neste momento, não poderia ter melhor sucessor.

## Cuidando da língua portuguesa

O trabalho memorável de Antônio Houaiss como enciclopedista teve como resultado a publicação da *Enciclopédia Mirador Internacional* e a *Enciclopédia Delta Larousse*, graças ao apoio de Abraão Koogan, seu grande amigo e com quem trabalhou por mais de três décadas. Vale lembrar que também trabalhou na elaboração da *Enciclopédia Barsa*, em 1964, em colaboração com Catherine B. Avery. Outros lançamentos neste segmento foram o *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse* e o *Dicionário básico escolar*.

A edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), da Academia Brasileira de Letras, teve efetiva participação de Antônio Houaiss. Outro trabalho hercúleo desenvolvido por ele foi a organização do Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa. A finalidade essencial é a simplificação da escrita do nosso idioma, com um claro objetivo estratégico: postular a oficialização do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU), o que eleva o nosso *status* internacional.

O filólogo, também, se destacou na área de estudos linguísticos quando promoveu o lançamento de diversas obras,

das quais podemos destacar algumas: *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca, dialetologia e ortofonia*; *Sugestões para uma política da língua*; *Elementos de bibliologia*; *A crise de nossa língua de cultura*; *O português no Brasil*; *O que é língua?*; e *A nova ortografia da Língua Portuguesa*. Sua grande obra, certamente, foi o *Dicionário Houaiss*, talvez o mais completo da língua portuguesa, que ele deixou praticamente concluído.

## A atuação na área cultural

Uma lembrança saudável que trago da boa convivência que tive com Antônio Houaiss vem de suas participações em meu programa na TV Manchete, o *Debate em Manchete*. Em abril de 1990, por exemplo, ao lado de Rodrigo Faria Lima e do saudoso Walmor Chagas, ele já mostrava sua preocupação com os caminhos que a nossa cultura estava trilhando, e que na sua opinião estava sendo comprometida. Até hoje guardo a sua afirmação contundente:

A cultura é tudo o que a humanidade faz dentro de um contexto: é transmissão, é produção e também é performance, tudo ao mesmo tempo. A nossa cultura está sendo impotente para a modernidade.



Quis o destino que, anos depois, ele viesse a assumir o Ministério da Cultura (Minc), no governo Itamar Franco, após o *impeachment* de Fernando Collor. O Minc havia sido extinto em abril de 1990, dando lugar à então Secretaria de Cultura. E pior: numa canetada, Collor acabou com diversos órgãos representativos da cultura nacional, reunindo-os no Instituto Brasileiro da Arte e Cultura – IBAC.

Com a ascensão de Itamar Franco, veio a recriação do Ministério da Cultura, pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e as coisas voltaram ao seu devido lugar, com a participação efetiva de Antônio Houaiss. Muitos consideram que a sua atuação na Pasta, não como político do Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas como intelectual, pode não ter sido tão brilhante, exatamente pela criação de possíveis conflitos na hora de tomada de posições. Mas, de 2 de outubro de 1992 a 1º de setembro de 1993, ele buscou reverter o quadro de indigência que o setor sofria, principalmente, nas atividades ligadas ao patrimônio histórico e artístico.

No fim, acabou saindo do governo, desiludido com a irrisória cota de 0,03% do Orçamento-Geral da União para a cultura. Mas deixou seu nome marcado no ministério que, também, teve outros nomes ilustres como José Aparecido de Oliveira (o pioneiro), Sérgio Paulo Rouanet (a quem sucedeu), Aluísio Pimenta e Celso Furtado.

## A tradução de *Ulisses*, de James Joyce

Uma das facetas mais lembradas de Houaiss é a tradução de *Ulisses*, de James Joyce (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965). Ele transpôs para o nosso idioma a magia verbal do grande autor irlandês quarenta e dois anos após a publicação do original. Todas as particularidades léxicas do estilo joyceano poderiam assustar e até inibir aqueles que pensassem em verter a obra para a língua portuguesa. Mas este não foi o caso de Antônio Houaiss, que cumpriu a tarefa em tempo hábil (menos de um ano), tornando o livro uma referência para estudiosos, incorporando singularidades e detalhes específicos do idioma inglês, investindo na justaposição de palavras e, ao mesmo tempo, formulando neologismos em português.

Dizem que a carga horária dedicada ao trabalho passava de seis horas por dia. Eis um exemplo da árdua tarefa de Antônio Houaiss que mergulhou completamente para entregar no prazo a tradução das mais de 260 mil palavras da obra. Segundo Augusto de Campos, a excelência do trabalho feito por Antônio Houaiss residiu na sua radicalização, partindo para uma tradução 'antinormativa':

Entre verter simplesmente 'as ideias' do texto, aclimatando-as ao 'gênio' (ou fantasma) 'da língua portuguesa' e subverter o idioma para corresponder às invenções do original inglês, Houaiss optou por esta última alternativa. E o fez, por vezes, com mais arrojo que os seus predecessores (a clássica e bem cuidada versão francesa, revista pelo próprio Joyce é, sob esse aspecto, bastante tímida).

## A perseguição política

A carreira diplomática surgiu para alavancar uma carreira que já se prenunciava vitoriosa. Mas nem tudo foram flores para o grande defensor da Língua Portuguesa. Após dar expediente no Itamarati, foi nomeado para Washington, em 1946, considerada por ele "a porta de ouro para a carreira". Já nesta época, sua opção política começava a incomodar alguns elementos, e a indicação acabou sendo abortada. A opção foi seguir para Genebra onde ficou até 1948. A partir daí, vieram República Dominicana e Grécia, em cuja capital, Atenas, Houaiss teve o prazer de ficar até o início de 1953.

O círculo virtuoso foi quebrado com a acusação de existência de uma célula

comunista no Itamarati, e houve um processo contra o filólogo, que foi colocado em disponibilidade sem remuneração. Nessa época, o diplomata João Cabral de Melo Neto também foi afetado pelo processo. Coube ao Supremo Tribunal Federal acabar com a injustiça, e o Itamarati teve que rever as punições.

Com a eleição de Jânio Quadros, foi nomeado para a delegação permanente do Brasil nas Nações Unidas onde integrou uma Comissão que tratava do tema descolonização. Teoricamente, o Brasil era anticolonialista, mas na prática contemporizava com uma série de coisas que contradiziam esse posicionamento. Teve, neste período, como chefe de delegação Afonso Arinos.

Logo após essa experiência positiva, teve os direitos políticos suspensos por dez anos, em 13 de junho de 1964, com a eclosão do movimento militar. Ele conta com detalhes o imbróglio envolvendo esta fase triste de sua biografia no livro *A Defesa* (Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979). Foram ações lamentáveis que nos ajudam a entender "uma das muitas feições assumidas no país pelo Poder durante a ausência do Império da Lei", como ele observou na introdução da obra.

## A ligação saudável com a cerveja

Antônio Houaiss era um apreciador da cerveja e, para eternizar essa relação, nos legou o livro *A cerveja e seus mistérios* (Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1986), contando a história da bebida desde os seus primórdios até chegar aos tempos modernos. Ele nos mostrou as referências feitas por Platão (a.C.) a um certo 'licor de cereal', e por Arquílico (a.C.) ao que se dava o nome de 'bryton de cevada'. Nos ensinou também sobre a 'cervisia' ou 'cerevisia', que os estudiosos encontraram em comentários de Plínio, o Velho (d.C.), além de diversos testemunhos de experiências longínquas relacionadas à bebida, como na Babilônia, há mais de 6 mil anos, e nos países africanos, hindus e persas. Mas em relação à fabricação da bebida, ele fez questão de deixar bem claro:

No sentido estrito — até por disposições legais inequívocas — só é cerveja a bebida elaborada com malte, água, lúpulo e levedo. Mas isso é algo novo na história da cerveja.

## O defensor da boa culinária

A gastronomia era outra paixão de Antônio Houaiss. Estudava com cari-

nho as diversas variedades da comida brasileira, considerada por ele como um dos itens culturais. A partir dessa relação com a boa culinária, escreveu os livros *Magia da Cozinha* e *Receitas Rápidas 81 receitas de (até) 18 minutos*, resultado de suas experiências como cozinheiro. Ficaram famosas as reuniões que promovia, onde se degustavam pratos atraentes e saborosos, com destaque para uma das suas especialidades: a moqueca capixaba.

A sua ligação com a culinária data dos tempos de criança, quando colaborava com a sua mãe na preparação dos banquetes de fim semana, com a família toda reunida em torno de sabores, ingredientes e receitas tradicionais e gostosas. Essa atividade caseira foi responsável pela grande experiência que ele passou a deter no ramo. Por esta razão, ele se gabava de ter a capacidade de fazer diversos pratos ao mesmo tempo para atender dezenas de pessoas, sem nenhuma ajuda, e com um diferencial de fazer inveja a uma dona de casa ou aos *chefs* de grandes restaurantes: deixava a cozinha limpíssima.

Com a sua atividade diplomática, passou a conhecer as diferentes cozinhas do mundo, com seus pratos bem elaborados. Mas a culinária brasileira





Antônio Houaiss (caricatura). Arte digital de Amanda Olbel, artista plástica e ilustradora (2023)

sempre foi destacada por ele. E a reciprocidade também continua verdadeira em relação a ele: até hoje existem no cardápio do Restaurante Rio Minho, na Rua do Ouvidor, no Centro do Rio, as opções “cavaquinha a Antônio Houaiss” ou “peixada a Antônio Houaiss, com açafrão e alho”. Uma homenagem ao freguês assíduo que inclusive costumava preparar na cozinha do restaurante algumas de suas especialidades para os amigos que o acompanhavam.

### **Um modelo pioneiro de autonomia estudantil**

Foi na Escola Comercial Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado, na Zona Sul do Rio, que Antônio Houaiss viveu uma experiência produtiva e pioneira. Ela existe até hoje, agora com o nome de Escola Estadual Amaro Cavalcanti. Naquela época, foram criados conselhos estudantis que detinham grandes poderes junto à administração. Além de supervisionar o desempenho dos alunos, ajudavam aqueles cujas notas estavam baixas e até investiam na criação de cursos suplementares e atividades extracurriculares. A novidade foi implantada por Anísio Teixeira e Francisco Venancio Filho, com base no que era desenvolvido

em modelos norte-americanos do *self-government* (autogoverno) estudantil.

Por dois anos, os alunos conviveram com os experimentos que realçavam a autonomia estudantil, com a aprovação da diretora da escola, Maria Junqueira Schmidt, uma seguidora da filosofia da Escola Nova, de John Dewey (e de Anísio Teixeira). Só que em 1935, ela foi transferida para outra instituição, e as coisas mudaram totalmente. O novo diretor não concordava com o que estava implantado, e Antônio Houaiss, que liderava os estudantes, foi expulso da escola. A escola em peso ficou solidária com o seu representante, e uma passeata foi organizada, pedindo a readmissão do líder. Entrou em ação o educador Anísio Teixeira que, após uma reunião com o estudante, decidiu pela sua readmissão, e também pela transferência da nova diretora. Esses bons tempos assim foram lembrados por Antônio Houaiss:

Aproveitei extremamente a Escola do Comércio, da qual Anísio Teixeira, Pascoal Leme e Maria Junqueira Schmidt faziam um laboratório, no bom sentido. Uma experiência pioneira de autonomia escolar: podíamos modificar o currículo, administrávamos a disciplina, fazíamos todas as reivindicações e éramos os próprios censores das irregulari-



dades. O sistema funcionou bem. A sensatez era tanta que, por sensatez, chegávamos a fazer restrições à nossa liberdade.

## Dissecando a poesia brasileira

Apesar de ter se destacado principalmente nos campos da filologia e da lexicografia, Antônio Houaiss surpreendeu quando se debruçou sobre a poesia brasileira. Seu livro *Seis poetas e um problema* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de Documentação), 1960), que depois foi desdobrado em *Drummond: Mais seis poetas e um problema* (Rio de Janeiro: Imago, 1976), buscou analisar poetas marcantes da nossa literatura. Sobre Carlos Drummond de Andrade, o autor realça a sua importância para o surgimento do modernismo, desempenhando o poeta mineiro

a função de cristizador do movimento, pois nele é que a poesia brasileira contemporânea atingiria a plenitude moderna, de que derivariam (no melhor sentido) os melhores poetas subsequentes.

Falando sobre a poesia de Gonçalves Dias, Antônio Houaiss destaca aspectos arcaicos e inovadores, eruditos e populares, o que dificultava uma análise

se mais simples e imediata. A poesia de Manoel de Barros foi destacada na obra de Antônio Houaiss por sua enorme racionalidade. Aliás, sempre que podia, o ex-presidente da Academia Brasileira de Letras fazia questão de destacar a sua admiração e seu amor pela obra do poeta mato-grossense.

A obra de João Cabral de Melo Neto mereceu uma atenção especial de Houaiss que analisou a fase inicial do autor de *Morte e Vida Severina* e, depois, foi mostrando a evolução do poeta pernambucano. Da mesma forma, Joaquim Cardoso, engenheiro que realizou diversas parcerias com o arquiteto Oscar Niemeyer, inclusive na construção de Brasília, também, se destacava como poeta, e teve sua obra revista em um dos capítulos do livro de Antônio Houaiss. Autor do poema heroico-cômico *O Desertor das Letras*, o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que forma a chamada Plêiade Mineira (juntamente com Santa Rita Durão, Cláudio da Costa, Basílio da Gama). Assim como a poesia concreta que Antônio Houaiss fez algumas objeções, quando surgiu, nos anos 1950.

## Socialismo: primeira e única opção política

Nos debates e na convivência com os amigos, Antônio Houaiss sempre de-

fendeu com unhas e dentes os seus ideais políticos que passavam pela defesa da implantação do socialismo. Entrevistado em 1990 pelo programa Roda Viva (TV Cultura), quando todos discutiam o futuro político do mundo a partir da “queda do muro de Berlim”, procurou mostrar que a essência do socialismo não visava a solução específica para alguns países, mas sim a extensão dos benefícios de uma vida social harmônica para todos. Por isso, continuava a ser socialista, porque o programa da ideologia, na verdade, jamais havia sido realizado e continuava a ser a condição para a sobrevivência da humanidade. As palavras a seguir definem muito bem o seu fascínio pela causa:

Esse meu socialismo deriva de uma convicção que tenho desde os onze anos. Não acredito numa solução para o mundo que não seja nessa

direção e essa afirmação eu me reservo o direito de tê-la até morrer, ou ser morto por causa dela.

Sérgio Paulo Rouanet, que teve uma convivência estreita com Antônio Houaiss, inclusive no exterior, certa vez fez esta observação, abordando o seu lado político:

Houaiss foi meu verdadeiro mentor intelectual. Minha cultura política era vacilante. Meu socialismo tinha mais a ver com Sartre que com Marx. Quando eu disse que achava os Manuscritos econômico-filosóficos, do jovem Marx, mais importantes que *O Capital*, ele foi acometido pela ira dos justos e chamou-me de revisionista.

Esse é o grande intelectual brasileiro que a ABL teve a honra de acolher e hoje exaltar.

# DO AGOSTINHO DA SILVA E DA LÍNGUA PORTUGUESA À SOLTA

LÚCIA HELENA ALVES DE SÁ  
Instituto Mukharajj Brasilan

O ilustre luso-brasileiro George Agostinho Baptista da Silva (1906-1994), alegoricamente, deu a si mesmo a alcunha de “marinheiro”, figura de um argonauta ao leme que vence tormentas e tormentos, cedido à disciplina do mar e desapegado das coisas vis para exercer e confiar na liberdade absoluta de ser ele mesmo, sendo o mundo todo, que “o homem sonha, a obra nasce”. Não importa que seja “curta vida”, o importante é ser grande para o “longo mar”, porque “Navegar é preciso; viver não é preciso”, esteve assim Agostinho muito próximo ao Fernando Pessoa, e como a todo ser navegante interessa aprender o navegar — concebido como ação dramática de aprendizagem para se tornar autor e ator do seu Ser-navegante —, certamente, foi homem de *Alma Oceânica*.

Diz-se ter sido “soldado”, metáfora da vontade guerreira e monástica do *espírito de serviço*, agindo de forma ordenada e integradora de modo a despertar a vocação das pessoas para que sejam, cada uma delas, *poetas à solta*, cumprindo essa missão com todo o seu coração e com todo o seu intelecto. Homem de “vida conversável” que “não se limitou a ter ideias, mas a ser as ideias que teve”, dando a si mesmo a chance de fazer de sua vida uma obra conversável na qual os contrários se harmonizam, pois a verdadeira compreensão se dá quando a unidade é a variedade. Ora, newtonianamente, a variedade na unidade é a lei suprema do universo.

Incapaz de estar confortável no “estilo do previsível”, Agostinho nunca se rendeu a fatos que não fossem verídicos e soube rejeitá-los quando em contradição com sua própria natureza que é a da plena, infinita e iniludível liberdade. Foi, também, “cavaleiro andante” de espantosa erudição e de senso agudo do político, tendo, por vários quadrantes,

espalhado seu *pensar poetizante*, fundamentado em saberes filosóficos e espirituais, que tem o potencial de inspirar e orientar indivíduos. Como um “gênio”, contagiava a todos com um ânimo incommum, livre dos incômodos de tempo e de espaço.

Leal às suas ideias diversas e complexas, muitas delas paradoxais e de filosofia multifacetada, devotado a um certo pensamento crítico — que em muito discorreu sobre a cultura lusófona [lusofônica], sobre a língua portuguesa [inflamada e inflamante], que se tornou código linguístico abrangente, demarcando território específico que se oferece como via para a realização de todo tipo de atividades, sejam elas políticas, científicas, ambientais, culturais ou pedagógicas —, e fiel à Ética, base para a conduta humana e para a ecúmena, assim cumpriu a vontade de ser “mestre” da *vida segura e conversável* acrescentada à beleza do mundo.

Como Agostinho foi “um amável pastor de sonhos, um enérgico e paciente jardineiro da esperança”, na apreciação de Ordep Serra, deixou-se conduzir pelo sonho e pela esperança consubstanciados no Reino [ou Idade] do Espírito Santo no qual haveria uma economia que não fosse uma simples luta contra a miséria, mas sim um alicerce de liberda-

de; uma política sem partidos a rechaçar a manutenção no temor, o que separa, o que divide. Isso não seria senão o estabelecimento da Irmandade Universal, equivalente à instauração da Cultura da Paz (tão atualmente anunciada): estruturas democráticas e respeitabilidade mundial, unidade de vida e de compromisso planetário, despojamento dos requintes materiais e da cotidianidade supérflua do homem moderno. Agostinho expressou em língua portuguesa esse Reino especialmente no “Poema único de Bernardo Soares”, inserido em livro ensaístico intitulado *Do Agostinho em torno do Pessoa*<sup>1</sup>, que diz que a

Vida foi gratuita e pobre  
quando se apanhava fruta ou  
se catavam raízes  
ou tola caída fruta

depois a pagou bem caro  
escravo ou funcionário  
nem tempo para pensar  
porque tão triste fadário

mas outro tempo virá  
de vida gratuita e boa  
para comer regalado  
e ler Fernando Pessoa

Nesse poema, há evidente gradação de eventos que levarão à celebração, na última estrofe, da alegria da liberdade humana que confirmaria a presença no mundo de “outro tempo” que virá para

instalar uma realidade nova na qual a dimensão fraterna da existência humana não mais estará encoberta pelo mundo do cotidiano, institucionalizado e racionalizado (2ª estrofe). Está fixado, poeticamente, um universo animado em cujo presente (2ª estrofe) o passado (1ª estrofe) é renovado (3ª estrofe). Isso porque, já que Agostinho também foi poeta, pôde dirigir-se ao futuro. Um futuro, também, discutido em outros textos seus nos quais se pode identificar — não obstante as críticas aos sistemas econômicos e à Igreja que podem ser lidas em “Riscos Heterodoxos” e em “Socialismo, Comunismo, Catolicismo”, textos de “As Aproximações”, inseridos no livro *Textos e ensaios filosóficos II* —, algum otimismo em relação às invenções científicas e tecnológicas que aí estão exatamente para reorientar e favorecer a vida de todos os homens, até mesmo, para que tenhamos à

[...] nossa disposição, teórica ou praticamente, os meios necessários para nos libertarmos de todas as tiranias das forças naturais e, pela conquista da nossa liberdade, podermos reconduzir também à sua liberdade as plantas e os bichos.”<sup>3</sup>.

Nisso afirma que só há miséria nas cabeças, tendo em vista o grande avan-

ço científico e tecnológico que é capaz de sustentar a humanidade em qualidade de vida.

Deve ser indubitável e obrigatoriamente objetivo da ciência e da tecnologia promover a construção do tempo novo — “república humana, universal” (termos equivalentes à era do Espírito Santo) — no qual todos os homens, indistintamente, estarão livres para gozar tanto dos prazeres materiais (comida, educação, saúde e lazer), quanto espirituais — porque deveremos (e necessitaremos) nos aproximar “[...] de uma época em que pela liberdade econômica se assegure a outra mais importante [a de] liberdade de contemplação e criação.”<sup>4</sup>.

O que bem traduz isso, e é muito preciso, foi o que versejou o vate Fernando Pessoa em o “Quinto Império”: “Não foi para servos que nascemos/ De Grécia ou Roma ou de ninguém./ Tudo negamos e esquecemos:/ Fomos para além.”<sup>5</sup>. Desse modo, o importante é que a técnica possa fornecer a nós todos a economia coletivista (desde que se desenvolva na liberdade) e criar, compartimentando culturas, uma vasta cultura humana, levando a todos os povos as técnicas sem as quais jamais haverá lazer e abundância.

Embora sabedor da barbárie que há muito já estava disseminada pelo mundo e, muitas vezes, fomentada de forma



execrável, Agostinho esteve a conclamar a construção de uma comunidade ecumênica, amiga, de cariz libertário, regida pelos dons do Espírito Santo [o ser irmão do mundo] e movida por uma “aristocracia do coração”, no dizer de Otávio Paz. Na senda agostiniana, e sob “Algumas Considerações sobre o Culto Popular do Espírito Santo”, todos poderiam contribuir com a sua “centelha de fogo” para exsurgir o

[...] tempo em que a única missão será a de, na liberdade própria e alheia, inscrever no universo a sua marca criadora, fazer da vida inteira arte, ciência e religião, descobrindo no espírito as forças, as possibilidades e os recursos que até agora apenas temos procurado no mundo à nossa volta, rumando às Índias interiores e não àquelas que apenas se encontram em quadrantes de tempo e de espaço [...].<sup>6</sup>

Eis a *força de destinação* agostiniana: uma energia intrínseca conectada a uma essência mais profunda que impulsiona cada indivíduo em direção a um destino único de contribuição para um bem maior justo, compassivo e espiritualmente enriquecedor, e significativo de expressão e de realização que transcendem limitações (auto)impostas. Nessa trilha de sonho e de esperança, que “o mundo acaba sempre por fazer o que sonharam os poetas”, Agostinho desafiou

a mentalidade de sua época (já àquela altura uma modernidade antimoderna) predominantemente materialista, competitiva, individualista, tecnicista e tecnocrática, submissa à tirania da lei e a ditadores financeiros. Essa *força de destinação* se constituía crucial, era como um guia, a impregnar, inclusive, a sua ideia de uma pedagogia transformadora que acabou por implementar em uma proposta de *Educação* [integral] de convergência construtiva para a *reinvenção* de novos horizontes e para a *liberdade* de forma que o indivíduo não fosse uma simples roda de máquina, resistindo a qualquer tipo de sujeição que impede as pessoas de pensar e de ter iniciativa.

Seu veio pedagógico (do grego *païdagogikós*), alinhado a valores humanistas, a princípios filosóficos e à espiritualidade, abarcava as possibilidades de comunhão e de entendimento da complexidade humana com implicações concretas na vida cotidiana, promovendo uma formação intelectual intimamente associada ao desenvolvimento emocional, social, cultural e espiritual do indivíduo, oportunizando a ele, ao máximo, a descoberta de suas qualidades e, simultaneamente, integrando-o de forma mais profunda no grupo social. Quanto aos educadores, dava a eles a responsabilidade de nutrir e orientar essa *força*

*de destinação* em cada educando, proporcionando um ambiente que encorajasse a busca interior e a descoberta do propósito de vida. Isso implicava ir além da mera transmissão de conhecimento acadêmico para cultivar uma educação que despertasse a curiosidade, a paixão e o comprometimento com valores mais densos, nobres.

Com uma atenção especial às crianças, dizia o mestre Agostinho, com humildade intelectual, ser preciso uma educação aberta à natureza, fonte de inspiração e de aprendizado; voltada para o brincar, para a criatividade, para a expressão artística, para a cultura da escuta ativa e do diálogo, pois “o mundo avança na medida em que alguém pergunta” à guisa de pensar o impensado sempre. A atualidade dos apontamentos pedagógicos relativos a práticas educativas feitos por ele é inequívoca e corrobora o que se aborda aqui sobre a necessidade de transformação das mentalidades que implica revisão das estruturas político-sociais que negligenciam a dimensão do humano, do Ser do ser humano. Em suas próprias ponderações, a criança deve estar em uma escola onde possa mostrar e firmar

[...]a sua capacidade de criação e de emoção; a aula não deve ser nunca a máquina que, segundo a

expressão vulgar, “quebra a vontade” dos alunos e faz deles os seres passivos, que são realmente cómodos, mas de que a sociedade não tira nenhum proveito: não tem nada que se criar o “obediente”, tem que se criar o “responsável”, o responsável perante si próprio, perante a sua escola, perante a sua cidade, o seu país, perante a Humanidade inteira; e a verdadeira disciplina só pode nascer duma forte e bem desenvolvida personalidade que tenha ao mesmo tempo a ideia de que está sendo útil no mundo e que dela o mundo espera algum trabalho.<sup>7</sup>

O entusiasmo com a Educação era tamanho que Agostinho, em Portugal, dedicou-se a publicações d’Os Cadernos de Informação Cultural que versavam sobre Artes, Religiões, História, Geografia, Biografias, Filosofia, Biologia, Literatura, Cooperativismo, Astronomia, Mecânica entre outros temas. Eram todos escritos e editados por ele mesmo, de cunho humanista e pedagógico, direcionados especialmente ao público jovem. Foram os seguintes os conjuntos d’Os Cadernos publicados de 1938 a 1947: “À volta do Mundo, Colecção de Textos para a Mocidade e Colecção de Textos para a Juventude”, com 13 volumes; “Iniciação, Cadernos de Informação Cultural”, com 63 volumes e “Antologia, Introdução aos Grandes Autores” que possuía 51 volumes.



Desenho de Fátima Murta para o livro Agostinho da Silva – Um Conto Para Crianças – *O Português dos 3 M* (de sua autoria), publicado pela Zéfiro (Edições e Actividades Culturais, Unipessoal Lda.), Portugal, 2006

Para Helena Maria Biosa e Mota, professora e mestra em educação, investigadora da obra pedagógica de Agostinho da Silva, esses Cadernos transmitiam valores como a solidariedade, a tolerância, a compreensão intercultural e religiosa, a autonomia, o livre exercício da liberdade e da cidadania que devem ser amalgamados por uma formação integral da pessoa humana. Biosa é categórica em afirmar que Agostinho empreendeu

[...] uma campanha em prol da dignificação da Pessoa e de efectivo respeito pela sua liberdade de

acesso à informação, conducente à construção, à promoção e ao aperfeiçoamento da pessoa integral, [...].

Claramente, a partir da década de 30 do século XX, está já Agostinho da Silva não só a preconizar como também a implementar os princípios que, só mais tarde, em 1948, virão a constar explicitamente da Declaração Universal dos Direitos do Homem; princípios que, só a partir de 1976, depois da queda do Estado Novo, virão a constar da Constituição da República Portuguesa inauguralmente proclamada, na era pós-salazarista, em 1976, e que virão a ser integrados dez anos mais tarde na Lei de Bases do Sis-

tema Educativo português, referentes à capacidade de julgar “com espírito crítico e criativo o meio social em que [os cidadãos] se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” [...], bem como de se organizarem de forma a [...] “contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal”.<sup>8</sup>

Por causa de um dos Cadernos, intitulado “O Cristianismo” (1942), Agostinho foi excomungado, e, devido ao “Doutrina Cristã” (1943), foi preso no Aljube durante dezoito dias e condenado à pena de residência fixa que cumpre no Algarve e no Minho. Logo depois, desvincilhado dessa situação, e descrente com o ambiente decadente de Portugal conservador e reacionário, decidiu-se por um exílio voluntário no Brasil, chegando aqui em 1944, entretanto, somente fixando-se, definitivamente, em 1947, na cidade de Itatiaia (Rio de Janeiro). Um ano antes, trabalhando como professor, esteve em Montevidéu (Uruguai) e em Buenos Aires (Argentina). Foram muitas as suas atividades pedagógicas e culturais durante os 25 anos vividos em terras brasileiras: do Rio de Janeiro à Paraíba, de Santa Catarina à Bahia, da capital federal a Goiás.

Foram muitos os testemunhos de quem com ele pôde vivenciar experi-

ências valorosas como de uma ex-aluna sua, Victória Chianca, estudante do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras da Paraíba (1952). Em seu depoimento para compor o livro *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*<sup>9</sup>, organizado por seu filho Pedro Agostinho e pelo diretor da produtora Mares Navegados, com sede em Lisboa, recorda que

Uma coisa que ele não aprovava era a disposição da sala de aula, formal, em que o aluno permanecia imóvel, em cadeiras padronizadas. Ele sugeria que os alunos ficassem sentados no chão, em círculo, do tipo usado pelos romanos antigos, onde alunos e professores discutissem assuntos já estudados em casa ou na biblioteca.

As palestras [...] não se limitavam apenas às salas de aula, mas ocorriam nos corredores, nos terraços, nos intervalos; era informal, mas constante.

Também em *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*, Edson Nery da Fonseca relembra a ação humanitária e solidária de Agostinho à época de uma grande seca no interior da Paraíba que demonstrava que a universidade tem de estar em contato contínuo com o mundo que a cerca, eliminando seus muros; também recorda que ele tinha planos para melhorar a Paraíba, tais como: a modernização da Biblioteca Estadual, a

restauração da fortaleza de Santa Catarina na cidade de Cabedelo e a criação de um instituto de biologia marítima, um dos muitos assuntos em que se especializara, o que mais uma vez evidencia seu “espírito à solta” cumprindo “O projeto do sonho ou o sonho do projeto” (expressões de Marcelo Ferraz).

No ano de 1955, Agostinho vai para Florianópolis (Santa Catarina) lecionar Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1959, além da faculdade, trabalhava na Secretaria da Cultura do Estado onde desenvolveu um programa de divulgação de produção cultural. Nesse mesmo ano, desembarca na Universidade da Bahia. Desse período, relata Pedro Agostinho — antropólogo, historiador, professor e membro do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também precursor do Programa de Pesquisas para os Povos Indígenas da Bahia (PPPIB), tendo sido autor da obra *Kwarîp: mito e ritual no Alto Xingu*<sup>10</sup> — que Agostinho previu que a derrocada das colônias [portuguesas] seria

[...] historicamente inevitável, era opinião [dele] que se deveria erigir, varrendo os escombros da velha ordem colonial, um núcleo de poder baseado na articulação de todos os países de língua portuguesa. Num primeiro momento, constituída pelos antigos

territórios coloniais que se tornassem independentes, e pelo Brasil; posteriormente, poder-se-ia quiçá pensarem organização internacional mais sólida, simples comunidade econômico-linguística, aliança, ou talvez algo do tipo confederativo. Para evitar tentações e riscos de dominação centralizante, muitas vezes [ele] disse que se a isso se chegasse e pudesse haver um órgão consultivo ou deliberativo comum, este deveria estar em Cabo Verde — que, apesar de central nas rotas do Atlântico, jamais teria meios de dominar ninguém.

Ideal seria se, um dia, Portugal entrasse no dito sistema, com status igual ao dos demais países; mas isso era inviável naquela altura, o que o deixou à margem de qualquer projeto. Isto apesar da importância que poderia vir a ter, por sua situação geográfica na encruzilhada das principais vias do Atlântico e do Mediterrâneo, para o acesso da futura comunidade ao mercado europeu, norte-africano e levantino.<sup>11</sup>

Consoante Ordep Serra, professor e antropólogo da UFBA, foi, entretanto, quando Agostinho se tornou interlocutor apreciado pelo presidente Jânio Quadros,

[...] que o Brasil começou a pôr de lado um vergonhoso aval à política colonialista do salazarismo, trocando-o por um decidido apoio diplomático às nações africanas em luta pela independência. Graças à inspiração de um português [o Agostinho], vencemos a cumplicidade com o colonialismo lusitano. E nos aproximamos mais do mundo negro.



Era ambicioso o projeto que o efêmero governo Jânio Quadros deixou no esboço: o traçado de uma forte aliança com essas novas nações [as que se tornassem independentes em África], embasando a formação de um significativo bloco no Atlântico Sul. Agostinho já desenhava este projeto quando se empenhou na criação do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. Um belo efeito colateral da iniciativa foi a atração de muita gente do povo para a Universidade: membros do candomblé (que Agostinho muito apreciava) acorreram ao CEAO interessados em (re) aprender línguas africanas, informar-se sobre as culturas de seus antepassados. Sim, ele nos ajudou a reconhecer e amar nossa negritude. Foi mais uma proeza do grande visionário...<sup>12</sup>

A propósito da posse de Jânio Quadros como presidente do Brasil, em 1961, e quando Agostinho já tinha criado o CEAO, entidade da maior importância nas relações do Brasil, especialmente com a África, ainda hoje em atividade regular, escreveu, em uma de suas “folhinhas” chamada “Autobiografia ou como as coisas sucedem” (janeiro de 1991) que

[Tomou] então a liberdade de telegrafar para o Palácio do Planalto, logo que houve a posse, e [pediu] audiência, que [lhe] foi concedida e em que se teve a perfeita e contínua colaboração durante os seis meses que durou a presidência e em que se estabeleceu, pela abertura de Embaixadas em África, pelo Trata-

do com o Senegal, que [ajudou] a redigir, e pela vinda, com bolsa, de estudantes africanos que frequentariam os cursos superiores que escolhessem e os completariam na Bahia, no Recife, no Rio ou em São Paulo, com, logo no primeiro ano, cinquenta bolseiros, o início da colaboração que depois se foi firmando e ajudará, um dia, a que um conjunto jurídico dos Países da Língua comum contribua para maior humanização do resto do mundo.

José Aparecido de Oliveira, que era, à época de Jânio, da Casa Civil em Brasília, testemunhou Agostinho delinear as linhas mestras da política externa independente do Brasil no que respeita à África e à Ásia, e desde aí nunca mais deixou de respeitá-lo e de seguir seus ensinamentos. Como não bastasse ser o principal articulador dessa política externa, Agostinho acenou a Jânio o papel do Brasil no mundo, sugerindo

a formalização de uma frente de países não-alinhados, tendo a liderá-la o Brasil — que tomava a iniciativa —, a Iugoslávia de Tito, o Egito de Nasser, a Índia de Nehru e a China de Mao. Se isso se tivesse realizado, é fácil imaginar a força internacional que teria. E as repercussões históricas que certamente provocaria. Nas circunstâncias de então foi, [crê Pedro Agostinho], o máximo que seria possível tentar. E para Agostinho, um passo mais, e não último, em direção ao sonhado

ponto u-tópico e u-crônico [...], e para o qual via a História tender.

[...] no essencial e específico das relações com África, a política externa independente do Brasil foi inspirada por Agostinho da Silva. E levada a cabo por um pequeno grupo que em várias esferas de ação teve a largueza de vistas e a coragem de lhe compreender o alcance. Não fosse um simples e inexplicado acidente político, muito mais longe se poderia ter ido.<sup>13</sup>

Como não existem registros comparáveis na documentação do Ministério das Relações Exteriores (a não ser “bilhetinhos” que circulavam de Agostinho para Jânio, de Jânio para os ministérios e muitos destinados ao Itamaraty para o início de uma nova era nas relações com a África) que coloquem Agostinho no cerne de determinados acontecimentos, coube ao embaixador Jerônimo Moscardo, quando presidente da Fundação Alexandre Gusmão, em várias intervenções de viva voz, uma das quais na Universidade de Brasília, em 2009, demonstrar de forma cabal e definitiva que o Brasil deve a Agostinho da Silva essa alteração fundamental na orientação das suas relações internacionais com a África, que o

Atlântico de África e Brasil se transformará na Barca Divina dos mais antigos que os gregos [...] no único tempo que verdadeiramente importa: o que é contemporâneo do eterno.<sup>14</sup>

O embaixador Moscardo, que foi representante do Brasil junto à UNESCO, em conferência sobre “Agostinho da Silva e a Política Externa Independente do Brasil”, proferida na Fundação Mário Soares (Lisboa, outubro de 2011), se refere ao professor como aquele que traçou o programa da política brasileira para a África e para a Ásia. Ministros importantes como Afonso Arinos e Santiago Dantas foram excelentes executantes dessa política, porém, não são seus autores como ensinam nos primeiros anos de diplomacia. Aliás, justifica-se salientar que, no governo do presidente Lula, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, discípulo de José Aparecido de Oliveira, induziu a retomada dessa linha. Nenhum outro presidente fez tantas viagens à África e incluiu Timor-Leste em seus roteiros asiáticos por duas vezes. E, agora, essa via parece ser retomada em seu terceiro mandato.

Afora todas as atribuições dadas à Agostinho da Silva por um número enorme de pesquisadores debruçados em sua obra e as já mencionadas, é inevitável atribuir a ele — que, no dizer acertado do jornalista Fernando Dacosta, “foi o português mais notável da segunda metade do século XX, como Fernando Pessoa foi da primeira.” —, a genial ideia da constituição da Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tal ideia lhe surgiu no fim da década de 1950, início da de 1960, mas só foi institucionalizada em 1996, tendo sido antecedida pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), aprovado em São Luís do Maranhão, em 1989, em sua primeira cimeira que foi organizada por José Aparecido de Oliveira — o obreiro da constituição da CPLP sob inspiração agostiniana —, então ministro da cultura do Governo José Sarney e, na qual, pela primeira vez, se reuniram os chefes de Estado de todos os países de língua portuguesa (ainda sem Timor) que escolheram Cabo Verde como a sua sede. No entanto, somente em 2002, por ocasião da VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em São Tomé e Príncipe, foi finalmente criado.

No texto que compõe a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos, apresentam, entre os seus objetivos, o incentivo à difusão e ao enriquecimento da língua portuguesa, classificando-a como patrimônio de todos os falantes e importante meio de divulgação da cultura. Além disso, consideram-na um

instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais que permite a cada um dos

países, no contexto regional, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

E cabe ao IILP, conforme os seus estatutos, a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais. Esse instituto responsabilizou-se, no período de 2010 a 2012, pelo Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, documento oriundo da primeira Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, ocorrida na capital federal em 2010; e, de 2012 a 2014, elaborou o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) que estava previsto no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

É mister lembrar de Antônio Houaiss quanto à sua participação na reforma ortográfica, estruturando a simplificação da escrita do idioma, tendo ele elaborado trabalho excepcional quanto à organização do Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa cujo objetivo estratégico é postular a oficialização do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU). Também, faz-se bem no-

tado outro responsável pela elaboração do Acordo, professor Malaca Casteleiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que aponta entre os diversos benefícios do Acordo as vantagens para o mercado editorial, pois permitirá maior circulação de livros entre os países da CPLP.

A língua portuguesa permite cada vez mais aperfeiçoar os mecanismos de solidariedade entre os povos, as nações, algo que vem se cumprido pelo Novo Acordo Ortográfico (aprovado em 2009) que, prevendo a padronização da grafia, uma simplificação, alivia as palavras de acentos e consoantes que não se leem, e cujo papel é ser um meio de solidariedade lusófona, verdade seja dita, esquecido nas quezílias intelectuais que o avaliam sob um viés nacionalista, ou como um atentado à língua, alegação dos mais ferrenhos opositores. Porém, é tão-somente uma reforma ortográfica. Atentemo-nos que, desde o século XX, Portugal e Brasil defendem que a ortografia deveria estar o mais próximo possível da pronúncia das palavras e, portanto, uma simplificação na ortografia das palavras seria o passo essencial para alcançar esse objetivo. E cabe às reformas ortográficas esse papel de simplificação e unificação na ortografia lusófona.

Para Enilde Faulstich, do Departamento de Linguística, Português e Lín-

guas Clássicas (LIP), do Instituto de Letras (IL), da Universidade Nacional de Brasília (UnB), a unificação da escrita nos países da CPLP beneficia tanto o ensino quanto a aprendizagem do português, mas não aborda a língua falada, pois apenas se considera a ortografia que é um código sobre o qual os governos podem legislar. Argumenta, citando Ivo Castro (professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), que

[...] 'a língua portuguesa não tem absolutamente nada a ver com o Acordo Ortográfico'. Enquadra [Castro] o assunto na área da política da língua, embora frise que, mesmo nesse plano, não lhe parece uma medida indispensável. 'Qualquer ortografia é boa, desde que seja útil na sociedade que serve', [...]. De resto, não tem consequências na língua que se fala, sendo basicamente um mecanismo que torna possível a escrita ensinada.<sup>15</sup>

A língua oficializada, simultaneamente, ressalta a unidade linguística servindo também como espaço de diversidade, permitindo que as comunidades linguísticas se expressem de modo singular. Nesse aspecto, esclarece Faulstich que

[...] qualquer prática de línguas deverá trabalhar a unidade e a diversidade. Não se trata de polos de contradição, mas de eixos de transição. A unidade é uma razão do Estado e a diversidade ou variedade é a matéria linguística própria da comunidade, pois reflete a língua em uso, ou seja, as linguagens verbais, por meio das quais os indivíduos se comunicam. A unidade é resguardada pelo padrão oficializado em um modelo de gramática e a variedade se faz representar nas diversas gramáticas práticas e pragmáticas de um Estado linguístico.<sup>16</sup>

Atenta ao cenário da discussão acerca do idioma e das implicações do Novo Acordo, a professora Enilde Faulstich, em outro artigo intitulado “A língua portuguesa como fator de integração. A cooperação na área de Educação”, proferido no seminário “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, em Brasília (2002), entende ser necessário refletir a língua como função de integração, no eixo nacional-internacional-supranacional, e como função operacional, no panorama da cooperação multilateral. Sendo esses os papéis funcionais que a língua portuguesa desempenha, explica que

*Integração* pressupõe uma política de aproximação entre povos, e *cooperação* pressupõe o fazer-saber linguístico como um princípio de cidadania. Porém, integração e cooperação, sob o foco de políticas globalizantes, podem conduzir a perdas culturais, uma vez que, no conteúdo desses conceitos, o de assimilação interfere.

[...] — integração — [está] sob o enfoque de uma política linguística de resultados que considera que as ações coletivas de aprendizagem de línguas e de atividades de linguagem são um recurso econômico. [...] — cooperação — [deve ser abordada] de modo prático e [deve-se considerar] que ensinar e aprender Língua(s), bem como desempenhar-se satisfatoriamente, requer uma política educativa planejada. As metas, as estratégias e os resultados devem ser elaborados à luz de uma análise econômica de custo e benefício.<sup>17</sup>

Compreende-se que os padrões da escrita resultam de um conjunto de convenções que estabelecem as regras para a grafia correta das palavras. Conforme sinaliza Irandé Antunes, “a escrita, enquanto sistema de codificação, é regida por convenções ortográficas, oficialmente impostas”<sup>18</sup>. Sofrem uma influência ideológica acompanhada de poder político, como não poderia ser de outra



maneira, pois *política e projeto nacional e, por consequência, projeto linguístico, são duas faces de uma mesma moeda*. Mas cabe ressaltar que essa legislação ortográfica se direciona para auxiliar a alfabetização de crianças, sobretudo, africanas e timorenses. Em breve, a alfabetização em Timor e na África de língua portuguesa poderá ser ministrada diretamente ou na formação de professores locais, por monitores brasileiros ou portugueses, usando a mesma ortografia.

Além de, em outro plano, e sabe-se que o português é a quinta língua mais falada do mundo, era preciso acabar com a situação de ser o português a única língua que tinha, nas reuniões internacionais, dois comunicados finais: um na ortografia portuguesa, outro na brasileira. Com o Novo Acordo, os signatários dão um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e seu prestígio internacional, pois a existência de duas ortografias atrasaria sua difusão. De mais a mais, o Novo Acordo é importante para o estabelecimento da cooperação entre a CPLP, haja vista que os laços econômicos entre os países-membros da comunidade têm bases culturais criadas por um passado colonial semelhante cuja existência de aspectos culturais são muito próximos, como a língua e, por extensão, parte do

comportamento dos consumidores.

A língua portuguesa — como uma expressão de identidade de oito países e quatro continentes [à parte insiro Guiné Equatorial por ser, entre outros fatores, dissonante da conjunção de pertencimento à história de Portugal, bem como uma das mais sanguinárias ditaduras do continente africano, para além do contundente desrespeito à língua portuguesa que é, afinal, o ponto chave da criação da CPLP, não pode haver, pois, interesses econômicos que se sobreponham à responsabilidade ética de uma entidade como essa] — está se afirmando como uma comunidade internacional, aos poucos, de grande potencial.

As comunidades lusófonas, aquelas que compartilham o português como língua materna ou segunda língua, devem marcar presença no mundo por meio do fortalecimento do ensino da língua portuguesa não apenas como meio de comunicação, mas também, como um veículo de expressão intelectual. A promoção e o estudo da língua são formas facilitadoras da comunicação entre culturas distantes porque, ao aprender a língua [portuguesa] e perceber as nuances culturais de outros povos (por meio da língua que falam o mesmo idioma), é mais fácil estabelecer diálogo intercultural, inter-religioso, respeito, tolerância

e empatia para compreender e aceitar as diferenças entre eles. O incentivo à leitura da vasta literatura de língua portuguesa de autores de distintas nacionalidades, que explanam e exploram maneiras de se entender a diversidade de experiências humanas, é um estímulo à curiosidade e ao questionamento, promovendo uma educação intercultural.

Também, as comunidades lusófonas se devem fazer presentes no cenário atual por meio (1) da diplomacia cultural em eventos, festivais, exposições e iniciativas artísticas como música, dança, culinária, literatura e outras expressões; (2) da promoção do turismo que atrai visitantes de diversos países, criando oportunidades econômicas e divulgando culturas; (3) do acesso a programas de intercâmbio entre instituições de ensino superior e pesquisa, fomentando a colaboração acadêmica, a troca de conhecimento e a realização de estudos conjuntos em diversas áreas que ajudam na troca de experiências e na construção de redes de contatos internacionais; (4) do uso do português nos países africanos que é uma base para a cooperação e para o desenvolvimento na região, fortalecendo laços econômicos e culturais entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); (5) da participação em organizações internacionais, como a

CPLP, que tem por objetivo aprofundar a amizade mútua e a cooperação entre os países-membros, e como a Organização das Nações Unidas (ONU) que já recebeu do Tribunal Centro-Americano de Justiça a proposta de incorporar o português como um dos seus idiomas oficiais, a par do inglês, do espanhol, do francês, do chinês, do russo e do árabe; (6) do estabelecimento de parcerias econômicas e comerciais mais robustas entre si, explorando oportunidades de investimento, de cooperação, de empreendedorismo e de inovação; (7) do trabalho em conjunto em organizações internacionais, como a própria CPLP, para promover interesses e valores comuns; (8) do estabelecimento de alianças estratégicas com outros países e blocos econômicos para agenciar interesses mútuos e aumentar a sua influência no panorama global; (9) da utilização de comunidades lusófonas que vivem no exterior como pontes culturais e econômicas entre os países lusófonos e o resto do mundo; (10) do engajamento em discussões sobre temas relevantes na atualidade que contribuam para um ambiente mais propício ao desenvolvimento e à prosperidade lusófona.

Urge fortalecer intelectualmente uma camada média consciente e capaz com um ensino exigente, porque é dela que vem a massa crítica que corrige, desenvolve e equilibra os exageros dos

extremos. Então, ganha sentido mais um pensar crítico agostiniano que enfatiza que

Os povos serão cultos na medida em que entre eles crescer o número dos que se negam a aceitar qualquer benefício dos que podem; dos que se mantêm sempre vigilantes em defesa dos oprimidos não porque tenham este ou aquele credo político, mas por isso mesmo, porque são oprimidos e neles se quebram as leis da humanidade e da razão; dos que se levantam, sinceros e corajosos, ante as ordens injustas, não também porque saem de um dos campos em luta, mas por serem injustas; dos que acima de tudo defendem o direito de pensar e de ser digno.<sup>19</sup>

Pleiteia-se que todas as organizações empenhadas na lusofonia façam valer as suas influências no sentido de ser incluído e implementado o ensino da literatura lusófona nos programas e currículos escolares, vertendo nos diferentes sistemas literários de cada país lusófono. Ademais, a política de língua seja ela no Brasil, Angola, Moçambique etc. terá naturalmente de pôr em execução o estudo das línguas indígenas, mantendo, no interesse da identidade nacional, uma incidência especial no português falado como o idioma nacional oficial. Falta levar adiante a proposta [agostiniana] de um passaporte lusófo-

no que será um símbolo de um enorme reforço da CPLP como bloco econômico, com uma muito maior circulação de pessoas e bens, em benefício dos seus povos e de sua afirmação no contexto internacional.

É inconteste que a CPLP se constitui fundamental para os países de língua portuguesa e para a lusofonia (que fora pensada por Agostinho como sendo a solidariedade entre comunidades transcontinentais, multiétnicas e pluriculturais), e desempenha a exigência de tornar os países-membros iguais entre si (respeitando suas diferenças, peculiaridades), impedindo desvios do seu espírito e o perigo da hegemonia, garantindo sua credibilidade internacional. Embora tenha muitas boas iniciativas levadas a cabo, ainda não lhe foi podido abranger com mais obstinação uma estreita cooperação e um superior entendimento como indispensável a uma jornada consciente e profícua de parceria, defendendo as linhas mestras da caracterização do *Atlântico Sul* como um “corredor de petróleo falado em português” e tendo como polos Angola e Brasil.

A criação de blocos regionais e intercontinentais lusófonos com alianças estratégicas, cuja força decorra de laços históricos, culturais e sociais, alicerçadas em objetivos concretos de desen-

volvimento e sustentadas no êxito de parcerias econômicas, devem ser metas amplas da CPLP, com a diretriz clara de se constituir em uma voz ativa de uma *plataforma atlântica*, estando, o mais possível, à margem da convulsiva fase da História cujo paradigma internacional de “comunidade” obedece ao padrão de uma globalização desvirtuada em que o homem foi substituído por “resultados”, em que a política foi soterrada por uma economia perversa, imposta por cidadãos tutores a cidadãos tutelados — *desenvolvimento é bom quando não se mata a alma para salvar os corpos*, análise, aliás, correspondente ao que menciona Agostinho que aos

[...] ventos da História. [...] se passava de um capitalismo de subsistência (existente desde que o homem principiara a domesticar os animais e a cultivar as plantas, isto é, a quebrar a sua unidade com o mundo, porquanto cativava, submetia, privava de real liberdade os outros seres) a um capitalismo de concorrência [...], a de eliminar, pela sua vida, a vida dos outros que lhe podiam ser obstáculo. É aí que a “iniciativa privada” se revela com o seu significado essencial de “iniciativa de que se privou os restantes”; [...] como é daí que arranca o capitalismo de concorrência para o [...] capitalismo de opressão, em que os homens são considerados

como feitos para produzir e em que, pela produção de publicidade, se pode aumentar a produção que produz dinheiro, o qual serve, por sua vez, para produzir dinheiro para produzir [...].<sup>20</sup>

Para além dessas formulações, tinha o mestre luso-brasileiro uma ideia (uma antevisão) sobre o futuro de um bloco de colaboração econômica que viria com o tempo a unir África (continente), Brasil e China, formando o que ele chamou de a política do ABC e para a qual direciono, ressignificando, aquela *força de destinação* anteriormente mencionada: uma convocação de entrelaçamento de rotas comerciais que, impulsionando o potencial desenvolvimento de cada região, promoveria uma relação mais solidária e colaborativa em direção a objetivos econômicos compartilhados e, por conseguinte, agenciaria uma transformação social positiva com inclusão de todas as partes envolvidas. Em entrevista à Luís Machado, Agostinho manifestou que cria que o continente africano seria “a grande terra do futuro”, com a participação do Brasil e da China, e teria todas as condições de um grande desenvolvimento. Disse ao seu interlocutor que

Hoje, os africanos, depois de terem tido em cima deles, ao longo de mais de 600 anos, gente não africana, os europeus, os muçulmanos,

que chegaram primeiro que estes à costa, sentem-se agora finalmente livres. Conseguiram ressuscitar, têm ali gente extraordinária, com qualidades incríveis, muitas das quais se transmitiram ao Brasil. Uma das características do Brasil é realmente estar muito africanizado. O toque de África também foi muito importante, muita gente foi para lá servir. Não os escravos, mas as escravas, as grandes escravas, que passaram os seus costumes, a sua maneira de ser, a muita outra gente no Brasil. De maneira que essa África vai receber duas ajudas extraordinárias: uma é a ajuda do Brasil, [...]. A outra é a da China, porque lhe vai traçar uma economia para o mundo na junção das duas economias: a de mercado e a outra, a do nosso amigo Li-Peng, quando estiver aperfeiçoada, pronta a funcionar para toda a China e para todo o Oriente, vai passar para a África, muito provavelmente por Moçambique, que é a porta de entrada deles. Então haverá África, haverá Brasil e haverá China, e eu chamo a isso a política do ABC.<sup>21</sup>

É possível ajustar uma correspondência da sigla ABC com a sigla BRIC, criada, em 2001, pelo economista Jim O'Neill, do Banco Goldman Sachs, cujas iniciais se referem ao Brasil, à Rússia, à Índia e à China. E, posteriormente, acrescentou-se a letra "S" em

referência à África do Sul que, em inglês, escreve-se South Africa. Quiçá, os BRICS redesenharão polos de poder no sistema internacional a partir de formalizações de acordos e de medidas econômicas afins em um mundo que já se manifesta multipolar.

A despeito das relações históricas nas quais se incluem os confrontos e as lutas de libertação em África — oxalá estejam superadas inseguranças e incertezas, até mesmo desconfianças que as guerras e o sangue derramado alimentaram —, prevalecem na CPLP as afinidades (a força da língua comum e o cultivo de harmonias socioculturais e político-econômicas) até mesmo como autodefesa face à supremacia anglo-saxônica em uma clara referência ao, por vezes, dramático e sempre desigual, inconversável Norte-Sul, tão agravado pela violenta e desumana ditadura financeira que, hoje, não esmaga apenas o Sul, mas também, já atinge [porque domou] boa parte do Norte. Essa comunidade deve impor-se ainda mais nesse cenário [imperialista] que requer combater, de modo que não esmoreça e não haja dúvida de que segue sendo uma via indispensável para se instaurar o *tempo da bonança* à maneira agostiniana para que sejam garantidos a toda gente os direitos humanos, a equidade e a compaixão solidária.





*Sankofa*. Arte digital de Amanda Olbel, artista plástica e ilustradora (2023)

Isso não seria senão aquele sonho e aquela esperança de Agostinho de ver consolidado o Reino do Espírito Santo onde estabelecer-se-iam um estado de elevada consciência coletiva, uma era de realização da ecúmena em que os seres humanos transcenderiam limites e se uniriam em busca comum pela liberdade e pela igualdade de direitos; um período de renovação cultural que envolveria toda a humanidade [em seu potencial humano], restaurando a ética e os valores universais, em contraposição à decadência e ao desequilíbrio moral, ao materialismo e à corrupção das sociedades contemporâneas conformadas na mesmice da homogeneidade. Mesmo que esse reino a nós se apresente como uma metáfora filosófica agostiniana, é uma *utopia do possível* [porque necessária para realizamo-nos como humanidade] repleta de uma tônica discursiva da consciência de civilização, mediada pela democracia e pela justiça, *id est*, crítica ao presente e novo arranjo dos presentes elementos para fazer surgir nova "Aurora primaveril de liberdade ideal".

Não se pode viver fora do sistema, entretanto, é perfeitamente factível não ser por ele engendrado. Logo, toda transformação dependerá da reforma das mentalidades para mobilizar ações de cooperação a fim de dar cabo do medo, das armas, das repressões, da tirania da lei. É partir de nós, e não

das estruturas do sistema, que reside o poder de modificar o mundo, de o fazer nascer outro em organização humana mais perfeita, sem restrição de cultura, nenhuma coação de governo, nenhuma propriedade de homens e de terra. A tudo isto se poderá chegar gradualmente e pelo esforço fraterno de todos em *força de destinação*.

O professor Agostinho, esteve cômico de que, apesar das mazelas incontornáveis do colonialismo de Portugal — que fora iniciado no ano de 1415 com a conquista de Ceuta (Marrocos) e terminado somente em 1999 com a incorporação de Macau pela China —, e das diásporas, foi devido às explorações marítimas dos séculos XV e XVI e à formação do seu "Império" que o português se tornou uma língua que carrega consigo uma riqueza inigualável de experiências culturais e históricas resultante dos contatos entre povos do Atlântico Sul, criando um legado linguístico capaz de acessar um número imenso de tradições e saberes. O português não é só forma e meio de expressão de uma região, de um país ou de um continente — é a alma da cultura que dá forma mais ou menos física à expressão sublime de muitos, dignos e diferentes gênios de povos que se miscigenaram e formaram uma civilização em um mar aberto de águas interoceânicas.





Rosa-dos-Ventos que ornamenta o terreiro de acesso ao Padrão dos Descobrimentos. Executada em cantaria de calcário lioz, negro e vermelho, tem 50 cm de diâmetro, contém um planisférico de 14 m de largura, decorado com elementos vegetalistas, 5 pequenas rosas-dos-ventos, 3 bufões, uma sereia, um peixe fantástico e Netuno com tridente e trombeta montado em um ser marinho. Datas, naus e caravelas marcam as principais rotas da expansão portuguesa entre os séculos XV e XVI. O fundo envolvente é constituído por ondas "mar largo", motivo emblemático da calçada portuguesa. Inaugurada em 5 de agosto de 1960. Desenhada no ateliê do arquiteto Luís Cristino da Silva e oferecida pela República da África do Sul, país que se associou às comemorações em homenagem ao Infante. <https://padraodosdescobrimentos.pt/rosa-dos-ventos/>

O Atlântico Sul foi o primeiro grande mar onde essa gesta nasceu, onde a ação se diversificou e se comunicou pela língua portuguesa através do Índico (com as memórias de Goa, Damão, Diu e Malaca) e do Pacífico (com uma lembrança tênue no Japão e uma voz ainda ativa em Macau), chegando finalmente na confluência do Índico e do Pacífico ao (mar de) Timor-Leste que fora conduzido, por aclamação, a membro pleno da CPLP, em 2002, por consagrar o português (que ao lado do tétum, reconhecido como língua de coesão pátrio, tem estatuto de Identidade Nacional) como sua língua oficial, retomando, formalmente, os antigos laços estabelecidos com Portugal e com a língua portuguesa ao longo de mais de quatro séculos. No que respeita à sua propagação no Oriente, segundo Luís Filipe Thomaz, ela se deu por meio da dominação política, do comércio e da missionação<sup>22</sup>. De mais a mais, lembra Artur Basílio de Sá que

Aqueles varões [...], que andaram dilatando a Fé e o Império por terras desconhecidas, foram ao mesmo tempo os primeiros mestres do seu idioma entre estranhos povos de tão remotas paragens. Nas fortalezas, o grito às armas dos seus defensores era dado em português; nas feitorias, o diálogo

do trato era feito em português; e até tratados de paz e amizade celebrados em nome de el-rei de Portugal com [...] o Oriente foram escritos em português.<sup>23</sup>

A luta pela independência e soberania de Timor-Leste constituiu-se no primeiro sentir coletivo da comunidade lusófona, e o apoio internacional foi total, o que resultou, em 1996, na atribuição do prêmio Nobel da Paz a Dom Carlos Ximenes Belo, bispo da diocese católica de Díli, e a José Ramos-Horta, porta-voz da resistência timorense. Quanto à extrema relevância do português para o povo timorense, faz-se lícito mencionar uma reflexão de Regina Helena Brito, pioneira na implantação do ensino do português naquele país no período pós-colonial:

Em Timor-Leste, como em cada um dos outros espaços de sua oficialidade — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — a língua portuguesa conhece e constrói a sua própria história. E, por isso, está muito longe de ser tratado como um idioma uniforme. É com essa perspectiva que se deve encarar o “desafio” da língua portuguesa em Timor-Leste: está-se diante de mais uma variedade do português. E, como





Destaca-se neste fragmento de imagem da Rosa-dos-Ventos, que ornamenta o terreiro de acesso ao padrão dos Descobrimentos, a sinalização de Timor. <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/a-rosa-dos-ventos-esta-em-risco>



tal, devemos atentar para a necessidade urgente de uma descrição do português ali praticado (observando-se as influências que recebe do contato com as demais línguas ali faladas) e incentivar a descrição e sistematização da língua tétum, respeitando, sobretudo, as experiências particulares, os valores diferentes, a especificidade cultural e a visão de mundo que a sociedade timorense vem imprimindo na construção da norma do português timorense, ao mesmo tempo em que reconstrói a sua identidade como nação.<sup>24</sup>

A cultura e a história desse povo está guardada por seus escritores ainda desconhecidos pelos brasileiros e que devem ser logo apreciados. Os escritores timorenses Luís Cardoso e Domingos Francisco de Jesus de Sousa (que foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário para a República Federativa do Brasil, em 2008, pelo presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos-Horta) são referências na prosa. Relativamente à poesia, são referências Fernando Sylvan e o próprio Xanana Gusmão, e, ainda que pouco publicados em livro e, no primeiro caso, em português, são destaques Abé Barreto Soares e Francisco Borja da Costa, autor do hino nacional. A atividade lite-

rária timorense fez-se, simultaneamente, como emblema da resistência do povo e como manifestação simbólica do que se pretende como nação. E, no que tange à sua realidade linguística e à sua experiência com outros povos após a independência, o idioma português assume realce ainda mais significativo para o resgate da identidade cultural e nacional, haja vista que o

Timor-Leste, ao se tornar, a partir de 2002, uma das mais jovens democracias do mundo, assim como o país mais novo do terceiro milênio, passa a fazer parte do mundo globalizado, em que a mobilidade geográfica, as trocas profissionais, o turismo, o entretenimento, a comunicação de massa e os caprichos da vida moderna podem dar a uma pessoa identidades culturais múltiplas, já que as fronteiras da identidade cultural são ampliadas e modificadas diariamente. Juntamente com o desafio de resgatar o português como língua oficial, que os unirá numa nação, os timorenses enfrentarão diálogos com pessoas com diferentes *backgrounds* linguísticos e culturais, o que os obrigará, nessa realidade, a compreender as diferenças em comportamento e de pontos de vista, também, daqueles que compartilham a mesma língua e cultura nacionais.<sup>25</sup>

Para além de ter refletido sobre a imperiosa necessidade da valorização da língua portuguesa, inserida no mais vasto conjunto das línguas e culturas latinas, Agostinho da Silva detinha uma *visão cosmopolita da língua portuguesa* cujo potencial espraia-se do contexto nacional ao internacional como *língua a serviço do diálogo intercultural* mais profundo, unindo África, Timor, Brasil e Portugal. Essa visão cosmopolita implica a sua defesa de uma cidadania lusófona baseada em valores compartilhados, o que é relevante em um mundo onde as fronteiras estão se tornando menos rígidas e a interdependência entre nações é cada vez mais evidente.

Para ele, o diálogo de *culturas entre culturas* é essencial para promover o reconhecimento identitário e a compreensão mútua de valores, tradições e heranças e se constitui em uma visão prospectiva da construção da comunidade lusófona colaborativa, pacífica, compassiva e consciente de seu papel plural na via-crúcis da contemporaneidade. O *diálogo conversável* (vale a redundância) em cooperação internacional intensifica a integração cultural, supera mal-entendidos e estereótipos, direciona soluções para problemas locais e globais, de certo, desafios complexos, como o desenvolvimento sus-

tentável. Conquanto tenha vivido em um período anterior à conscientização global sobre questões ambientais, as ideias de Agostinho sobre a conexão entre o ser humano e a natureza são perfeitamente aplicáveis aos desafios ecosociológicos atuais, bem como a cultura da paz, pois todos nós “temos de viver para o universo, ou seremos inúteis” para mantermos as relações de justiça social sem as quais se não pode pensar em civilização duradoura alguma,

[...] a paz universal baseada no terem todos o que lhes seja necessário e contribuirem todos para o que se precise produzir; estabelecer, primeiro para uso interno, depois como exemplo para fora, de um perfeito sistema de instrução e informação, [...]; finalmente, o de assegurar a vigência de um ecumenismo que englobe toda a religião actual, e toda a possibilidade de futuros sistemas, se é que se pode chamar sistema a uma religião ou a um pensamento bem engrenado com a vida.<sup>26</sup>

A língua [portuguesa] é a facilitadora desse *diálogo conversável*, porque, além de ser a expressão da alma de povos cujas gentes são várias e diversas e de diferentes origens linguísticas, é a partir dela que é possível (1) conectar os mistérios da existência, (2) adensar significados espirituais e míticos, (3) compartilhar *insights* sobre a condição dos

homens na materialidade mundana, (4) compreender e respeitar a essência e as nuances das culturas que a compõem em formas outras de pensar e viver a riqueza da experiência humana, resistindo a imposições e modelos dominantes.

O espírito de universalidade da língua portuguesa é decorrente de sua flexibilidade e capacidade de se adaptar e assimilar influências de outras línguas e culturas, o que, para Agostinho, tornava o português um ponto de encontro para a diversidade cultural, um meio pelo qual diferentes tradições [lusó-afro-brasileiras e timorenses e outras espalhadas por rincões onde o português passou] podem comunicar-se e enriquecer umas às outras, bem como um instrumento adequado para perspectivar a lusofonia, já que a língua é um fator de integração entre nações, de interculturalidade. Quer dizer, entender a língua portuguesa como território em si, independentemente da forma política que sobre esse território se aloja, e que, politicamente, tem como única exigência ser a forma de política voltada para o bem-estar material e espiritual de todos os homens que nele existem. Isso é arremessá-la para a sua dimensão universal. Dimensão estabelecida em conformidade com a dialética construída pela diversidade daqueles específicos territórios na coe-

xistência da unidade cultural da língua portuguesa.

O professor Agostinho da Silva desencadeou trabalho essencial em torno da língua portuguesa, idioma que para ele possui conteúdo cultural tão amplo que o torna capaz de interpretar, integrar e executar o ideário de Luís de Camões e de Antônio Vieira. E, tal como Fernando Pessoa [protótipo do homem lusófono que reuniu e resumiu em si o contraditório e os opostos; gênio de personalidade luso migrante que, na diversidade e integração dos seus heterônimos, (re)vi-veu, em *modo contínuo alethopoiético*, a grandeza e multiplicidade dos povos da lusofonia], foi a língua portuguesa a sua pátria que sempre norteou sua ideia-força de Nação Portuguesa: a língua portuguesa, nem que só pelo Brasil fosse, é a língua de futuro. Nessa perspectiva, o propalado “território de língua portuguesa”, por ele idealizado, diz respeito à unidade de traços linguísticos e culturais, e não, evidentemente, à dimensão política que instituiria a facticidade dos Estados em suas respectivas instituições e sociedades. A língua lusa é aquela “alma” que nos torna a todos irmãos.

Foi da inventividade do Agostinho — da sua *razão que sonha* ou do seu *sonho da razão* — que o Brasil pôde ver-se reconhecido em raízes luso-africanas e



Os selos de Portugal, Brasil e Cabo Verde e o bloco filatélico dos CTT - Correios de Portugal celebrando a efeméride dos oito séculos da Língua Portuguesa. <https://ventosdalousofonia.wordpress.com/>

que o motor da sua afirmação no mundo seria a língua portuguesa sobretudo em um novo paradigma civilizacional de simpatia humana, de imaginação artística, de sincretismo religioso, de apetência de viver, de inclusão social e de resgate cultural. Ele esteve convicto de que o Brasil é o modelo do futuro quanto à mistura de populações e nos convence que o Brasil se faz em um certo invento invulgar de pátria e país que concebe uma raça misturando as demais. Dito de outro modo,

[...] faz haver Brasil, e um Brasil com interesse, é esta diversidade na unidade, ou a unidade na diversidade, como se quiser; de qualquer maneira não sermos um país que tenha por ideal que tudo tenha que ser igual a tudo.<sup>27</sup>

Seguro na liderança do futuro humano, o professor Agostinho causou mudanças no campo da cultura e do conhecimento no Brasil onde, para além do que mencionei, propôs e fundou o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), cujo propósito fundamental seria a existência de um lugar onde se pudesse “aprender o Brasil”, na Universidade Federal de Goiás, em 1962. Outra sua notável realização foi materializada na Universidade Nacional de Brasília (UnB), inaugurada em 1960 por Darcy Ribeiro,

onde instalou o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses (CBEP) que possuía uma extensa e riquíssima biblioteca. Porém, com a imposição da ditadura militar houve a extinção sumária desse centro e a biblioteca que o compunha sofreu dispersão, ocorreu a destruição de livros em inundações e a perda de milhares de títulos. Enfrentando dificuldades com a administração universitária e desiludido com os rumos da universidade da capital federal, dá fim ao seu autoexílio.

Agostinho da Silva participou da diáspora intelectual extraordinaríssima para a nossa formação, igualmente, intelectual e acrescentada da cultural. Soube inculcar na mentalidade brasileira opiniões para que depois fossem elas transformadas em ideias e em realizações políticas. É devido a essa postura de vida empreendedora que ele é considerado um verdadeiro revolucionário cujo espírito aventureiro é semelhante ao dos melhores do Renascimento português. Trilhou por caminhos novos e acreditava que o Brasil, feitos pelos portugueses, tinha a diante prometido futuro, contanto, dizia, que o saibamos construir —

[...] avançar em relação a Portugal, não no sentido de se ter chegado a melhores coisas, mas no de estar disposto a não se deixar prender por nenhuma espécie de prisão e avançar sempre e nunca dizer ‘não’ a uma proposta válida.<sup>28</sup>



Regressado a Portugal no ano de 1969, continuou a semear a sua espantosa erudição e a apregoar a cultura, a arte, a filosofia, as ciências humanas sempre revolucionando pensamentos, trazendo-os ao ato. Referência moral no panorama do pensamento português, colheu e deu preciosas lições da vida, suscitando

[...] o aplauso entusiasta dos que o consideram o último dos filósofos portugueses e o silêncio condescendente dos que nele mais não vêem [sic] do que um sonhador dotado de uma perícia verbal apuradíssima.”<sup>29</sup>

Ininterruptamente, fez presente em sua obra e em sua práxis uma “generosa teoria civilizatória”, tornando-se uma das personalidades mais discutidas do pensamento contemporâneo português. *Poeta vadio* — “[...] um homem para a eternidade: professor e filósofo, ensaísta e novelista, orador e investigador de artes, almas, ideias e ideais [...].”<sup>30</sup>.

No outro lado do Atlântico como aqui, George Agostinho Baptista da Silva soube avançar sempre, influenciando a todos, propondo um Estado que verdadeiramente desejava ser livre e democrático, conjugando a modernidade com a procura incessante da justiça social, o culto do Espírito Santo e o [Quinto] Império da Língua Portuguesa e da Cultura Lusófona. À frente do seu tempo, deixou um imenso legado a ainda haver. Mas nada melhor do que ele próprio a dizer de si mesmo, o que também soube bem escrever em versos<sup>31</sup>:

Se eu chegasse a ser dum Outro  
mas de mim não me perdendo  
e esse Outro todos os outros  
que comigo estão vivendo

não só homens mas também  
os animais e as plantas  
e os minerais ou os ares  
e as estrelas tais e tantas

terei decerto cumprido  
meu destino e com que sorte  
para gozar de uma vida  
já ressurecta da morte.

## ‘Notas de fim’

- 1 SILVA, Agostinho da. *Do Agostinho em torno do Pessoa*. Lisboa: Ulmeiro, 1997, p. 15.
- 2 SILVA, Agostinho da. *Textos e ensaios filosóficos II*. Lisboa: Âncora Editora, 1999.
- 3 SILVA, Agostinho da. *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Lisboa: Âncora Editora, 2001, p. 101.
- 4 SILVA, Agostinho da. *Textos e Ensaio filosóficos II*. Lisboa: Âncora Editora, 1999, p. 99.
- 5 PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981, p. 74.
- 6 SILVA, Agostinho da. *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira I*. Lisboa: Âncora Editora, 2000, p. 331.
- 7 SILVA, Agostinho da. *Educação, reinvenção e liberdade*. Tomo I: educar para a vida. São Paulo: É Realizações, 2023, p. 265-266.
- 8 MOTA, Helena Briosa e. Cidadania e Educação: sonho e realidade. Agostinho da Silva, um precursor exemplar, em Portugal e no Brasil, de uma efectiva educação para a cidadania. *Revista Convergência Lusíada*, n. 21, p. 96-97, 2005.
- 9 AGOSTINHO, Pedro. Agostinho da Silva. In: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro. *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Ruy Barbosa, 2007, p. 182.
- 10 AGOSTINHO, Pedro. *Kwarip: mito e ritual no Alto Xingu*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- 11 AGOSTINHO, Pedro. Agostinho da Silva. In: SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro. *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Ruy Barbosa, 2007, p. 231.
- 12 *Ibidem*, p. 242.
- 13 *Ibidem*, p. 233.
- 14 SILVA, Agostinho da. Carta de Agostinho da Silva sobre Talhamar. In: SILVA, Dora Ferreira da. *Poesia Reunida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- 15 FAULSTICH, Enilde. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001, p. 129.
- 16 *Ibidem*, p. 107.
- 17 CANDIM, Carlos Henrique; CRUZ, João Batista. *CPLP: Oportunidades e perspectivas*. Brasília: Departamento de África e Oriente Próximo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002, p. 279.
- 18 ANTUNES, Irlandé. *Aula de portugueses: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 60.
- 19 SILVA, Agostinho. *Diário de Alcestes*. Vila Nova de Famalicão: Gráfica Minerva, 1945, p. 32.
- 20 SILVA, Agostinho da. *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Lisboa: Âncora Editora, 2001, p. 101.
- 21 SILVA, Agostinho. A Última Conversa: Agostinho Silva. [Entrevista cedida a] Luís Machado. In: SILVA, Agostinho. *Agostinho da Silva: Obra Reunida*. Lisboa: Notícias, 1995. v. 11, p. 67.
- 22 THOMAZ, Luís Filipe. *História dos portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002, p. 638.
- 23 BASÍLIO DE SÁ, Artur. *Textos em Teto da Literatura oral timorense*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 16, v. 1, n. 45.
- 24 BRITO, Regina Helena. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 48, 2010, p. 18.
- 25 BRITO, Regina Helena Pires; FACCINA, Rosemeire Leão da Silva; BUSQUETS, Veria Lúcia Consoni. *Sensibilizando para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste*. São Paulo: Mackpesquisa, 2006, v. 1, p. 151.
- 26 SILVA, Agostinho da. *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Lisboa: Âncora Editora, 2001, p. 260.
- 27 *Ibidem*, p. 244.
- 28 *Ibidem*, p. 81.
- 29 EPIFÂNIO, Renato. *Perspectivas sobre Agostinho da Silva na Imprensa Portuguesa*. Sintra: Zéfiro, 2008. p. 101.
- 30 *Ibidem*, p. 105.
- 31 SILVA, Agostinho da. *Uns poemas de Agostinho*. Lisboa: Ulmeiro, 1990. p.106.

# AFINAL QUE CPLP QUEREMOS?

JORGE DA PAZ RODRIGUES

Magistrado do Ministério Público Português

A 17 de Julho de 1996 foi formalmente criada a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Nos seus estatutos, os países fundadores comprometeram-se a seguir oito princípios. O quinto artigo estabelece isto: "Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social".

Desde então muito tempo passou, mas a CPLP pouco ou nada evoluiu ou melhorou, infelizmente e é com pena que o digo. Inicialmente constituída por oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste), integrou, em 2014, a Guiné Equatorial, uma das mais sangrentas ditaduras africanas. Depois de anos de negociações, Portugal ficou totalmente isolado e, para evitar uma ruptura, acabou por aceitar que um país que aceita a pena de morte entrasse na CPLP. Poderá dizer-se que é um incentivo a que mais um país no mundo abandone a prática. Mas a filosofia do novo "parceiro" ficou esclarecida sem ambiguidade. Três dias antes de entrar, a Guiné Equatorial aprovou um "dispositivo legal" que suspende a pena de morte... até quando? E as prisões arbitrárias e tortura? E Tribunais independentes? Para quando eleições livres e democráticas? Fizeram mais umas pseudo-eleições em 2022... Até quando a CPLP aceita? Mais, ao que li, apenas umas centenas falam e escrevem português.

## Tarefas mais urgentes

1. Ora, entre várias tarefas que a CPLP poderia fazer, destaco a divulgação da língua portuguesa, pois, sendo a quinta língua mais falada no Mundo, com cerca de 280 milhões, ainda não é uma das línguas oficiais da ONU. De que estão à espera para

reivindicar tal estatuto os países da CPLP, até porque presentemente o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, é português?

Caso contrário, o professor Agostinho da Silva e o embaixador José Aparecido de Oliveira, respetivamente “avô” e “pai” da CPLP, começarão a “dar voltas” de revolta nos respetivos túmulos...

2. Mais, urge pensar no futuro e tal pode e deve estribar-se no inter-

câmbio entre os jovens dos nove países, quer com bolsas de estudo e de alojamento, especialmente para os estudantes de países mais pobres da CPLP: Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Também se deviam enviar livros e quiçá abrir ou subsidiar escolas nesses países. Também se deveria incrementar um intercâmbio cultural e científico entre os nove países, a começar pela literatura e passando pelo desporto.



A Consciência é também uma Herança. *As Crianças e o Baobá*. Ilustração de Valdério Costa, 2010

## O que a CPLP pode fazer já

A verdade é que a CPLP não pode servir só para umas “reuniões e passeatas”, sem que os cidadãos sintam a sua utilidade e, neste campo, as associações cívicas, sociais e culturais podem e devem reivindicar e exercer um papel essencial. Independentemente disso, todos sabemos que o futuro reside na juventude. Por isso, lanço mais três simples ideias.

- a) **Jogos da Lusofonia** a realizar de 4 em 4 anos, um ou dois meses antes dos Jogos Olímpicos, reunindo as seleções dos nove países para competirem/treinarem nas modalidades mais “populares”: atletismo, natação, ginástica, basquetebol, futebol.
- b) **Geminação de Escolas/Universidades dos países da CPLP** possibilitando que os alunos e professores de uma escola secundária portuguesa (e logo que possível várias universidades) se correspondam com os de uma brasileira, ou cabo-verdeana, ou guineense e por aí fora até Timor e vice-versa. Tal correspondência tanto podia ser via *net*, para as que já a possuem (e

muitos alunos portugueses e brasileiros já têm computador em casa), como podia ser, através de simples carta (no caso das escolas dos restantes países). Mais, seria de pedir às grandes empresas que, por exemplo, concedessem prémios aos melhores estudantes para visitarem outro país da CPLP, assim se patrocinando “intercâmbios escolares lusófonos”.

- c) **Fórum das associações Lusófonas** a comunicar entre si em português. Um exemplo concreto é o MIL (Movimento Internacional Lusófono), no campo sociocultural, que reúne cerca de 400.000 cidadãos, não só dos países da CPLP, mas também, da Galiza/Espanha, Goa/Índia, Malaca e Macau/China. Isso já sucede com associações de empresários e Câmaras de Comércio, o que se devia incrementar para tratar de negócios e até de formação profissional/empresarial. A partir destas experiências, bastaria ter um núcleo coordenador.



# **SOBRE AGOSTINHO DA SILVA**

RENATO EPIFÂNIO  
Universidade do Porto

## **I. A Lusofonia enquanto bloco geolinguístico, cultural e político: entre Vamireh Chacon, Gilberto Freire e Agostinho da Silva**

A actual globalização tende ainda mais a girar em torno de blocos linguísticos [...]. A resposta lusófona, ou seja, a nossa resposta, é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [...]. (Vamireh Chacon. "Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo", *In Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão*. Vega: Lisboa, 2000, p. 35-36)

Nascido a 1 de Fevereiro de 1934, na cidade do Recife, Vamireh Chacon é um insigne pensador brasileiro com um distinto currículo: bacharel e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, depois Universidade Federal de Pernambuco; bacharel e licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco; ex-professor assistente, adjunto e titular da Faculdade de Filosofia na mesma Universidade; desde 1975, professor titular no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília onde se tornou professor emérito em 2005; professor visitante em universidades estrangeiras, principalmente, Alemanha, França, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos; doutor *honoris causa* pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, da Alemanha, e membro das mais diversas instituições.

Ao longo da sua já longa vida, é autor de mais de duas dezenas de títulos, em particular na área da Filosofia Política. Aqui, centrar-nos-emos numa sua obra publicada em Portugal, com o sugestivo título de *O futuro político da lusofonia* (Lisboa: Verbo, 2002), composta pelos seguintes textos: "Lusofonia e Blocos Transnacionais"; "Blocos Internacionais, Mercosul e CPLP na viragem do século XX ao XXI"; "Lusofonia, Luso-Tropicalismo, Luso-Tropicologia"; "Roteiro"; "Portugal e o plano jesuíta para o Brasil"; "A Razão Atlântica: Mercosul, África do Sul e Comunidade Lusófona"; "O

Oriente Lusitano: primeiros contactos Oriente-Occidente”; “O Impacto de Marco Polo”; “Revolução das Navegações: epopeia e autocrítica”; “Idealismo e realismo no Ultramar”; “Fernão Mendes Pinto e Companheiros”; “Diletantismo e paixão na redescoberta do Oriente”; “Descoberta do Oriente também pelo Brasil”; “Gilberto Freyre e o encantamento pela Arábia e Índia, e as suas antevisões da China”; e “Luso-Tropicalismo e Luso-Tropicologia revisitados”.

Pelo título geral do volume — e dos artigos que o compõem —, compreende-se imediatamente o teor da obra: trata-se de uma reflexão sobre a *Lusofonia enquanto bloco transnacional*, reflexão que se faz retrospectivamente, à luz da nossa história (de Portugal e do Brasil, sobretudo) e, prospectivamente, na antecipação de como se poderá realizar, no século XXI, todo o potencial desse bloco. Dos autores citados, salienta-se o nome de Gilberto Freyre: “dos primeiros, ainda hoje um dos poucos, a defender a lusofonia cultural, económica e política” (*Ibidem*, p. 139).

E, conhecendo-se todos os preconceitos ideológicos relativos a este pensador — vindos, tanto em Portugal como no Brasil, das correntes da dita “esquerda” —, são particularmente significativas as seguintes palavras de Mário Soares, que Vamireh Chacon refere:

Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro. (*Ibidem*, p. 49)

Assim, em diálogo com Gilberto Freyre, Vamireh Chacon começa por salientar a importância da cultura — “a cultura é o que somos, a seiva do que fazemos, a civilização” (*Ibidem*, p. 40) —, no âmbito de uma reflexão particularmente lúcida sobre o fenómeno, tão contemporâneo, do multiculturalismo:

Sem eixo integrador de rotação cultural centrípeta, denominador comum, dispersam-se as contribuições multiculturalistas e fragmentam-se, recomeçando o processo de definições e agrupamento. (*Ibidem*, p. 24)

Aludindo, em contraponto, às “brechas da entropia produzida por excessivo fechamento” (*Ibidem*, p. 30), Vamireh Chacon afirma, pois, o primado do eixo cultural sobre os eixos político, económico e social, afirmação que não poderia ser, nos dias de hoje, mais pertinente.

Daí, de resto, a sua caracterização dos grandes blocos transnacionais, que qualifica como “macroblocos geocultu-

rais” (*Ibidem*, p. 41) e linguísticos, dado que, como expressamente defende:

mais que blocos religiosos, como pretende Samuel P. Huntington, preocupado como estado-unidense com o fundamentalismo islâmico, o mundo do século XXI tende a também, e ainda mais, a congregar-se em blocos linguísticos. (*Ibidem*, p. 133)

Daí, em suma, todo o fundamento da *Lusofonia enquanto macrobloco geocultural e linguístico*, em que o mar não é factor de distância, mas de (re) aproximação — ainda nas palavras de Vamireh Chacon: “o mar é a ponte dos Estados transnacionais” (*Ibidem*, p. 27); “todos os [países] lusófonos dispõem do mar oceano como fronteira recíproca a aproximá-los mais que a distanciá-los” (*Ibidem*, p. 81). Referindo-se ao teor da cultura lusófona, Chacon alude a

[...] uma razão atlântica, herdada das lusas Descobertas ultramarinas do Renascimento, quando Portugal lhe acrescentou a dimensão do coração, em vez de limitar-se ao seu frio, objectivo, racionalismo inicial. A razão atlântica luso-tropical vem revelando-se ecuménica em todos os tipos de miscigenação étnicos e culturais [...]. (*Ibidem*, p. 81)

Daí ainda o referir-se ao “ideal ou meta da miscigenação multi-étnica na morenidade lusófona prevista e defen-

dida por Gilberto Freyre, a Onça Castanha de Ariano Suassuna” (*Ibidem*, p. 33), dado que “foi mestiçando-se, não só em carne, mas em espírito, que o português do sonho sebástico se tornou o brasileiro de hoje.” (*Ibidem*, p. 137). Daí, em suma, a sua visão do Brasil:

[...] não centralista porque respeitadora dos foros dos municípios remontando ao domínio romano, enquanto os foros de Espanha se estendiam a regiões inteiras. Daí o único vice-reinado da América Portuguesa diante dos vários da América Espanhola [...]. (*Ibidem*, p. 32)

Uma palavra final relativa à sua visão de Portugal — transcrevendo aqui uma obra passagem d’*O futuro político da Lusofonia*:

O escritor e estadista Leopold Sedar Senghor, primeiro presidente do Senegal, ele próprio de ascendência afro-lusa, entendeu muito bem, apesar das naturais limitações da sua francofonia, como, ‘daqui para o futuro, mais consciente da sua rica singularidade, o Portugal Novo avançará numa dupla direcção; por um lado para reintegrar a Europa em construção — falo da Europa cultural — mas, por outro, para ajudar com o Brasil e elaboração de um mundo lusófono, nomeadamente ao nascimento, em África, de novos Brasis, cheios de força porque de sangue misturados

e prefigurando o mundo do futuro’.  
(*Ibidem*, p. 85)

Caso para dizer, em conclusão: lamentavelmente, Portugal não teve, nestas últimas décadas, um alto responsável político com esta visão do país e da Lusofonia. A par de Gilberto Freyre, Agostinho da Silva foi, na margem portuguesa do Atlântico, o grande teórico desta via, da “via lusófona”. Em muitos textos seus, pelo menos desde os anos 50, Agostinho da Silva antecipou, com efeito, a criação de uma verdadeira comunidade lusófona. Num texto publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, com a data de 27 de Outubro de 1957, Agostinho da Silva havia já proposto “uma Confederação dos povos de língua portuguesa”.

Num texto posterior, expressamente citado no prólogo da Declaração de Princípios e Objectivos do Movimento Internacional Lusófono (MIL), chegará a falar de um mesmo povo, de um

Povo não realizado que actualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália. [“Proposição” (1974), *In Dispersos*. Lisboa: ICALP, 1989 (2ª, revista e aumentada), p. 117]

De tal modo que, mesmo depois de falecer, já há quase três décadas, Agostinho da Silva tem sido recordado por isso. Eis, desde logo, o que aconteceu quando se instituiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conforme registámos na nossa obra *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (Lisboa: Zéfiro, 2008, p. 108).

No dia 17 de Julho [de 1996], criar-se-á finalmente a CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, facto que será noticiado, com destaque, na generalidade dos jornais. Na maior parte deles, realça-se igualmente o contributo de Agostinho da Silva para essa criação, por via do seu pensamento e acção. Eis, nomeadamente, o que acontece na edição desse dia do *Diário de Notícias* — como se pode ler no texto de abertura da notícia: ‘A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje instituída em Lisboa, foi premonitoriamente enunciada por Agostinho da Silva em 1956 como ‘modelo de vida’ assente ‘em tudo aquilo que (Portugal) heroicamente fez surgir do nada ou na América ou na África ou na Ásia’. Depois, aparece a foto de Agostinho, ladeado pelas fotos de Jaime Gama e José Aparecido de Oliveira, com a seguinte legenda: ‘Pioneiros da CPLP: Agostinho da Silva (enunciação original), Jaime Gama (primeiro texto diplomático único dos Sete na língua comum) e Aparecido de Oliveira (formalização política da proposta)’.

Sabemos que este projecto está ainda aquém, muito aquém, do sonho de Agostinho da Silva. A CPLP não é ainda uma verdadeira comunidade lusófona. Mas nem por isso — já mais de vinte e cinco anos após a sua criação — a CPLP deixou de ser um projecto em que Portugal deve apostar enquanto desígnio estratégico. De resto, se há inevitabilidades históricas, a criação da CPLP foi, decerto, a nosso ver, uma delas. Se os países se unem, desde logo, por afinidades linguísticas e culturais, nada de mais natural que os Países de Língua Portuguesa se unissem num projecto comum: para defesa da língua, desde logo, e, gradualmente, para cooperarem aos mais diversos níveis. Se estranheza pode haver quanto à criação da CPLP, decorrerá somente do facto de ter nascido tão tarde.

Como ainda hoje é reconhecido, Agostinho da Silva foi, de facto, desde os anos cinquenta, o grande prefigurador de uma

comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, de maneira que não fosse uma renovação do imperialismo português, nem um começo do imperialismo brasileiro. O foco central poderia ser em Angola, no planalto, deixando Luanda à borda do mar e subir, tal como se fizera no Brasil em que se deixou a terra baixa e se foi estabelecer a nova capital num planalto com mil metros de altitude. Fizessem a mesma

coisa em Angola, e essa nova cidade entraria em correspondência com Brasília e com Lisboa para se começar a formar uma comunidade luso-afro-brasileira. (*Vida Conversável*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1994, p. 156-157)

Na sua perspectiva, assim se cumpriria essa Comunidade Lusófona, a futura “Pátria de todos nós”:

Do rectângulo da Europa passámos para algo totalmente diferente. Agora, Portugal é todo o território de língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma Pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a Pátria de todos nós. (*Conversas com Agostinho da Silva*. Lisboa: Pergaminho, 1994, p. 30-31). [Conforme afirmou ainda: “Fernando Pessoa dizia ‘a minha Pátria é a língua portuguesa’. Um dia seremos todos — portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, guineenses e todos os mais — a dizer que a nossa Pátria é a língua portuguesa.” (*In Dispersos*, ed. cit., p. 122)]

Daí ainda o ter-se referido ao que “no tempo e no espaço, podemos chamar a área de Cultura Portuguesa, a pátria ecuménica da nossa língua” (Cf. “Presença de Portugal”, *In Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasi-*



leira. Lisboa: Âncora, 2000, vol. I, p. 139), daí, enfim, o ter falado de uma “placa linguística de povos de língua portuguesa — semelhante às placas que constituem o planeta e que jogam entre si” (*In Dispersos*, ed. cit., p. 171), base da criação de uma “comunidade” que expressamente antecipou:

Trata-se, actualmente, de poder começar a fabricar uma comunidade dos países de língua portuguesa, política essa que tem uma vertente cultural e uma outra, muito importante, económica” (*Ibidem*)

Prefigurando, até expressamente, com esse horizonte em vista, o “sacrifício de Portugal como Nação”:

[...] esse Império, que só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa. (Cf. “Um Fernando Pessoa”, *In Ensaaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., vol. I, p. 117)



António Moreira Antunes. Caricatura de Agostinho da Silva no metrô de Lisboa, estação Aeroporto

## II. Agostinho da Silva e a triangulação lusófona com África

Como se sabe, em 1944, Agostinho da Silva abandona Portugal rumo à América do Sul. Não se fixa desde logo no Brasil. Ainda deambula pela Argentina, onde lecciona na Escola de Estudos Superiores de Buenos Aires, e pelo Uruguai, onde lecciona nos Colégios Libres, em Montevideu. Em 1947, fixa-se, contudo, naquela que será, doravante, a sua “terra de eleição” e de “acção”: o Brasil. Essa ida para o Brasil não significou porém um corte com a cultura portuguesa, bem pelo contrário. Paradoxalmente, foi no Brasil que ele começou realmente a interessar-se pela cultura portuguesa, mais amplamente, por uma cultura de língua portuguesa — em uma visão não apenas estritamente nacional. Dir-se-ia que essa foi a grande vantagem de ter reencontrado Portugal a partir do Brasil.

O primeiro grande sinal desse reencontro é, sem dúvida, a publicação, em 1957, da sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*. Nunca até então, com efeito, Agostinho da Silva reflectira tanto sobre Portugal, sobre a cultura portuguesa, mais amplamente, sobre a cultura de língua portuguesa, no seu sentido histórico-futurante. Foi só no Brasil, face ao espelho atlântico, que Agostinho da Silva começou realmente a

questionar-se sobre tudo isso. Essa obra, *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, é a primeira grande expressão desse questionamento.

Pela sua originalidade e profundidade — a nosso ver, ela desenvolve, de facto, uma visão tão original quanto profunda do sentido histórico da cultura portuguesa, mais amplamente, da cultura de língua portuguesa —, essa obra não passou despercebida. A publicação da obra teve um imediato eco — não só no Brasil como em Portugal. Através dela, não foi só Agostinho da Silva que se reencontrou com Portugal — foi também Portugal que se reencontrou com Agostinho da Silva.

Mesmo no Brasil, aliás, a primeira pessoa a assinalar a publicação da *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* foi um português, o conhecido Adolfo Casais Monteiro, que aí se encontrava exilado. Quase simultaneamente, porém, o não menos conhecido Gilberto Freyre sinaliza também a leitura da obra — nas suas palavras:

Quando me refiro ao ideal de vida desenvolvido pelo Português em contacto assim íntimo com o Trópico, não posso esquecer-me das páginas recentes em que um intelectual português residente há anos no Brasil — o professor Agostinho da Silva — sugere que, a partir do

século XVII, começou a haver, no Brasil, para muitos portugueses, um 'Portugal ideal'. (FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o lusotropical. São Paulo: Editora É, 2010, p. 239)

Adolfo Casais Monteiro, por seu lado, num texto intitulado "Uma Interpretação da Cultura Lusa" (EPIFÂNIO, Renato, et al., orgs. *In Memoriam de Agostinho da Silva*. Sintra: Zéfiro, 2006, p. 15-17), publicado originalmente no "Suplemento Literário" do jornal *O Estado de São Paulo*, a 13 de Julho de 1957 — ou seja, no mesmo ano da publicação da obra de Agostinho da Silva —, começa por destacar "a profunda originalidade da tese apresentada, e, mais do que isso, a sua grande importância" — ainda nas suas palavras:

Que se trate de reflexão, vá; mas que seja *à margem*, e *à margem da literatura portuguesa*, somente, eis o que de modo algum corresponde ao seu conteúdo que é uma seríssima interpretação da cultura portuguesa, da história, e da própria missão de Portugal no mundo.

Se, no Brasil, foi Adolfo Casais Monteiro o primeiro a salientar a importância da obra *Reflexão à Margem da Lite-*

*ratura Portuguesa*, em Portugal, esse mérito coube a António Quadros. Num texto intitulado "Agostinho da Silva – Filósofo português da história", publicado igualmente no ano de 1957 (*Ibidem*, p. 55-59), começa por dizer que

Entre os acontecimentos mais notáveis do ano cultural, figura sem dúvida num dos primeiríssimos lugares, a publicação no Brasil do ensaio de Agostinho da Silva, *Reflexão à margem da literatura portuguesa*. Como foi já salientado, o título, por motivos que desconhecemos, não corresponde ao conteúdo, que lhe está muito acima. Trata-se, em primeiro lugar, sem sair dos limites da mais rigorosa ortodoxia, de uma interpretação da catolicidade, não diremos completamente inédita, mas pelo menos pouco vulgar.

Ainda que redigida quatro antes, em 1955, ano em que ensinou Literatura Portuguesa e Filologia Românica na Universidade de Santa Catarina — Universidade que, de resto, ajudou a fundar —, Agostinho da Silva publica, em 1959, a obra *Um Fernando Pessoa*. Tal como aconteceu com a sua obra *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, também, esta teve imediato eco. Uma vez mais por Adolfo Casais Monteiro que, num texto intitulado "Um Fernando Pessoa" (*Ibidem*, p. 17-20), escreveu:

O livrinho que, sob o título à primeira vista esdrúxulo de *Um Fernando Pessoa*, acaba de publicar Agostinho da Silva (Cadernos do Rio Grande, Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 1959), é, nas suas escassas 60 páginas, a coisa mais organizadamente estruturada que até hoje se escreveu sobre o nosso grande poeta.

E, isto porque, na sua perspectiva,

Agostinho da Silva desenhou, e recorrendo sempre que possível às próprias palavras de Pessoa, os sucessivos-simultâneos retratos de cada figura parcial, Reis, Caeiro, Campos, integrando-os no 'retrato' de Pessoa da *Mensagem*, ou seja: aceitando e compreendendo a veracidade de cada um dos indivíduos autónomos entre quem ele dividiu a sua impossibilidade de viver.

Eis, a seu ver, o grande mérito agostiniano:

[...] não se pretende mais inteligente do que Fernando Pessoa, e, aceitando-o, em vez de procurar em cada 'afirmação' o contrário do que ela diz, nos 'faz ver' Fernando Pessoa como ninguém até hoje o conseguira.

Para além disso, na perspectiva de Adolfo Casais Monteiro, o mérito da visão agostiniana está em esta ter conseguido constituir-se como uma visão unívoca de toda a obra pessoana, na medida em que a considera à luz de um único eixo, em concreto, da sua *Mensagem*.

Para Agostinho da Silva — ainda nas palavras de Adolfo Casais Monteiro —, é a *Mensagem* a chave de Pessoa inteiro, nela está o sentido da sua obra. Eis o que, melhor do que em qualquer outra passagem, se pode entender através deste fragmento das suas considerações finais, em que diz, depois de se referir à 'grandeza do Reino de Deus': 'É por esse Império, que nem ele nem os seus companheiros têm a coragem ou a força ou a hora de construir [...], que Fernando Pessoa pensa, escreve, concebe gemidos, sofre recolhido e ignorado morrer'.

Mérito tanto maior porquanto, ainda na perspectiva de Adolfo Casais Monteiro, a visão agostiniana da *Mensagem* excede em muito as mais habituais visões da mesma:

A superioridade do ponto de vista de Agostinho da Silva sobre tantas imprecisas exaltações da *Mensagem* como poema 'patriótico', está em ter sabido situá-lo naquele mesmo plano de visão para além da pátria material e estreitamente concebida [...].

Concordemos ou não com esta concepção de "patriótico" de Adolfo Casais Monteiro, a verdade é que, de facto, na visão de Agostinho da Silva, Portugal tanto mais se afirmaria, no futuro, quanto mais se afirmasse na ligação a todos os outros países de língua portuguesa.

A visão agostiniana da portugalidade, com efeito, tornou-se crescentemente descentrada de Portugal enquanto Nação. O futuro de Portugal passava, na sua visão, pela crescente ligação a todos os outros países de língua portuguesa, em particular — nesses tempos — ao Brasil. Eis, de resto, a tese já presente na sua *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* — daí, a título de exemplo, esta sua exortação:

[...] que tome o Brasil inteiramente sobre si, como parte de seu destino histórico, a tarefa de, guardando o que Portugal teve de melhor e não pôde plenamente realizar e juntando-lhe todos os outros elementos universais que entraram em sua grande síntese, oferecer ao mundo um modelo de vida em que se entrelaçam numa perfeita harmonia os fundamentais impulsos humanos de produzir beleza, de amar os homens e de louvar a Deus [...]. (*Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Âncora, 2000, p. 87, vol. I)

Eis, igualmente, a tese que nos reiterará em outros textos seus, como iremos, de passagem, referir. O primeiro desses textos intitula-se “Considerando o Quinto Império” e foi publicado no periódico *Tempo Presente*, em 1960. Nele, faz, uma vez mais, Agostinho da Silva, a retrospectiva da história de Portugal, desde

logo, dos dois nossos alegados maiores erros históricos: o de termos “abandonado” a Galiza e o de termos querido “conservar” Ceuta, sacrificando, para tal, o Infante D. Fernando. Eis, reitera-nos, o que nos fez desviar dos mares, dos “mares sobre que flutua o Espírito”, para as terras, do ser para o ter... Neste texto, aparece o Brasil enquanto possibilidade de correcção desse desvio, de

[...] começar de novo, de começar o recomeço: nunca mais abandonando noivas [como a Galiza]; nunca mais querendo terras em lugar de mares, nunca mais excluindo religiões. (*Ibidem*, p. 250-251)

O segundo desses textos, que aqui brevemente referimos, intitula-se “Presença de Portugal” e foi publicado, à parte, enquanto opúsculo, em 1962. Nesse texto, narra Agostinho da Silva a sua experiência na fundação da Universidade de Brasília, em particular, do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, que aí criou, com o intuito, expressamente afirmado, de reatar, no Brasil, o que, em Portugal, “ficou interrompido nos séculos XV e XVI” — nas suas palavras, “aquela possibilidade de se compreender toda a gente nunca deixando de ser o que se é” (*Ibidem*, p. 131). Um outro texto intitula-se “Ensaio para uma Teoria do Brasil” e foi publicado no peri-



ódico *Espiral*, em 1965. Se, no anterior, o Brasil era apenas, ou, pelo menos, sobretudo, perspectivado enquanto reatamento, historicamente interrompido, de Portugal, neste o Brasil é perspectivado em si próprio, fazendo Agostinho da Silva a apologia das suas insuspeitas capacidades, nomeadamente, como refere, de forma eloquente, da sua

[...] capacidade de [vir a] liderar o futuro humano, quando se desembaraçar de tudo quanto lhe foi útil na educação europeia e exercer, com o esplendor e a vigorosa força de criação que pode demonstrar, as suas capacidades de simpatia humana, de imaginação artística, de sincretismo religioso, de calma aceitação do destino, de inteligência psicológica, de ironia, de apetência de viver, de sentido da contemplação e do tempo. (*Ibidem*, p. 304)

Um outro texto intitula-se “Perspectivas” e resulta da comunicação apresentada em 31 de Maio de 1968 à reunião conjunta da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e do Conselho Geral da União das Comunidades da Cultura Portuguesa. Nele, na esteira dos textos anteriores, chega inclusivamente, Agostinho da Silva a prefigurar a dissolução de Portugal na República Federativa do Brasil, o que, na sua perspectiva,

[...] não significaria que Portugal estava alienando a sua indepen-

dência, mas que estava ajudando o Brasil, que é o melhor de si mesmo, a alargar-se no mundo, dando-lhe um desembarque na Europa.

Este gesto, como salientava na altura,

[...] poderia levar a Guiné, Moçambique e Angola a ligarem-se ao Brasil; poderia levar [ainda] a uma revisão do estatuto de Goa e a encontrar solução para o problema de Macau e Timor. (*Ibidem*, p. 345)

O quinto e último desses textos, sem título, foi publicado no periódico *Notícia*, em 1971. Nele, reitera-nos Agostinho a sua peculiar visão do Brasil — nas suas palavras:

[...] se ainda estivéssemos em tempo de impérios se poderia, desde agora mesmo, ver Brasília como a futura capital do mundo; como não estamos, [que] a vejamos apenas como o símbolo daquela Paz que talvez Portugal pudesse ter estabelecido a partir do século XVI se não tivesse cedido a Maquiavel, apesar de tanto protesto de seus melhores homens, e não tivesse acreditado em que os meios podem ser de natureza diferente dos fins que se querem atingir: a Paz falhou porque, para a ela chegarmos, nos confiámos iludidos aos demónios da guerra. Que oxalá no Brasil, exorcismados [*sic*], morram. (*Ibidem*, p. 143)

Nesses tempos, com efeito, defendia Agostinho da Silva que “o Brasil será o Portugal que não se realizou”, conforme

já procurámos salientar num nosso outro estudo (EPIFÂNIO, Renato. *Visões de Agostinho da Silva*. Sintra: Zéfiro, 2006, p. 13-34).

Regressado a Portugal em 1969, após quase vinte e cinco anos no Brasil, Agostinho da Silva nunca esquecerá a sua vivência nesta terra. Pelo contrário, em múltiplos testemunhos, reiterou que

[...] conhecer o Brasil foi, talvez, a coisa [mais] fundamental da minha vida. Se nunca tivesse saído de Portugal, nunca teria percebido o que há de essencial na cultura portuguesa e que me parece estar muito mais vivo, muito mais claro no Brasil [...] (EPIFÂNIO, Renato. *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*. Sintra: Zéfiro, 2008, p. 50)

No Brasil, por seu lado, Agostinho da Silva não é esquecido. Daí, a título de exemplo, o texto publicado, a 20 de Outubro de 1979, no jornal *A Tarde* — “CEAO: laboratório da cultura negra” —, a propósito do vigésimo aniversário do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), fundado por Agostinho na Universidade Federal da Bahia, em 1959. Aí, o então director do Centro, Nélson de Araújo, evoca assim Agostinho:

O Centro de Estudos Afro-Orientais emana do pensamento e da acção de Agostinho da Silva, o grande humanista cujo desempenho em várias partes do nosso país gerou e continua gerando ondas de fecundidade. (*Ibidem*, p. 57)

O Centro de Estudos Afro-Orientais foi, com efeito, uma das realizações mais marcantes de Agostinho da Silva no Brasil. Através dele, pretendeu Agostinho da Silva, desde logo, que o Brasil redescobrisse as suas raízes também africanas — no plano cultural e religioso —, em última instância, estabelecendo pontes com todo o Oriente. Num texto intitulado “Agostinho da Silva e a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais”, Thales de Azevedo defende que

[...] a origem deste Centro prende-se às ideias, um tanto estranhas para alguns, que expendeu, em meados de 1959, sobre as condições e a missão de uma comunidade luso-brasileira, perante o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, reunido na Universidade da Bahia. Agostinho teria pensado em que um organismo como este seria um laço, um ponto de apoio e de acção, entre outros, que se espalhariam por um vasto ecúmeno, para a reconstrução espiritual e quiçá política de uma comunidade cultural originada no papel histórico dos lusitanos na época dos descobrimentos, concebida, porém, como uma aliança de nações e povos soberanos, desenvenilhadas das peias do colonialismo e assim mais aptos a uma coligação espiritual consentida, espontânea e sólida. (SILVA, Amândio e AGOS-

TINHO, Pedro, orgs. *Presença de Agostinho da Silva no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2007, p. 237-238)

Eis a tese igualmente defendida por José Aparecido de Oliveira, o grande fautor político-diplomático da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

O Professor Agostinho da Silva foi importantíssimo quando chamou a atenção dos brasileiros para o que representava uma política de desenvolvimento num mundo que tendia para a globalização. Ele previu com todas as suas *nuances* e consequências. E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas também lusófona, com relação à África. Foi ele que pela primeira vez, naquele tempo, chamou a atenção para as nossas raízes. (EPIFÂNIO, Renato, et al., orgs. *In Memoriam de Agostinho da Silva*. Sintra: Zéfiro, 2006, p. 248)

De resto, o próprio Agostinho da Silva teve a oportunidade de defender expressamente uma comunidade luso-afro-brasileira com o centro de coordenação em África para que não tivesse o retorno do imperialismo português nem da entrada do imperialismo do Brasil. A nosso ver, essa triangulação lusófona

com África seria, também para Agostinho da Silva, uma via de recentração civilizacional. Face a uma civilização (ocidental, sobretudo) que nos foi afastando cada vez mais da Natureza e do Sagrado, Agostinho da Silva antevê em África um antídoto contra esse processo que, no ensaio "A Comédia Latina", descreve nestes termos:

À medida, porém, que a civilização evolui, sempre no sentido dum maior poderio técnico, a noção de sagrado vai-se atenuando; todos os actos da vida passam a ser civis, desligando-se de qualquer ideia de sobrenatural; o mundo aparece, não como um conjunto de sinais de Deus, que o homem venera, teme ou respeita, e de que participa pelas formas sacramentais, mas um domínio laico, como uma propriedade a seu inteiro dispor e em que ele exerce todos os direitos de usar, gozar e abusar, com que se define a noção clássica de propriedade. O homem vive, deste então, não para adorar o que vê, como outrora, não para fazer de todos os seus actos uma tentativa de reconquistar o paraíso perdido, mas para se aproveitar do que existe, para se afastar cada vez mais da inocência da Idade de Ouro [...]. (*Estudos sobre Cultura Clássica*. Lisboa: Âncora, 2002, p. 306-307)

Face a esse “laicismo progressivo da vida” (*Ibidem*, p. 307), Agostinho da Silva anseia, pois, por uma vivência mais próxima da Natureza e do Sagrado. Esse “laicismo progressivo da vida”, com todas as suas vantagens — que Agostinho da Silva não ignora nem, muito menos, despreza, pela sua possibilidade de se “varrer de vez da face do universo a miséria material da Humanidade” —, poder-nos-á levar, porém, ainda nas suas palavras, à “mais deplorável das decadências” — como o próprio escreveu, em jeito de aviso:

Que vão fazer os homens bem alimentados, bem vestidos e bem alojados e bem transportados que a técnica nos poderia apresentar desde já? Nenhuma experiência foi jamais feita em grande escala e,

portanto, nada se pode afirmar de um modo que seja mais ou menos científico; mas há todas as razões para temer, pelo exemplo de certos países em que se atingiu já um nível de vida razoavelmente elevado, que a Humanidade caísse na mais deplorável das decadências [...]. (*Ibidem*, p. 84)

Daí ainda, enfim, estas suas palavras:

[...] donde a fome se tiver ausentado, o tédio virá com o seu desespero não menos terrível. E à pergunta hoje quotidiana para milhões e milhões de ‘como viver?’ se substituirá a pergunta de ‘para que viver?’. A qual, mesmo pelo pouco que hoje podemos observar, não é menos terrível na sua mortalidade. (*Ibidem*, p. 85)

# BREVE HISTÓRICO: LUSOFONIA E LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

JOÃO FERREIRA

Universidade de Brasília

Anos atrás solicitamos junto da Coordenação do Curso de Letras do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) a inclusão das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no currículo. Ao apresentarmos a solicitação, dávamos como justificativa a necessidade de tornar o currículo de Letras mais atualizado e mais aparelhado literariamente ajuntando ao estudo da Literatura Brasileira o estudo das demais Literaturas de Língua Portuguesa como a maior parte das universidades e instituições de ensino superior estão fazendo. Tem toda a lógica a inclusão das Literaturas de Língua Portuguesa no currículo.

A Língua Portuguesa é a língua oficial de 8 países que fazem parte da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Desde 23 de julho de 2014, a Guiné Equatorial passou a integrar a CPLP e o português é o terceiro idioma falado neste país. E sendo o Brasil o maior e mais importante país da comunidade em número de habitantes e instituições de ensino, sua contribuição para o funcionamento da Lusofonia tem um peso indiscutível.

Em nossa habilitação de Língua Portuguesa cabe o estudo conjunto de Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas de



Língua Portuguesa, Literatura Timorense de Língua Portuguesa e de todas as demais Literaturas de Língua Portuguesa existentes em comunidades menores como a macaense, a goense e outras que fazem da diáspora dos lusófonos um elo no mundo. Este interesse pelas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa surgiu após as independências de povos africanos de língua portuguesa na década de 1970.

No Brasil, a partir de 1975, especialmente, houve um interesse enorme pelas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Devem registrar-se os trabalhos pioneiros do professor Mourão de Albuquerque, do Núcleo de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (USP), fundador e diretor da Revista *África* e organizador do I Congresso Brasileiro de Professores e Pesquisadores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa em São Paulo. Deve destacar-se, também, o papel das Faculdades Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

Já, em 1979, a Universidade Federal de Minas Gerais organizava um seminário nacional sobre Literatura Africana do qual participaram como debatedores: Manuel Ferreira, especialista de Literatura Africana de Língua Portuguesa e autor da primeira bibliografia crítica sobre Literaturas Africanas

de Língua Portuguesa; Maria Aparecida Santilli, da Universidade de São Paulo; João Carneiro das Faculdades Cândido Mendes; e João Ferreira da Universidade de Brasília. Formou-se um grupo de africanistas e já se unificou a terminologia a partir do Brasil. Não mais se diria Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, mas sim Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. O encontro seguinte foi na Universidade do Rio Grande do Sul, a que compareceram Manuel Ferreira, Maria Aparecida Santilli, João Ferreira e outros.

Em 1980, a Universidade de Brasília, por iniciativa dos professores Heitor Martins e João Ferreira, organizou seminários de Literatura Africana para o público de Brasília e instituiu, em nível de graduação e pós-graduação, a matéria Literatura Africana de Língua Portuguesa, sendo designado para ministrá-la o professor João Ferreira que a manteve em programação até sua aposentadoria em 1995.

A Literatura Africana de Língua Portuguesa dispõe de centros importantes de estudo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (que teve à frente a professora Lélia Parreira Duarte), na Universidade Federal da Paraíba e em outros centros superiores de ensino.

Na Universidade Federal Fluminense, destacou-se a ação da professora Laura Cavalcante Padilha que organizou o I Colóquio de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, em Niterói, em 1991, com a presença de escritores africanos.

Em algumas faculdades do país, há associações de professores de Português e de Literatura que fomentam programas de ação de formação na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com ênfase voltada para os professores de ensino fundamental e médio. Nesse programa, é explorada a informação e a necessidade de contato com as culturas e literaturas de Língua Portuguesa e acionada a leitura e a análise de obras de autores africanos, mostrando-se a ligação íntima que há entre essas literaturas e as demais literaturas de língua portuguesa.

Atualmente, extrapolando a área literária, destaca-se, na Universidade de Brasília, o professor doutor Wanderson Flor do Nascimento, membro do Núcleo de Estudos sobre Filosofias Africanas "Exu do Absurdo" (NEFA/UnB) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CEAM/UnB). Além das categorias criadas no âmbito das filosofias africanas e dos estudos antirracistas sobre as relações raciais, utiliza o aporte das teorias de

gênero, dos feminismos, da psicanálise e do instrumental analítico produzido por Michel Foucault. Investiga, ainda, saúde da população negra, diversidades de gênero e de orientação sexual, direitos humanos, estudos sobre a colonialidade e suas repercussões na Educação e na Bioética. Suas pesquisas se estruturam em torno dos processos de subjetivação em suas dimensões ontológicas, éticas e políticas e subdividem-se em quatro campos: filosofias africanas e afrodiaspóricas; relações raciais e tradições brasileiras de matrizes africanas (com ênfase nos candomblés); ensino de filosofia e filosofia da educação (com ênfase na formação docente para o trabalho com o ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas); fundamentos da bioética (com ênfase nos aportes contracoloniais às bioéticas latino-americanas e dimensões bioéticas das políticas de saúde para a população negra).

O elemento comum que nos liga a esse programa internacional é o fato de pertencermos a uma comunidade de conhecimento que tem como elemento cultural comum a Língua Portuguesa. A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa centra-se sobre o fenômeno linguístico da lusofonia. A lusofonia apresenta-se como um dado comum que



Artista visual Vitória Alves. *Maria Menina*. Colagem e pintura digital sobre foto (2021)

possibilita a comunicação entre os vários membros das comunidades que falam o português.

A Literatura é o discurso artístico produzido pelos poetas e escritores no seio dessas comunidades. Há grandes riquezas textuais que devemos conhecer e que foram produzidas pelos povos e escritores das comunidades representadas pelos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). A par dessas macro comunidades, há no universo múltiplas micro comunidades representadas pelos grupos locais de emigração dos falantes de língua portuguesa, além de Macau, Goa, e das comunidades grandes de brasileiros na Flórida, de brasileiros e portugueses em Londres e Paris, de variadas e grandes comunidades por-

tuguesas na França, na Bélgica, na Holanda, na Suíça, Luxemburgo, na África do Sul, na Venezuela, no Canadá e na Argentina, assim como muitas comunidades de brasileiros e de africanos em muitos países da Europa, nos Estados Unidos, no Japão.

A Língua Portuguesa tem uma história cultural muito rica no meio dos povos civilizados. E representa, hoje, no mundo, um símbolo de força cultural que se tornou patrimônio de várias comunidades, e uma grande afinidade desses povos no meio de sua diversidade cultural. Essa língua é americana e, ao mesmo tempo, europeia, africana, asiática, e da Oceania. É esse patrimônio que temos de zelar, estudando com abrangência todas as literaturas que se expressam dentro do idioma em sua diversidade e multiplicidade cultural.

# UNIÃO DAS ARMAS E DAS LETRAS: LITERATURA AFRICANA

RAQUEL NAVEIRA

Escritora

O presente ensaio é fruto de uma experiência docente num curso de pós-graduação, disciplina de Literatura Africana. Reflexões sobre negritude, leituras, pesquisas, interações, diálogos com meus próprios poemas publicados no livro *Sangue Português*, da editora Arte&Ciência. Então, o curso ministrado mostrou o fio que percorre toda a teia dessa atividade literária e dessa realidade histórica: a Língua Portuguesa. As literaturas de língua portuguesa são um tema de crescente interesse em várias instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior. No Brasil, a África ganha visibilidade em políticas de inclusão social em que se busca o reconhecimento das raízes africanas formadoras da identidade e da multiculturalidade brasileira, assim como o diálogo literário que tem se estabelecido entre países africanos e o Brasil.

O português é uma língua românica que conserva vestígios indeléveis de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. Há dez línguas românicas: o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o reto-romano ou rético ou ladino, o dalmático, o romeno ou valáquio, o sardo e o galego-português. As línguas neolatinas não derivaram diretamente do latim, mas dos vários romances — modificações regionais do latim — dos quais saíram as línguas românicas.

Não se pode precisar a época exata dos romances, nem a do desaparecimento do latim vulgar. O período estende-se do ano 200 a. C. até pouco mais ou menos de 600 da Era Cristã. Tudo isso porque as conquistas romanas deram-se em épocas diferentes. Roma não impôs o seu jugo simultanea-



mente a todos os povos. Consumiu-lhes vários séculos a dominação do mundo. As várias regiões sobre as quais os romanos estenderam seu domínio eram habitadas por povos de raças diferentes, como os oscos, os umbros, os gregos, os ibéricos, os célticos, os lusitanos. Enquanto um povo está politicamente sujeito a outro, mantém-se forte a unidade linguística. Quando se quebram os laços políticos, começam divergências no que diz respeito à língua. As diferenças locais aumentaram quando o império ro-

mano caiu. Criaram-se estados isolados e independentes uns dos outros.

O século XVI reservou a Portugal um papel saliente na história dos descobrimentos marítimos e das conquistas territoriais. A língua portuguesa, instrumento de uma culta e rica literatura, espalhou-se pelas novas terras avassalando continentes e ilhas. Nenhum povo foi tão longe através dos mares como o lusitano. A bandeira tremulava pelas colônias em todas as partes do mundo.



Desenho de Luís Cristino da Silva. Proposta para uma Rosa-dos-Ventos. Espólio Luís Cristino da Silva Cota 1csda47.38.ic Biblioteca de Arte FCG. <https://padraodosdescobrimientos.pt/rosa-dos-ventos/>

Atualmente, o português é a sexta língua materna em nível mundial e a terceira língua europeia mais falada do mundo, depois do inglês e do espanhol. É língua oficial de nove estados e de quatro continentes. É uma língua de cultura que dá acesso a literaturas e civilizações originais e variadas que o Comitê Nobel distinguiu ao atribuir o Prêmio Nobel de Literatura ao escritor português José Saramago. É uma língua do futuro, uma língua a descobrir. O potencial de expansão da nossa língua na África é extremamente significativo, sobretudo, no hemisfério sul. O século XXI assistirá a um assinalável processo de expansão da Língua Portuguesa nos diversos continentes. Fernando Pessoa afirmou: “Minha pátria é a língua portuguesa” e Olavo Bilac, o poeta parnasiano, escreveu o soneto clássico “Língua Portuguesa”, verdadeira declaração de amor à língua portuguesa:

Última flor do Lácio, inculta e bela,  
És, a um tempo, esplendor e sepultura:  
Ouro nativo, que na ganga impura  
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,  
Tuba de alto clangor, lira singela,  
Que tens o trom e o silvo da procela  
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo teu viço agreste e o teu aroma  
De virgens selvas e de oceano largo!  
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”  
E em que Camões chorou, no exílio amargo,  
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

São os seguintes os Estados-Membros lusófonos, integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e mais recentemente a Guiné Equatorial. O português também é falado em pequenas comunidades, reflexo dos povoamentos portugueses datados do século XVI como é o caso de: Zanzibar (Tanzânia), Macau (China), Goa, Diu e Damão (Índia), Málaca (Malásia).

A África é um dos continentes em que a Terra se divide. É o segundo em tamanho, vindo logo depois da Ásia e quase todo o seu território se estende por uma zona tórrida. Limita-se ao norte com o mar Mediterrâneo, a noroeste com o estreito de Gibraltar, que o separa do sul da Península Ibérica, ao nordeste com o canal de Suez, a leste com o Mar Vermelho e o Oceano Índico, ao sul com os oceanos Índico e Atlântico e a oeste com o oceano Atlântico.

Há vários arquipélagos como as ilhas Canárias, Maurício, Seicele, Santa Helena, Cabo Verde, Madeira, Amiran-te, Reunião, São Tomé e o Presídios. O território é entrecortado por rios como o Nilo, o Níger, o Zambeze, o Orange, o

Senegal e lagos como o Vitória, o Nilo Branco, o Alberto, o Tanganica e outros. A flora africana é estupenda: florestas de árvores altíssimas como os embondeiros, ao lado de plantações de abóbora, mamona, bananeiras, jaqueiras, coqueiros, resinas de acácia, trigo, cevada, uvas e pêsegos. Cruzam as savanas mamíferos ungulados como o elefante, o hipopótamo, o rinoceronte, o búfalo. Camelos, zebras, girafas, chimpanzés, gorilas e bugios povoam as florestas. Além de antílopes, leões, leopardos, hienas e serpentes venenosas nos desertos.

A raça negra predomina com várias ramificações. Os idiomas bantu são falados pelo grupo sudânico. Há, também, os hamitas, pigmeus, hotentotes. Na África, ainda existe regime de escravidão, justiça baseada na pena de Talião ou nas mutilações e poligamia. Muitas tribos não usam roupa alguma. Grupos nativos tecem algodão e fazem com ele roupas de colorido exótico, vivo, com desenhos complexos e coloridos. Peças feitas de ráfia, isto é, folhas secas de palmeiras. Utilizam ornamentos de marfim, de prata, de ossos e de conchas do mar. A religião mais difundida é a muçulmana. Há, também, alguns adeptos do cristianismo, do catolicismo, do protestantismo morávio e do judaísmo, além das religiões idólatras com seus deuses, ge-

ralmente ligados às forças da natureza e envoltos em práticas de feitiçaria.

A África, na Antiguidade, foi chamada de Líbia. Ali estavam o Egito Antigo, os cartagineses e fenícios. Árabes e gregos exploraram o continente. Todo o norte da África incorporou-se, em 146 a. C., ao Império de Roma. Em 1419, os portugueses chegaram ao arquipélago da Madeira. Em 1487, Bartolomeu Dias contornou o cabo da Boa Esperança. Em 1497, Vasco da Gama faz o caminho até as Índias. O deserto do Saara permaneceu inexplorado até o século XIX quando houve a expedição do major inglês Alexandre Gordon Laing. O rio Níger foi navegado pelo inglês Mungo Park em 1715 e, a partir daí, vários exploradores passaram a percorrer os rios africanos.

No Congresso de Berlim, em 1890, houve uma partilha do continente africano entre as grandes potências europeias em colônias, possessões e protetorados. A divisão ficou assim constituída: África Belga (Congo Belga); África Espanhola (arquipélago das Canárias, Ceuta, Marrocos Espanhol, Saara Espanhol, Guiné Espanhola); África Francesa (Argélia, Tunísia, Marrocos Francês, África Ocidental Francesa, Mauritânia, Guiné, Togo Francês, o Gabon, Congo Médio, Congo Francês, Camerun Francês, Somália Francesa etc.); África Inglesa/Coroa Inglesa (União

Sul-Africana, as ilhas Marion e Príncipe Eduardo, Quênia, Uganda, Somália Britânica, Zanzibar, colônia de Santa Helena, Serra Leoa); África Italiana (Somália italiana); África Portuguesa (Guiné Portuguesa, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola (Luanda, Cabinda, Congo, Malange, Benguela, Bié, Huíla), Moçambique). Em 1953, algumas nações conquistaram sua soberania: Egito, Abissínia, Libéria, Líbia, União Sul-Africana.

África,  
Tão exótica na forma:  
Os imensos embondeiros,  
As resinas de acácia  
E, nas planícies,  
Os ungulados,  
As placas de búfalo,  
As patas de elefantes,  
Os satãs rebelados.

África,  
Tão rica:  
Os rios em delta,  
Os lagos brancos,  
Os oceanos largos  
E, no deserto,  
As pirâmides colossais  
Observando os séculos.

África,  
Tão melancólica no fundo:  
Gemente,  
Dolorosa,  
O choro engolido  
Pela areia ardente,  
Pranto da prole desgraçada  
Que nutriu com seu sangue  
A América.

África,  
Tão grotesca:  
O cavalo do beduíno,  
O guizo das cascavéis,  
O sudário do Saara  
Amortalhado de suplícios,  
O canal de Suez  
Amarrando os seus pés.

África:  
Forma e fundo,  
Alimária do mundo.

O comércio de escravos existiu no mundo desde épocas remotas. Com a origem da propriedade e o abandono da vida nômade, com o início da agricultura, houve necessidade de mão-de-obra para o trabalho dos campos. A escravidão marcou, também, uma divisão de trabalho e possibilitou o aparecimento de ocupações puramente intelectuais. Os descobrimentos marítimos abriram novas fontes de abastecimento para o comércio de escravos. A coroa portuguesa reservou para si o privilégio da venda de escravos africanos.

A descoberta da América incrementou ainda mais o tráfico, pois o novo continente abriu um campo vastíssimo para o braço escravo. Os primeiros negros foram trazidos para a América em 1501. Os próprios jesuítas, que se arvoravam em protetores dos indígenas, estimularam o envio dos africanos. No Brasil, o tráfico de escravos teve início em 1526,

desenvolvendo-se grandemente graças à necessidade de braços para a lavoura da cana-de-açúcar.

Com a exploração das minas de ouro no Brasil, aumentou a procura de escravos africanos, sendo o país abastecido, sobretudo, através do verdadeiro entreposto humano instalado pelos holandeses na costa da Mina. Calcula-se que, até 1850, tenham sido transportados da África doze milhões de escravos dos quais um quarto para o Brasil. Grande foi o número de africanos mortos durante o transporte ou em consequência dos massacres a que eram submetidas populações inteiras. O transporte era feito em condições terríveis, sofrendo os escravos fome e sede nos chamados navios negreiros. No entanto, com as novas condições econômicas no mundo, declinava o regime de escravidão. Crescia o movimento abolicionista. Portugal decretou, em 1836, após forte pressão inglesa, a extinção do tráfico negreiro. O Brasil extinguiu-o em 1854. O movimento abolicionista sustentou uma luta prolongada contra o regime da escravidão. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel promulgou a Lei Áurea que extinguiu a escravidão em todo o território brasileiro.

O poeta Antônio Frederico Castro Alves foi conhecido como o poeta dos

escravos. Nasceu, em 1847, na Bahia, e faleceu em Salvador, em 1871, de tuberculose. O aclamado orador foi corajoso defensor dos princípios de liberdade, de justiça social. Lutou com versos inflamados pelos escravos, revelando a miséria física e moral em que eram obrigados a viver. Ainda hoje seus versos são atuais, pois desfraldam a bandeira da liberdade. No poema "Vozes d'África", a África personificada clama. Citam-se trechos e, em seguida, o poema "Navio Negreiro" de minha autoria, em respectivo, pois fui inspirada pela mesma indignação de Castro Alves.

Deus! Ó Deus! Onde estás que não  
/ respondes!  
Em que mundo, em qu'estrela tu  
/ t'escondes  
Embuçado nos céus?  
Há dois mil anos te mandei meu grito,  
Que embalde, desde então, corre o  
/ infinito...  
Onde estás, Senhor Deus? [...]

\*\*\*

Mas eu, Senhor!... Eu triste, abandonada  
Em meio dos desertos desgarrada,  
Perdida marcha em vão!  
Se choro... bebe o pranto a areia  
/ ardente!  
Talvez... pr'a que meu pranto, ó Deus  
/ clemente  
Não descubras no chão! [...]

Trechos do "Navio Negreiro – tragédia no mar":



Auriverde pendão de minha terra,  
Que a brisa do Brasil beija e balança,  
Estandarte que a luz do sol encerra  
E as promessas divinas da esperança...  
Tu que, da liberdade após a guerra,  
Foste hasteado dos heróis na lança,  
Antes te houvessem roto na batalha,  
Que servires a um povo de mortalha!  
[...]

\*\*\*

Que nau é essa  
De velas negras  
Contra o azul do mar?  
É um caixão jogado às águas,  
Sepulcro secreto  
Onde homens negros  
Gemem e rosnam  
Como feras acuadas,  
Panteras famintas  
Amarradas por correntes;  
Nos olhos,  
Chispas de raiva,  
Loucura infinita  
De quem está preso numa cripta.

O esquife balança,  
Por todo lado há vômito,  
Sujeira,  
Braseiro,  
Gemidos mórbidos,  
Carnes dilaceradas  
E gritos de feiticeiros.

Pela proa,  
Pela popa,  
Correm as sentinelas da Coroa,  
É preciso guardar o ouro,  
O marfim,  
Os escravos;  
A cobiça é um abutre  
Que devora os fígados  
E atordoas as almas.

Que nau é essa?  
No incerto lusco-fusco?  
Pertence à Companhia da Guiné?  
Veio da Nigéria,  
Do Congo,  
De Daomé?  
Que esconde em seus porões?  
Ratos,  
Fezes,  
Fumo?  
É uma tumba sem rumo,  
Recheada de ossos  
De valentes guerreiros.

De repente,  
Vibra o açoite  
Do cruel açougueiro,  
Há um vampiro que suga  
E o brilho de um tocheiro.

Essa nau  
É um navio negroiro,  
Um navio luso-brasileiro.

O Dia da Consciência Negra, no Brasil, é celebrado em 20 de novembro e dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares em 1695. O quilombo dos Palmares localizava-se na serra da Barriga, região hoje pertencente ao estado de Alagoas, e resistiu por mais de um século, transformando-se em moderno símbolo da resistência do africano à escravatura. Em meu livro de poemas *Abadia*, da editora Imago, escrevi este poema lembrando Palmares:

Palmares,  
Reino negro  
Na mata virgem.

Ali,  
Pisando o solo fértil,  
Galgando palmeiras,  
Pescando no rio,  
Colhendo milho,  
Caçando com arco e flechas,  
Erguendo choupanas,  
Comendo goiaba,  
Arrancando raízes,  
Viveu um menino livre,  
Chamado Zumbi.

Palmares imenso,  
Do planalto de Garanhuns  
À serra do Cafuchi,  
Tudo pertencia  
Ao negro Zumbi.

Palmares,  
Sonho de resistência  
Ao sistema que esmaga  
Como os dentes da moenda.

Palmares,  
Fortaleza negra  
Que voou pelos ares!

A ênfase maior de nossos estudos foi dada à literatura africana de Angola. Lembramos, primeiramente, que a oralidade sempre foi a grande fonte de saber em toda a África. Oralidade como forma de acumular e transmitir os conhecimentos sobre a história e os ensinamentos do cotidiano de uma comunidade que tem como palco a memória e como protagonistas os mais velhos. Oralida-

de que mobiliza valores e, sobretudo, a crença no poder da palavra.

Há várias comunidades e realidades em Angola. Angola é pluriétnica, com nove grupos étnico-linguísticos. Nesse contexto de diversidade, há algumas constantes na tradição africana: a presença do sagrado em todas as coisas; a relação entre os mundos visível e invisível, entre os vivos e os mortos; o sentido comunitário; e o respeito religioso pela mãe. As diferenças estão nos deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais que variam de uma região a outra.

A literatura sob a forma escrita sedimenta-se apenas no século XIX. Por volta de 1970, o linguista ugandês Pio Zirimu criou o termo "oratura", designando o conjunto de músicas, poesias, narrativas, provérbios e até as frases escritas nas tampas das painéis de cerâmica, características do artesanato local. O linguista Héli Chatelain, em 1964, a propósito dos quimbundo, classificou as manifestações orais angolanas em: Mi-sossos, fábulas em que animais falam, com personagens como o mbewu (tartaruga sábia), a kandimba (lebre) e o nguli (leão feroz); ou fábulas com monstros como os diquixis (cabeças que se reproduzem quando decepadas); as Maka, histórias verdadeiras ou reputadas como tal; as Ma-lunda ou Mi-sendu, segredos

de estado transmitidos pelos mais velhos; Ji-sabu, provérbios concisos, usados na fala cotidiana; os Mi-imbu, poesia e música; os Ji nongongo, adivinhas acompanhadas de mímicas contadas pelos *griots* ou contadores de histórias.

Em 1948, alguns rapazes, negros, brancos e mestiços, que eram filhos do país e se tornavam homens, iniciam, em Luanda, o movimento “Vamos descobrir Angola”. Tinham em mente estudar a terra que lhes fora berço, a terra que eles amavam e mal conheciam. O movimento incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho organizado e coletivo. Uma literatura de combate pelo seu povo. E, assim, Viriato da Cruz, Antônio Jacinto e Agostinho Neto foram alguns dos responsáveis pela consolidação do sistema literário angolano. Nesse momento, há forte ligação entre jornalismo e literatura. Jornalismo e resistência. O tema constante dos artigos é a autonomia da colônia portuguesa. A palavra escrita tornou-se espaço de confronto e luta pela autonomia. O Jornal “Pharol do Povo”, desde 1882, já publicava textos como este:

Por conseqüência [sic] é independência... a liberdade!!... e jamais pertencer o povo africano ao patulo bacalhoeiro, a outra qualquer nação, por muito bonita que seja, porque o Reino de Ngola, é grandíssimo, é riquíssimo, sente-se com

alma e forte respiração de se reger por si e engrandecer-se.” (Saudações d’um ngolista às doutrinas do Ilustrado “Pharol”)

Os Boletins Oficiais de Cabo Verde, Angola e Moçambique passam a exercer censura rigorosa contra as ideias de independência. O jornalismo avança com intensa atividade, em periódicos de vida efêmera, em línguas portuguesa, kikongo, kimbundu e umbundu, da família das línguas banto. Jornais como *A Civilização da África Portuguesa*, de Antônio Urbano Monteiro de Castro, *A Província de Angola*, de Adolfo Pina, *O Angolense*, de Eusébio Velasco Galiano, até chegar a um conjunto de textos, uma obra coletiva publicada sob anonimato, intitulada *Voz de Angola clamando no deserto*, em 1901, reunindo onze autores, refletiam as tensas relações sociais da época. Era a sinalização dos estertores dos velhos tempos e de que uma elite crioula era capaz de articular-se a fim de dar uma resposta no campo intelectual a seus detratores. Eram os novos tempos, que exigiriam uma resposta não apenas das letras, mas também, das armas.

Acontece aqui um diálogo entre o Modernismo Brasileiro e a Literatura Angolana. A geração de 1950 da literatura angolana nasce sob o signo do estabelecimento de uma modernidade literária e com as marcas da literatura brasileira.

O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, sob o lema do “Vamos descobrir Angola”, conhecia o movimento brasileiro modernista de 1922. A leitura de autores do modernismo brasileiro abriu caminhos, apresentando propostas estéticas e códigos associados à modernidade. Os autores mais apreciados foram Jorge Amado, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Carlos Drummond de Andrade. Autores brasileiros que traziam em seus textos a experiência colonial brasileira e um projeto de nação que causava profunda identificação com os países africanos. Exemplos dessa intertextualidade e dessa influência são o poema “Exortação”, do poeta angolano Maurício Gomes, e o poema-paródia “Gritarei, berrarei, não vou para Pasárgada”, do angolano Ovídio Martins, que, respectivamente, transcrevemos trechos.

Ribeiro Couto e Manuel Bandeira,  
Poetas do Brasil,  
Do Brasil, nosso irmão,  
Disseram:  
“— É preciso criar a poesia brasileira,  
de versos quentes, fortes, como o Brasil  
Sem macaquear a literatura lusíada.”

Angola grita pela minha voz,  
Pedindo a seus filhos nova poesia!

Deixemos moldes arcaicos,  
Ponhamos de lado,  
Corajosamente, suaves endeixas,

Brandas queixas,  
E cantemos nossa terra  
E toda a sua beleza.

Angola, grande promessa do futuro,  
Forte realidade do presente,  
Inspira novas idéias [sic],  
Encerra ricos motivos  
É preciso inventar a poesia de Angola!

\*\*\*

Pedirei  
Suplicarei  
Chorarei

Não vou para Pasárgada

Atirar-me-ei ao chão  
E prenderei nas mãos convulsas  
Ervas e pedras de sangue

Não vou para Pasárgada

Gritarei  
Berrarei  
Matarei

Não vou para Pasárgada

A poesia angolana é discursiva, de ruptura, de temas nacionalistas (quimbundo), com a presença forte da utopia, “da vontade apaixonada de fazer, com armas e letras, a história do país”. Todo processo de formação das literaturas africanas de língua portuguesa ocorre nesse contexto das lutas pela independência, fenômeno que explica a dimensão de resistência que as caracteriza. É literatura de combate e

afirmação da nacionalidade como resposta às pressões do colonialismo. No entanto, a atividade literária e o processo histórico não diluíram a preocupação com a noção estética.

Agostinho Neto, médico formado em Lisboa, poeta angolano da República dos Poetas, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola e seu primeiro presidente a partir do dia de sua independência, 11 de novembro de 1975, escreveu, em 1974, um livro de poemas chamado *Sagrada Esperança*. Dele retirou-se o poema “O Caminho das Estrelas”:

Seguindo  
o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
sobre a onda sobre a nuvem  
com as asas primaveris da amizade  
simples nota musical  
indispensável átomo da harmonia  
partícula  
germe  
cor  
na combinação múltipla do humano  
preciso e inevitável  
como o inevitável passado escravo  
através das consciências  
com o presente  
Não abstrato  
Incolor  
Entre idéias [sic] sem cor  
Sem ritmo  
Entre as arritmias do irreal  
Inodoro  
Entre as selvas desaromatizadas  
/de troncos sem raiz  
Mas concreto

Vestido do verde  
Do cheiro novo das florestas depois da  
/ chuva  
Da seiva do raio do trovão  
As mãos amparando a germinação do riso  
Sobre os campos da esperança  
A liberdade nos olhos  
O som nos ouvidos  
De mãos ávidas sobre a pele do tambor  
Num acelerado e claro ritmo  
De Zaires Caláaris montanhas de luz  
Vermelhas de fogueiras infinitas  
/ nos capinzais violentados  
Harmonia espiritual de vozes tam-tam  
Num ritmo claro de África  
Assim o caminho das estrelas  
Pela curva ágil do pescoço da gazela  
Para a harmonia do mundo.

Agostinho Neto foi presidente de Angola de 1975 a 1979, mas, infelizmente, Angola não conheceu a paz. Primeiro em virtude da luta contra o domínio colonial português, depois, como consequência da guerra civil de 26 anos que eclodiu entre os principais partidos de Angola: o “Movimento Popular de Libertação de Angola” e a “União Nacional para Independência Total de Angola”. Quatro milhões de pessoas foram afetadas pela guerra. As condições de vida cotidiana espelham o colapso das infraestruturas administrativas e a grave situação econômica do país. No entanto, Agostinho Neto sempre encarnará o ideal da *Sagrada Esperança*. E, para ele, escrevi este poema intitulado “Visão de Angola”:



Vejo Angola  
Da janela do avião:  
Uma barcarola  
No mar de Benguela,  
A água lilás,  
Guardiã da sabedoria,  
Divide em ondas  
A guerra de um lado  
E de outro, a harmonia.

Vejo Angola  
Da janela do avião:  
Uma casinhola,  
A amoreira gigante  
Onde enterrei a pistola  
Com a qual me mataria.

Vejo Angola  
Da janela do avião:  
Tão verde,  
Tão sagrada,  
Nem parece que presenciei a degola,  
O combate,  
A afirmação de nacionalidade,  
O canto dos poetas  
Exigindo liberdade  
Nas cordas da viola.

Vejo Angola  
Da janela do avião:  
Angola, minha escola,  
Meu espaço de luta,  
Minha infância crioula,  
Mestiça,  
Filho de português e africana.

Não pintarei mais meu corpo de tacula,  
Não ouvirei mais o tam-tam dos tambores,  
Não tocarei a pele dos antílopes,  
Não comemorarei ritos de passagem,  
Não seguirei as abelhas do dia,  
Nem penetrarei nas florestas de lianas.

Angola,  
Da janela do avião,  
Rola  
Como um filme  
No fundo das minhas retinas.

Com uma escrita fortemente vinculada à terra, as obras do romancista Mia Couto, o jornalista Antônio Emílio Leite Couto, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, auxiliaram a inscrever, no cenário das literaturas de língua portuguesa, os territórios das savanas e das florestas de Moçambique num duplo movimento de regionalização e universalização. Moçambique consegue sua independência no dia 25 de junho de 1975, sob regime socialista de partido único até a abertura política em 1986, com acordos assinados com o Banco Mundial e o FMI, após sangrenta guerra civil entre 1976 e 1992.

Os romances de Mia Couto são um mergulho em costumes, lendas e perspectivas de populações distantes do litoral e, portanto, como um maior afastamento da cultura ocidental que predomina em cidades como a capital Maputo. As personagens femininas são profundamente vinculadas ao “antigamente”, sofrendo-lhes as consequências, como é o caso da poligamia. O romance *Ventos do Apocalipse* (1993) não fala apenas da tradição, conforme explica a professora Maria Aparecida Santilli, mas também, da modificação, dos fatores de sua desintegração. O livro não traz um cenário idílico ou a “África profunda” que tantos leitores ávidos por um exotismo barato

procuram nos textos africanos. O romance de narrativa densa vai além. Trata do sofrimento provocado pela seca, pela guerra e pelos fantasmas interiores que atormentam as personagens, forjando um texto que prende o leitor pela força do trágico:

Tudo morre. As plantas, os rios, a vida, acuda-nos Deus do céu, acudam-nos deus do fundo da terra e do mar! Mandem-nos chuva, uma gota de chuva!

Os tempos são maus, maus mesmo. Só as figueiras e embondeiros, que conhecem a morada dos defuntos, é que parecem alegres como folhas verdes, altivas e arrogantes. As mandioqueiras não atingem a altura de um vitelo, e o milho não atinge a altura de um cabrito. Os feijoeiros não dão mais do que seis pequenas folhas, e as vagens têm o tamanho do dedo menor.

Os títulos dos romances de Mia Couto são verdadeiros poemas: *Terra Sonâmbula*; *Mar me Quer*; *A Chuva Passada*; *Um rio chamado Tempo*, *Uma casa chamada Terra*. Inspirado em Mia Couto, surgiu o nosso poema “Moçambique”:

No tempo de antigamente  
A gente morava em Moçambique,  
Na savana seca,  
Distante do mar,  
Sem chuva,  
Sem uma gota sequer,  
Sem nenhuma nuvem que nos pasmasse.

No tempo de antigamente,  
Em Maputo,  
Era muito sofrimento,  
Ventos do Apocalipse  
Sopravam dizendo:  
— Fique,  
No alambique  
Fermenta o vinho das palmeiras  
Que cobre tudo de suor  
E esquecimento.

No tempo de antigamente  
Só a figueira,  
Morada dos defuntos,  
Tinha folhas verdes;  
Cadê milho?  
Vagens?  
Feijoeiros?  
Hienas passeavam entre cinzas e poeira.

No tempo de antigamente  
Fantasmas vagavam  
Pelos caminhos,  
Minha família se quebrou,  
Esfarelou no chão  
Como um pote  
Em som de repique.

Estique esse fio de memória,  
Foi no tempo de antigamente  
Em Moçambique.

Das ilhas de Cabo Verde, destacou-se o poeta Jorge Barbosa com seu livro de poemas *Arquipélago*, de 1935, poemas tidos como marco vanguardista da nova literatura cabo-verdiana. Escreveu, depois, *Ambiente* (1941) e *Caderno de um Ilhéu* (1956), regresso poético a Cabo Verde. De *Arquipélago*, transcreveu-se o poema “Panorama ao Manuel Velosa”:

Destroços de que continente,  
De que cataclismos,  
De que sismos,  
De que mistérios? ...

Ilhas perdidas  
No meio do mar,  
Esquecidas  
Num canto do mundo  
— que as ondas embalam,  
maltratam,  
abraçam...

Montes alerta  
Implorando ao céu!  
Montes alerta  
Nos seus contorcionismos extáticos  
De séculos, rindo para o oceano gargalhadas  
Que ficaram apenas começadas,  
Sorrindo para o céu esgares enigmáticos  
Como que a evocarem um drama milenário...  
Praias desertas  
De areias macias com fosforescências ao Sol  
E restos de navios apodrecendo  
Ao longo;  
Praias abertas  
Às brisas marinhas;  
Praias cobertas  
De ondas caprichosas,  
Búzios multicores, calhaus hostis;  
Praias  
Onde naufragaram  
Navios,  
Onde aportaram  
Caravelas,  
Onde saltaram marinheiros queimados,  
Corsários, escravos, aventureiros,  
Condenados, fidalgos, negreiros,  
Donatários das Ilhas,  
Capitães-Mores...

O poeta descreve os movimentos de aproximação a um novo mundo. A articulação da memória histórica com dados dos imaginários dos povos. Signos selecionados da tópica histórico-geográfica combinam-se pelo arranjo da tópica mítica para compor a gênese das formas de Cabo Verde. Cabo Verde alcançou sua independência também em 1975 como República democrática parlamentarista, dois anos depois do assassinato de seu líder, o carismático Amílcar Cabral, considerado pai da nacionalidade cabo-verdiana. Cesária Évora, a intérprete de Cabo Verde mais conhecida internacionalmente, a “diva dos pés descalços”, canta em dialeto crioulo “mornas” (lamentos) e “coladeras”. Na sua voz, fica extremamente bela e sofrida a canção “Cabo Verde manda Mantenha”: “Tcham canta, m’bem/ Traze boses/ Um aroma daquele pais/ Cabo Verde terra querida/ Qu’ nos tu quiere na coracon.”. Mergulhei na atmosfera cabo-verdiana escrevendo este poema:

Cabo Verde,  
Mar azul,  
Lua cheia,  
Ilhas perdidas num canto do mundo,  
Rochas escarpadas  
Formando uma parede.

Cabo Verde  
Dos navios naufragados,  
Das antigas caravelas,

Dos corsários,  
Dos escravos,  
Dos feitores,  
Dos fidalgos,  
Do pescador solitário  
Lançando a rede.

Cabo Verde,  
Ouvem-se ainda  
Os estampidos dos tiros  
Que mataram Amílcar Cabral,  
O líder da liberdade  
Pela qual se luta  
E não se concede.

Cabo Verde,  
País da música,  
Dos cavaquinhos,  
Dos violinos,  
Das mornas,  
Das coladeiras,  
Da voz da diva Cesária Évora,  
Possante  
Como o vento  
Que vem do Saara  
Espalhando bruma sece,  
Sede,  
Saudade.

Cabo Verde,  
Parti tão cedo  
De tuas encostas,  
De tuas praias,  
De teu fogo,  
Mas de ti  
Nenhum ilhéu se despede.

Pesquisar literatura africana é ouvir os tambores da África. Os tambores africanos, denominados “tam-tam”, assumem grande importância nas tradições, nos ritmos, nas danças e no canto. Os

tambores têm funções rituais e sociais, símbolos da força dos clãs, portadores de mensagens cifradas. Finaliza-se com o poema “Estes Tambores”, do poeta angolano João Melo e Mendonça:

Como fazer parar estes tambores,  
tambores  
À solta  
Como indomáveis  
Animais  
No teu corpo, corpo,  
Luzes, ritmos, gritos,  
Tambores  
Antigos, novos,  
Perenes, como  
Fazer pará-los, se estes tambores  
Já vêm  
De um tempo  
Tão velho, tão velho  
Que os homens os carregam no sangue  
E os fazem vibrar, vibrar, se tomados  
De repente  
Por uma paixão  
Selvagem,  
Pura, pura  
Como esta.



*Língua à Solta*. Arte digital de Amanda Olbel, artista plástica e ilustradora (2023)



# ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM CABO VERDE

MANUEL BRITO-SEMEDO

Antropólogo

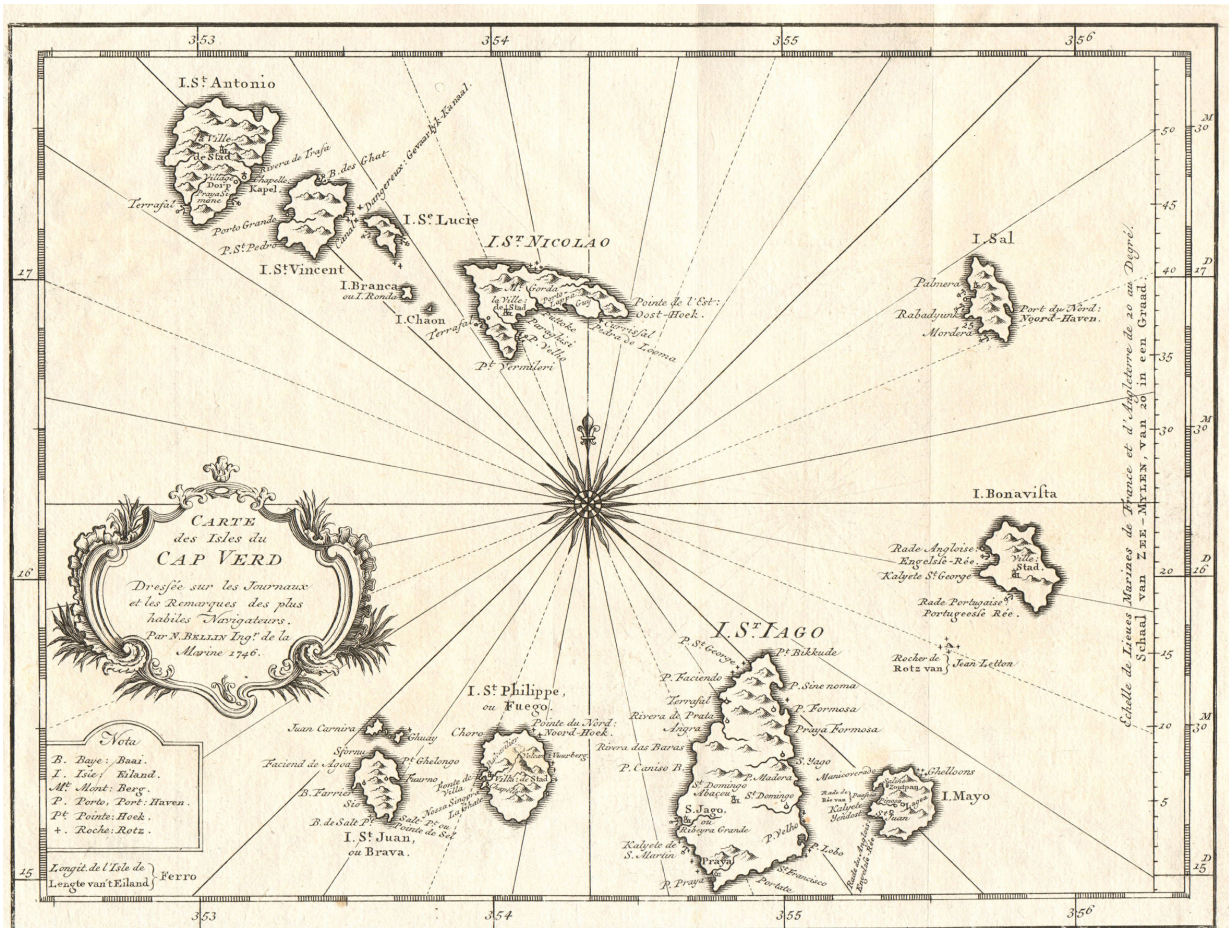
A língua portuguesa é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram.

Amílcar Cabral (*A Arma da Teoria*, 1974)

O Português utilizado em Cabo Verde tende, até certo ponto, a seguir a norma europeia. Não deixa de ser curioso o facto de, em certas particularidades, esse Português aproximar-se do utilizado no Brasil. Especialmente no uso oral, o Português em Cabo Verde está a criar regras próprias. Alguns escritores, Baltasar Lopes, Teixeira de Sousa, Onésimo Silveira, Germano Almeida, mais representativos da literatura cabo-verdiana, esforçam-se por elaborar um instrumento linguístico original que leve também em conta a língua falada.

Existem muito poucos estudos publicados desse “português usado em Cabo Verde”, mas a percepção é de que, em nível lexical, contém empréstimos do crioulo e, em nível da estrutura sintáctica, existe uma grande liberdade no uso dos clíticos, dos pronomes complementos. Embora o português usado em Cabo Verde procure seguir o padrão europeu, já segue normas que dele o afastam. Será isto motivo de alarme? Qual é a importância da língua portuguesa para Cabo Verde? De que estatuto beneficia o Português em Cabo Verde?

Situadas no Oceano Atlântico, ao largo da costa ocidental do continente africano e a 500 km do promontório que lhes deu o nome — o Cabo Verde — dez ilhas e cinco principais ilhotas constituem a República de Cabo Verde, independentes desde 5 de Julho de 1975. Em 1462, começou a tarefa do povoamento das ilhas como forma de fazer das ilhas um ponto de apoio à navegação, assegurar a continuidade das



KAART van de EILANDEN van KABO VERDE, geschikt volgens de Dagregisters, en Aanmerkingen, der ervaarendste ZEELEEDEN.

Antique Print-CAPE VERDE-ISLANDS-SANTIAGO-MAIO-BOA VISTA-Schley-Bellin -1758

descobertas mais para o sul e promover o comércio na costa. Em navios do resgate, logo vieram escravos cativos da costa de Guiné para o povoamento das ilhas. A posição geográfica de Cabo Verde — situada entre três continentes, a Europa, a África e a América — determinou o seu povoamento. A forma de povoamento criou o tipo crioulo como fusão das duas correntes imigratórias.

Pela Constituição da República, o português em Cabo Verde é língua oficial e cabo-verdiano, língua nacional. Esta tem uma função importante na vida cultural e política do país. Fundamenta a identidade cabo-verdiana: se por um lado ela é específica de um território e de um povo, por outro, ela é única e, por isso, unificadora.

*Crioulo ou Africanização do Português?* A maior parte da sociedade crioula cabo verdiana pode ser classificada de bilingue, com dois sistemas linguísticos de pleno direito. Isso quer dizer que ela usa a língua materna em determinados contextos e funções e a língua segunda, o português, em outros, com um estatuto mais elevado. Embora o bilinguismo esteja largamente espalhado em Cabo Verde, o cabo verdiano não necessita do português para comunicar entre si no dia a dia. O português é apenas útil no ensino, nas funções burocráticas e oficiais e para a comunicação com o exterior.

A *Construção do Crioulo* foi feita com uma percentagem do tesouro lexical em que a proveniência portuguesa não dei-

xa dúvida: fala-se em 90% de palavras do português antigo dos séculos XV e XVI, modificadas regionalmente, sobre a estrutura das línguas africanas. O crioulo de Cabo Verde tem duas variantes: a do barlavento (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Sal), com uma evidente influência do substrato europeu, e a do sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), com uma influência menos evidente do substrato europeu e uma maior influência do africano.

A aprendizagem formal da língua portuguesa é feita na escola e a metodologia adoptada, a maior parte das vezes, é a do ensino do português como se da língua materna se tratasse. Este processo de ensino-aprendizagem é deficiente caso se considerar a pouca motivação dos próprios aprendentes. A *exposição à língua portuguesa*, apesar de tudo, sobretudo no meios urbanos, é através dos média (rádio, TV e jornais), das pesquisas na net e das próprias redes sociais, sobretudo, o facebook.

*Sentido de realização* – O aluno sente, contudo, que a sua capacidade cognitiva e as suas necessidades de comunicação em português não encontram correspondência nos limitados meios linguísticos de que dispõe para se expressar nessa língua.

*Motivação* – A motivação é fraca, já que a língua portuguesa é pouco usada na vida diária e não ser necessária para ser compreendido pelos outros.

Apesar do nível de racionalidade com que a aquisição do Português é tratada, verifica-se que a situação dessas duas línguas em contacto envolve níveis mais profundos do que a mera aquisição de padrões fonológicos ou a aprendizagem de um vocabulário. A questão é tanto cultural como política.

A relação histórica de Cabo Verde com Portugal e a língua portuguesa pode ser explicada na base do complexo do Édipo pelas disputas com as figuras/línguas materna e paterna. Até à década de trinta, o cabo verdiano sentia-se bipátrido, com duas línguas: o Português — símbolo da Pátria, com estatuto de língua de elite e de prestígio — e o Crioulo, símbolo da Mãria, com estatuto de dialecto e usado na intimidade.

Dos anos trinta até à independência nacional, há convívio entre as duas línguas, muito por influência do Brasil, caracterizado por interferências do crioulo e alternância de códigos. Muito parecido com a fase de rebeldia da adolescência que questiona as regras impostas. Imediatamente após a independência, em 1975, é como se se quisesse “matar o pai”, ou seja, eliminar a lembrança da dominação de Portugal. Tentou-se, então, romper com tudo que lho lembrasse, por amor à “mãe”, ou seja, à nova pátria.

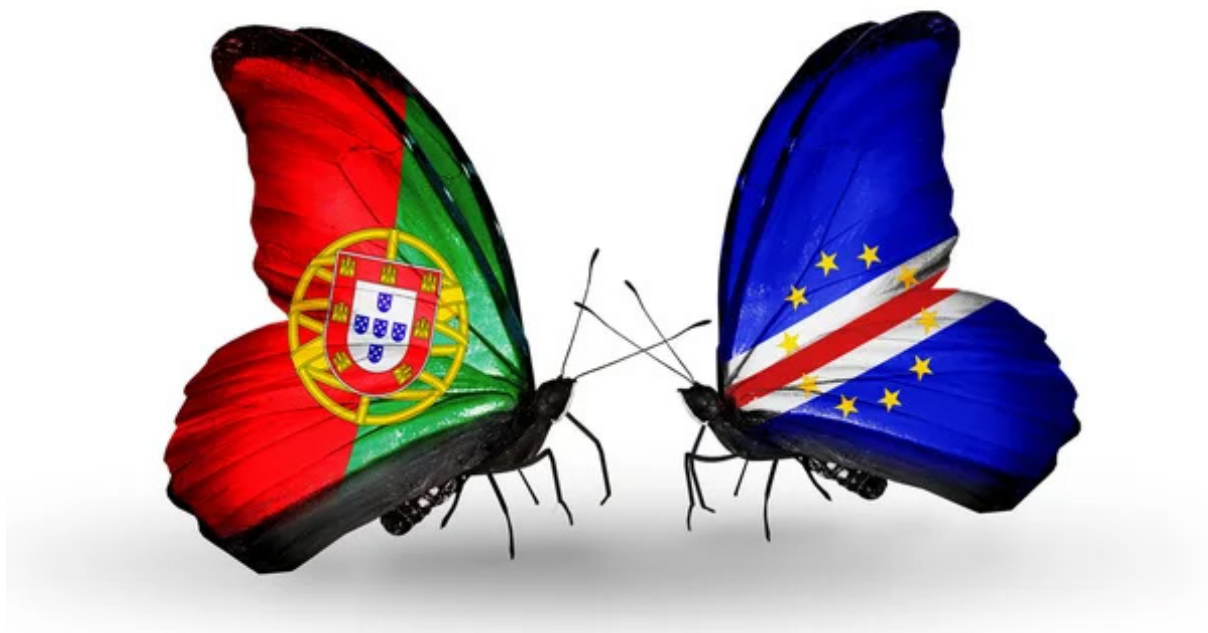
Com a chegada à idade adulta, ou seja, na pós-independência de hoje, o

país reconcilia-se com o “pai”, reencontrando-se mutuamente no respeito e não na interferência nas suas escolhas. O *Português*, hoje património nacional e com o estatuto de língua oficial, é usado sem complexo de cariz ideológico ou outro, sempre que implique elaboração de raiz intelectual, enquanto o *Crioulo*, com estatuto de língua nacional, é usado em tudo quanto seja de cariz social ou familiar.

São ainda poucos os estudos sobre o português de Cabo Verde. Contudo, tem-se a percepção de que existe uma relação causa-efeito entre o mau domínio da língua portuguesa e o insucesso escolar, já que essa língua é, simultaneamente, objecto de estudo e veículo transmissor de conhecimentos. Em nível da pronúncia, existem variações que decorrem de peculiaridades regionais e um *sotaque*, reconhecível por outros falantes da mesma língua. Trata-se de processos fonéticos que é possível detectar. De uma maneira geral, entre outras particularidades, as vogais átonas são fechadas. Em nível morfológico e sintáctico, é, por exemplo, frequentemente omitido o artigo, o que representa uma directa influência do crioulo, onde não existe artigo definido.

Observa-se ainda a utilização e a colocação própria dos pronomes clíticos e a tendência do uso generalizado da forma da 3.<sup>a</sup> pessoa do complemento objecto indirecto (lhe), mesmo em situações de





<https://depositphotos.com/br/similar-images/44995231.html>

complemento directo (o). Está, também, presente a construção aspectual de conjugações verbais como, por exemplo: *Eu ia caindo. Estás vendo? Andas sempre correndo...* e o emprego do verbo *ter* com significado de *haver*. Em nível lexical,

[...] a língua portuguesa em Cabo Verde tem visto alargar-se, criativamente, o seu vocabulário, nomeadamente pela adopção de termos com referência a universos que, de outro modo, dificilmente se fariam representar na variedade portuguesa.

Há dilemas/desafios a enfrentar. São necessários para um bom equilíbrio socioemocional: línguas oficiais, com cooficialização do cabo-verdiano; en-

sino bilingue e variedades linguísticas; bilinguismo versus diglossia; aproximação cultural África-Europa. Em Cabo Verde, vem-se adoptando, de forma tácita, um compromisso entre o Português e o Crioulo com repartição de usos em cada uma das línguas, segundo determinadas circunstâncias e temas específicos. O Português é usado com maior predominância nos centros urbanos e nas classes sociais mais altas e como língua técnica ou burocrática, opondo-se ao uso corrente do Crioulo nas relações sociais e familiares. A língua portuguesa, em contacto com a realidade tropical, vem-se revitalizando num processo gradual de absorção da realidade sociocultural cabo-verdiana, o que autoriza a falar de um Português de Cabo Verde.



# PATRIMÓNIO COLETIVO

LUISA TIMÓTEO

Associação Cultural Coração em Malaca

Nos séculos XV e XVI, Portugal, seguido de Espanha, desempenha um papel vanguardista no campo cultural e no campo comportamental através das trocas de saberes e a de todos os níveis intelectuais. E a cultura dos descobrimentos é, sem dúvida, a sabedoria do mar. Um património coletivo que não devemos ignorar. Património que leva Portugal ao mundo, unindo povos e comunidades que se cruzaram e partilharam culturas de valores até aos dias de hoje.

Os valores lusófonos são como herança dos Descobrimentos como os que se afirmaram em Malaca (*Melaka*, i.e., “O Estado Histórico”), conquistada por Afonso de Albuquerque em 1511 e foi administrada por Portugal durante 130 anos. Malaca é o menor Estado da Malásia onde existe um povo conhecido por Kristang (“cristão”), descendente dos portugueses e que sobrevive desde o século XVI como uma pequena comunidade. Daniel Bastos, Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Católica (Braga/Portugal), comenta em uma de suas crônicas “A herança portuguesa em Malaca” (publicada em <https://www.tveuropa.pt/pais/a-heranca-portuguesa-em-malaca/>) que

A presença pioneira dos portugueses na Ásia no século XVI e XVII, catalisadora dos primeiros contactos entre a Europa e o Oriente, apresenta, ainda nos dias de hoje, marcas vivas dessa Era dos Descobrimentos. É o caso de Malaca, uma cidade e porto da Malásia, uma nação situada no sudeste asiático, que preserva desde a centúria quinhentista — época em que por ação de Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia nomeado por D. Manuel, o então sultanato se tornou numa base estratégica para a expansão portuguesa nas Índias Orientais — um singular legado luso. Simultaneamente, Malaca tornou-se, no mesmo período histórico, por ação de São Francisco Xavier, jesuíta e apóstolo do Oriente, um importante centro da atividade missionária, contexto que se alteraria a partir de 1641, ano em que a antiga possessão portuguesa caiu nas mãos dos holandeses.



Planta de Malaca de Pedro Barreto Resende, 1635. Acervo Associação Cultural Coração em Malaca

É ainda o historiador e escritor Daniel Bastos que nos diz que

A história de Malaca, onde ainda hoje vivem cerca de mil a dois mil descendentes de portugueses em mais de uma centena de casas, no chamado bairro português, concorreu para que a cidade malaia tenha sido, em 2008, classificada como património mundial da UNESCO

Relata-nos que tal distinção

[...] levou, nesse ano, o então presidente do Centro Nacional de Cultura, Guilherme d'Oliveira Martins, a

asseverar que Malaca merecia ser classificada como património mundial da UNESCO por três razões: 'pelo valor memorialístico, pela monumentalidade (em especial o que resta do forte português e a célebre porta que mantém a designação de "A Famosa") e pela ligação entre património histórico e o diálogo intercultural com a língua portuguesa (o papiar cristan)'.



Foto: Acervo da Associação Cultural Coração em Malaca. "A Famosa". Vestígios portugueses em Malaca. Em 07 de Julho de 2008, a UNESCO acrescentou Malaca, uma antiga fortaleza portuguesa no sudeste asiático, à sua famosa lista de tesouros da Humanidade

Faço incursões pela história de Malaca por meio de Daniel Bastos para fazer anunciado que "A herança portuguesa em Malaca é desde o início da década de 2010 singularmente preservada e difundida pelo *Portuguese Settlement Heritage Museum* (Museu da Herança do Povoado Português)". Ele conta-nos que é

Um espaço museológico, situado no bairro português, que graças a lusodescendentes como Christopher de Mello e Jerry Alcântara, conta com um espólio de largas centenas de peças, objetos e coleções pessoais, como fotografias, carpetes, quadros, pratos e uma réplica da nau "Frol de la Mar" ("Flor do Mar"), que naufragou em 1511 no esteiro de Malaca, com um imenso tesouro que nunca foi encontrado. Como evoca António de Abreu Freire, investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em *Portugueses pelo Oriente*, são '[...] muitos os testemunhos da presença portuguesa pelo Oriente, que aparece hoje aos olhos dos estudiosos como um projeto desmedido de um povo pequeno e distante. Movido por uma utopia arrasadora, o povo português ultrapassou imprevistos e obstáculos que a natureza e os adversários armavam. Feita de coragem e de utopia, de conhecimento e de ambição, a expansão portuguesa pelo Oriente foi uma das maiores proezas civilizacionais da humanidade.'





Foto: Acervo da Associação Cultural Coração em Malaca. Réplica da nau portuguesa Flor do Mar, naufragada no estreito de Malaca em 1511. Alberga o Museu Marítimo de Malaca

Este património coletivo — Império dos Homens do passado e do presente — é o tesouro de uma riqueza cultural chamada globalização planetária que não devemos ignorar como os primeiros e legítimos herdeiros dessa herança. Portugal foi contaminador no Mundo como mensageiro da Europa na Ásia, na África, na América e na Oceania que devemos reconhecer e, se rejeitamos a cultura que herdamos, estamos em uma situação de ignorância total.

Estando o mundo lusófono espalhado por todos os continentes, a Lusofonia é uma das urgências da globalização, assentando-se nos valores que são a tolerância, o universalismo, a convivência, a aceitação entre os povos, valorizando o que eles têm em comum, e respeito mútuo pelas diferenças como modo de construção da humanidade. A Lusofonia não é tanto, ou apenas, um mercado de interesses, é muito mais do que isso, é um universo de valores no qual o merca-

do da economia pode ser uma ferramenta para consolidar os valores, mas não a alma da Lusofonia, porque todos nós somos responsáveis (não só os políticos ou diplomatas). Devemos encontrar, porque é urgente, outro tipo de visão, de audácia na interação entre os portugueses onde quer que se encontrem.

É preciso uma maior divulgação do vasto e lindo universo da Lusofonia que deve integrar na diáspora todas as cristandades crioulas e não só uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse papel mais atuante em termos culturais, empresariais e cívicos não parece ser assumido pela diplomacia nem pelos mais diversos órgãos de comunicação já existentes.

Como testemunho, regista-se um poema escrito em Kristang (acompanhado da sua escrita em português) de Patrick da Silva, que em 12 de Junho de 2002, o grande Líder Cultural de Malaca, dedica ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. Patrick da Silva era um dos líderes mais distintos da comunidade portuguesa em Malaca que está confinada a um bairro de ruas simétricas, de casas baixas, com um pequeno jardim defronte. Patrick serviu incansavelmente à sua comunidade durante quase 40 anos. Esteve a estudar, a aprofundar e a manter viva a cultura lusodescendente.

Foi o principal coautor do primeiro Dicionário de Kristang (crioulo-português/cristão-português falado em Malaca). Os falantes do kristang é a última variedade de crioulo português dotada de vitalidade no Sudeste Asiático. O poema do Patrick reflete, exata e verdadeiramente, o sentimento do que é fazer parte desse belo Mundo português!

*Ozi doze di Jun*

(Hoje doze de Junho)

*Dia di Portugal*

(Dia de Portugal)

*Selebrasang di tudo genti*

(Celebração de toda a gente)

*Di nasanhg ki teng igual*

(De nações iguais)

*Korsang cheu di saudade*

(Coração cheio de saudade)

*Ki nos acha juntu*

(que nos une)

*descendente di isti nasang*

(descendente desta nação)

*Na isti parti di mundo*

(nesta parte do mundo)

*Tantu tempu jah passa*

(Tanto tempo já passou)

*Mas, korsang nunca skiseh*

(mas o coração não esquece)

*Kustimi, relijiang ki nus jah resebek*

(Costumes, religião que recebemos)

*Logu guarda ati murek*

(são logo guardadas até à morte)

*Salva, Deus Salva Kum Terra di Portugal*

(Salva, Deus Salva a Terra de Portugal)

*Salva, Deus Salva Kum Terra di Portugal*

(Salva, Deus Salva a Terra de Portugal)



## Nota a saber da Associação Cultural Coração em Malaca — ONGD Korsang Di Melaka —

Coração em Malaca, associação cultural, procura preservar o património de origem portuguesa; desenvolve e fortalece laços entre as comunidades lusodescendentes; divulga a comunidade “Portugueses de Malaca”, ligando-a a Portugal e às restantes comunidades falantes de português e crioulo; bem como procura resgatar a cultura de origem portuguesa espalhada pelo mundo, que se pretende não deixar morrer, como verdadeiro e maior tesouro resultante dos Descobrimentos Portugueses. À essa associação e ao “culto” e “cultivo” à língua portuguesa, Renato Epifânio, em artigo publicado na edição de 29 de Dezembro de 2014, do jornal Público (Portugal), assim se refere:

Se contarmos, como devemos contar, com as várias diásporas lusófonas e com outras regiões que, historicamente, mantiveram laços com o espaço de Língua Portuguesa, essa difusão geográfica alarga-se ainda mais.

Manifestamente, [...] ‘ligação [da Língua Portuguesa] à língua malaia’. [...], ainda hoje, uma significativa comunidade lusófona, em grande parte residente no chamado ‘Bairro Português de Malaca’, que tem preservado essa ligação à Lusofonia, mesmo com poucos ou nenhuns apoios oficiais.

A este respeito, não pode deixar de ser referida a Associação Coração em Malaca, sediada em Portugal, que, através dos seus membros — desde logo, da sua Presidente, Luísa Timóteo — não se tem cansado de manter essa ponte, que já levou, inclusive, a que alguns membros dessa comunidade tivessem estado recentemente em Portugal.



Ilustração portuguesa anônima do século XVI do *Códice Casanatense* ou *Códice Casanata*. A inscrição diz: “Os gentios do Reino de Malaca são chamados Malayos”. Álbum de design, ilustrações usadas e trajas dos povos da Ásia e da África com breves *dichiarazioni* em língua portuguesa. Biblioteca Casanatense, Roma. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Malays\\_from\\_the\\_Malacca\\_Sultanate\\_Codice\\_Casanatense.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Malays_from_the_Malacca_Sultanate_Codice_Casanatense.jpg)

Os “portugueses de Malaca”, os Kristang, falam um crioulo de origem portuguesa; vivem em casas adornadas com imagens religiosas, cruces e crucifixos, símbolos que os diferenciam numa Malásia majoritariamente muçulmana e, também, hindu e budista; possuem grupos folclóricos que dançam o “Intrudu” (Entrudo) antes da quaresma, honrando o “Senjuang” (São João) e o “San Pedro” (São Pedro) no verão; e cantam música portuguesa e trajam com sinais evidentes de ligação afetiva e patrimonial a Portugal.

Ao longo dos tempos, a comunidade do bairro português de Malaca tem mostrado ter um historial de reivindicação de valores e argumentos para a sua autonomia e diferenciação no conjunto dos povos da Malásia (Conferência Save Our Portuguese Heritage Conference, 1995, Malacca, Malaysia, compiled and edited by Gerard Fernandis), bem como a classificação de Malaca (Melaka) como património da humanidade atribuído pela UNESCO em Julho de 2008 (que refere e inclui especificamente a comunidade lusodescendente).

No bairro português de Malaca, há descendentes directos dos navegadores, escravos, portugueses de Goa, de África do Sul, de Macau ou de Moçambique. Apesar de séculos de esquecimento por parte do Estado português, essa comunidade luso-

descendente tem orgulho de ter raízes portuguesas. Noel Félix, por exemplo, um líder do bairro português de Malaca, falava português com orgulho, tal como falava crioulo, mas repetia com insistência que era urgente aprender português na escola com o apoio de Portugal, mantendo o Papiáh Português como identidade de Malaca onde tudo começou: “o reencontro dos povos de todas as partes do mundo”. Em Malaca, como diz Luis F. Gouveia,

Os descendentes veneram a portugalidade. Passados que foram os tempos sempre conturbados da colonização e até do colonialismo, há qualquer coisa de psicologia social no meio disto tudo que faz perdurar esta relação. Não acredito que seja só pelo folclore e da questão, como por vezes nos é transmitido pela imprensa. O que leva aquele Povo a preservar esta identidade para com Portugal?



Foto: Acervo Associação Cultural Coração em Malaca. Noel Félix, líder de Malaca, de visita a Portugal em Novembro 2009. “Nussa linggu kum alma nang podi kompra kum pataca. Nus papia mutu tantu antigu, linguasa si cinkocentu anu.” (“A nossa língua e alma ninguém pode comprar com dinheiro. Nós falamos à antiga, 500 anos.”)





Foto: Acervo Associação Cultural Coração em Malaca. Comunidade de lusodescendentes que preserva a língua, o português arcaico e as tradições



Foto: Acervo Associação Cultural Coração em Malaca. Festa tradicional no Bairro Português de Malaca. São Pedro e São João

A Associação Cultural Coração em Malaca desenvolve vários projetos com a comunidade como, por exemplo, o ensino da Língua para o qual já foi concluído o Manual Trilingue/Bos podi papiah ku yo?; a requalificação do Museu do Bairro que inclui a catalogação já entregue como proposta de apoio da Fundação Oriente; o auxílio à Comunidade Portuguesa de Malaca no desenvolvimento de registo do Património Cultural, uma exigência decorrente da classificação como património da Humanidade.

E para o futuro, que esperamos que seja breve, queremos que a Comunidade de Malaca seja o elo agregador das comunidades lusodescendentes na Ásia, visando a forte presença portuguesa como testemunho e colaboração das Conferências realizadas em Malaca em 2016 e 2019. Essas comunidades falam a mesma língua/crioulo de origem portuguesa para as quais devem ser dadas as mesmas oportunidades de programas e projetos de cooperação e desenvolvimento, inclusão na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de todos os falantes de crioulos de origem portuguesa. Considero, portanto, importante finalizar minha argumentação, citando de novo o professor Epifânio no que ele concluiu no artigo já citado:

Muito poucas línguas deveriam estar acima da Língua Portuguesa, desde logo pela sua geográfica difusão.

Num interessante artigo publicado no dia 22 de dezembro (*Influência de uma língua mede-se pela capacidade de ligar*

*línguas diferentes*), o jornal *Público* reproduz os dados essenciais de um estudo saído na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS).

Neste, defende-se que “ao contrário do que se poderia pensar, a influência global de uma língua mede-se principalmente pelo seu nível de ligação com outras línguas, e, em particular, pela sua capacidade de mediar a comunicação entre línguas que de outra forma não conseguiriam ‘falar’ entre si”.

Surpreendentemente, porém, à luz dessa premissa, a Língua Portuguesa aparece numa posição “intermédia”, quando deveria aparecer numa posição mais cimeira.

Se a premissa é, como no artigo se enfatiza, a “capacidade de estabelecer pontes entre línguas associadas a culturas por vezes muito diferentes e afastadas do ponto de vista geográfico”, então muito poucas línguas deveriam estar acima da Língua Portuguesa, desde logo pela sua geográfica difusão: falando só dos países de Língua oficial portuguesa, estamos a falar de uma Língua com difusão na Europa, nas Américas, em África e na Ásia.

Este exemplo é, de resto, multiplicável a muitos outros países, sendo que o mais importante nem é sequer isso: o mais importante é essa capacidade *pontificia* (“construtora de pontes”) que a Língua e cultura portuguesa historicamente tiveram e que ainda hoje é reconhecida — nomeadamente, no mundo árabe.

Daí o papel que a Lusofonia poderia hoje ter à escala global na resolução de alguns conflitos, inclusive de cariz religioso. Enquanto cultura em que desde sempre conviveram as “três religiões do Livro” — judaísmo, cristianismo e islamismo —, a cultura lusófona poderia dar um importante contributo para a paz mundial.

# A PROPOSTA DO TERMO HIEROFANIA PARA FERNANDO PESSOA

LORYEL ROCHA

Instituto Mukharajj Brasilan

No Princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

S. João 1:1

É certo que podemos “ler” o que a pessoa de Fernando escreveu. No entanto, já é bem menos exato que podemos “entender”. Explico. Fernando Pessoa não é “explicável”, pois, os Poetas são Mistérios em si mesmos. A Poesia não é domínio exclusivo da hermenêutica, nem se reduz à ela. O Poeta não é deste mundo, “fala” a ele. A ideia de que podemos “explicar” o Mistério de um Poeta advém de uma tradição adestrada, filha da dialética de Aristóteles, que privilegia a dialética da mente coroada pela lógica.

A Obra de um Poeta, materializa-se, por óbvio, na “forma” de palavras. Toda “forma” tem uma “função” (já os gregos ensinavam), e toda palavra tem significados e significantes. Por conseguinte, toda palavra é um símbolo e, ao mesmo tempo, uma estrutura simbólica: é um “Jogo de Luz”. Ou seja, a palavra aponta para além dela mesma. Acresce-se a isso o fato que a Obra de um Poeta é uma escritura e

Não há escritura que não se trame numa crise. É que algo de nós tem de precipitar-se em palavras. Embora as palavras criem aquilo para o que apontam, ainda assim apontam para além delas mesmas. O dedo aponta para a lua: o sábio olha para a lua; o tolo, para o dedo. Portanto, a menos que sejamos tolos, não haverá linguagem que se explique por si mesma. Nenhuma palavra conclusiva, nenhuma linguagem que dispense mais linguagem. Se alguma escritura pudesse explicar-se a si própria, não escreveríamos tanto. (FERNANDES, Sérgio L. de C.. *Filosofia e Consciência. Uma Investigação Ontológica da Consciência*. Rio de Janeiro: Areté Editora, 1995, Prefácio, p. XVII)



Fernandes ensina que as operações hermenêuticas conjugadas com a postura dialética adotada para “ler” é o primeiro passo para um diálogo de surdos. Não se ignora que se deve avaliar o que se lê, mas, por isso mesmo, é preciso ir além dessa mera “atitude”, precisamos emprestarmos-nos nossa atenção:

É que ouvir... é uma arte muito difícil, sobretudo quando se tem de ouvir lendo. Há livros que lemos; há outros que nos lêem. Além disso, toda chave, se mal usada, pode estragar-se, ou emperrar a porta que deveria abrir. Mas ainda que você venha a correr esse risco, permita-me insistir em que a “chave” dessa difícil arte de ouvir não é feita do material de que são feitos os juízos. Essa arte não tem juízo: suspende-o. Para o bom ouvinte, para quem meia palavra, ou nenhuma, basta, “concordar” ou “discordar”, pelo menos de maneira automática, é um mau hábito. O primeiro caso assemelha-se àquele em que, ao escutarmos pela enésima vez a Nona Sinfonia, ela nos atravessa a sensibilidade e nos escapa, como se já não tivéssemos mais ouvidos para ouvir. Já o segundo caso, o da discordância automática, é também uma forma de surdez, que semeia a discórdia, leva à tempestade, torna o discurso filosófico (ou poético) um pleito, um discurso jurídico, litigioso. Enreda-o na letra, mata-lhe o espírito (FERNANDES, op. cit., Prefácio, p. XIX)

No mesmo sentido está O Prólogo da *Regra de São Bento*: “Escuta, filho, os preceitos do Mestre, e inclina o ouvido do teu coração”. Para Fernando Pessoa, a explicação é positivista ou sociológica, ou científica, beirando o absurdo e o fechamento de uma determinada questão: “Interpretar é não saber explicar. Explicar é não ter compreendido.” (PESSOA, Fernando. *Páginas de Doutrina Estética*. 2ª ed. Lisboa: Inquérito, 1946, p.84. Seleção, Prefácio e Notas de Jorge de Sena). O valor das reflexões acima é que eles projetam uma robusta imagem de fugacidade para toda e qualquer materialidade textual, pois as palavras apontam para além delas mesmas.

Evitando a morte posicionada no caminho da antítese entre busca e posse, proponho um encontro com o insondável ou, no mínimo, um indício da descoberta, que pode ser revelada em grau crescente, conforme a consciência de cada um. Desse modo, afirmo de que este artigo não procura “explicar” a pessoa de Fernando, dizendo que ele é “isto” ou que é “aquilo”. Apenas argumento que não se pode fechar o cerco definicional da Poesia de Pessoa, que é “inexplicável” em si mesma. Por isso, proponho ao leitor que me empreste sua atenção para a palavra “Hierofania”, tratada aqui como um símbolo, aplicada ao Fernando Pessoa. Fernando afirma que

Um símbolo é uma coisa exposta em termos de outra coisa, entendendo-se que a segunda (meio de expressão) é por natureza inferior à primeira (coisa expressa) (LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por Conhecer*. Roteiro para uma Expedição. [e Textos para um Novo Mapa]. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, vol.2, p. 104-105, nº 84)

Existem Seres humanos cuja vida é semelhante a um incenso: à medida que passa, deixa atrás de si uma suave fragância. Fernando Pessoa é um desses Seres humanos incensados. Tornou-se, involuntariamente, figura mitológica, lendária, quimérica, reconhecido pela grandiosidade de sua Obra e pelos mistérios de sua personalidade. Entretanto, por mais enriquecidas que sejam as razões que dissertam em seus diversos motivos os enigmas pessoais, elas nada revelam além de seu revelado formal, visto que *Aquilo* que talvez seja a causa de tantas maravilhas na pessoa de Fernando permanece lacrado, oculto, silenciado, preso a pragmatismos virtuais, retido em hermenêuticas várias, ignorado a um ofício experimental anônimo, porque sempre dependente das razões ordenativas daqueles que nos ministram culturas e entendimentos.

Ao pensamento positivista, semeador da automatização generalizada, foram acrescentados, em escala, os exemplos da ordem e as linhagens do

progresso, criando condicionantes de corpo e espírito, estabelecendo fundamentos por adulterações das essências que tornaram o homem na bula de comportamentos pré-meditados (aceitável a escrita, porque se quer dar ênfase ao sentido da linguagem [filosófica] emanada pela própria língua portuguesa). A pessoa de Fernando e, por conseguinte, seus heterônimos, não escaparam dessas searas próprias dos fenômenos da colonização global. O espantoso labirinto que foi criado à sua volta quase impede que se chegue ao centro nuclear de onde tudo emana a ponto de se poder perguntar de que pessoa de Fernando estamos a falar e conhecemos.

Alçado ao posto de um deus, impôs-se à pessoa de Fernando um eclipse ou uma tragédia equivalente à de Prometeu acorrentado ao rochedo com a águia a comer-lhe o fígado diariamente: desmistificou-se o seu pensamento mítico-iniciático por meio do raciocínio dialético-cartesiano; ao mesmo tempo, imputaram-lhe uma atividade mistificadora perturbante que oculta, através dos seus heterônimos, a rotulação aberrante de ser praticamente o efeito de uma causa psíquica. Ou seja, a questão da heteronímia resulta de características pessoais referentes à personalidade de Fernando Pessoa: o desdobramento do "eu", a multiplicação de identidades e a sinceridade do fingimento são condi-

ções que patentearam sua criação literária e que deram origem aos poemas de sua autoria. O que resulta dessa explicação “oficial” é que o despovoamento de Fernando povoa sua Obra. Ora, claramente, a erudição assustadora destes anjos da anunciação de inúmeras natividades, por intermédio de um rendilhado verbal exaustivo, circunscreveram as Colunas de Salomão de Pessoa a uma psicologia viés marxista: ele é revelado naquilo que é considerado abominável ou passível ao extermínio.

Na contramão dessa degola à pessoa de Fernando, está o livro que lançamos anos atrás do filósofo português Manuel J. Gandra (*Fernando Pessoa: hermetismo, iniciação e heteronímia*. Rio de Janeiro: Instituto Mukharajj Edições, 2013) que retira da clandestinidade, que lhe foi arbitrariamente imposta, uma parte essencial, quiçá definidora, das maravilhas operativas que se processavam através de Fernando. Fernando Pessoa testemunha, de próprio punho, uma espécie de *curriculum vitae*, no mês de março de 1935, ano da sua morte, que foi *Iniciado na Ordem do Templo de Portugal*:

Posição iniciática: Iniciado, por comunicação directa de Mestre a discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal.

Decorre desse testemunho direto de ser *Iniciado*, manifesto nos símbo-

los inerentes à verdade afirmada, que “nasce” o que se pode chamar das suas personificações paralelas, os Heterônimos, e não da suposta atividade de uma psiquê fragmentada por mecanismos desconhecidos. Tais hipóteses configuram-se absurdas? Para muitos, creio que sim. Mas, nessa altura, é conveniente lembrar dois pontos: 1) tal registro consta do seu testamento; 2) o chamado *Ser criativo* (na extensão e significado exato do termo) aparece de tempos em tempos, cujas épocas são constatáveis exatamente pela raridade do fato. A categoria dos Poetas (na extensão antiga do termo) enquadra-se nos chamados *Seres criativos*. À guisa de exemplo, a história relata personagens com emprego dessa faculdade que dava a posse de “poderes”. No Tibete, esses indivíduos são denominados *Tulku* e *Phowa*.

Apontam-se ainda os exemplos de Numa Pompílio, do pitagórico Lysias, de Hermodorus Clazoménio, de Timarchus, de Apolônio de Tiana, de Simão, o Mago, de Plotino, de Hermotimus (assinalado por Plínio e Plutarco), de Santo António de Lisboa, de João Tirthheim 1462-1515), monge beneditino e abade de Spanheim, de Girolamo Cardano (1501-1576), médico, físico e astrólogo, de Cervantes, bem como do autor da obra de Shakespeare (cuja indetidade interessou vivamente Pessoa, como fica patente pela sua biblioteca inglesa e próprio projeto de um livro sobre o tema). (GANDRA, op. cit., p. 59)

**Manuel J. Gandra**  
Organização, prefácio e notas



**FERNANDO**  
**Pessoa**  
**HERMETISMO, INICIAÇÃO E HETERONÍMIA**

  
INSTITUTO MUKHARAJJ  
EDICÕES

Foto: Capa de Vania Pio para o livro *Fernando Pessoa: hermetismo, iniciação e heteronímia* (Rio de Janeiro: Instituto Mukharajj Edições, 2013)



Comprova-o a própria história, pois é consabido o fato que nas antigas tradições orientais, grega, judaica, islâmica e cristã, entre outras, o Poeta era considerado uma "casta" privilegiada, porque conhecia os nomes dos Deuses/Deus e eram emissários da *Palavra Viva do Verbo*. Nele, tudo obedecia à *Razão Suprema* e à *Palavra Viva*. Da sua boca, saía uma espada de dois gumes, e a sua *Palavra*, aberta, era como o Começo, o movimento, a energia, a força, o poder. A força e a autoridade pertenciam à justiça de seu *Verbo* e a justiça de seu *Verbo* é tão inflexível quanto a Verdade, pois tanto o verdadeiro como o bem são imutáveis.

No *Verbo* do Poeta há toda uma germinal refletiva, associativa, intermitente, circulante, absorciva e re-produtiva (o uso do hífen dá destaque ao que analiso) que age e reage consoante ao seu princípio real paralelo a ela mesma, no realizável como via constante e nutritiva a seu eterno corpo criador-criação-criado. Ora, a germinal refletiva do *Verbo* do Poeta traz da imensidão abismal do cosmos a fusão do divino ao profano, revertendo em eternidade. Portanto, através do *Verbo* do Poeta, processa-se uma ruptura da Ordem Intemporal/Temporal onde a imagem apaixona-se pela semelhança, pela *des-cristalização* (o prefixo em destaque corrobora minha análise) e delas gerando uma tentativa de equilíbrio da ordem do mundo.

Desde que os gregos baniram os Poetas da pólis, de lá para cá, tanto os Poetas quanto a Poesia foram sofrendo a deficiência de se recompor à escrita, ajustadas segundo a cara do mundo, numa queda equivalente à de Lúcifer. A bem da verdade, os Poetas, ao serem banidos da pólis dos homens, ao ficarem retidos numa arca paralela e circunscritos a uma loucura sem santidade, abrem caminho para o vácuo onde as polarizações extremamente densas instauram um *polemus* por dilatação e, desde então, nos movimentamos como espartanos, mas nos desejamos atenienses, numa angustiante busca em direção do Eterno confiscado ao estado letal do transitório. Sem Poetas vivemos num cosmos antropofágico e só reconhecemos o sangue, nosso e do outro, consagrado no corpo de holocausto. A retenção dos Poetas no paralelo do mundo abriu a porta do êxodo aos cidadãos do mundo. Os homens ficaram presos no verbalismo exaustivo que necessita inúmeras expressões para traduzir o mínimo, mínimo este que, mesmo aparentemente dissecado, continua não captado por refletir um símbolo desconhecido.

Por isso, adverte a Poetisa Anna Maria Dutra de Menezes de Carvalho que "Não se mata um Poeta" (*As Brasilíades*. Edição da Autora, 1997). Como alcançar



a vitória mantando a palavra vibratória do Poeta? O Poeta é um povo. O Poeta é o escultor espiritual da pátria. Nos rios inquietantes do *Verbo* dos Poetas, fados foram destinados e o curso das Eras estabelecido. Fernando Pessoa é Poeta no sentido e extensão antiga do termo. Tudo o mais que se possa dizer dele na presunção de alterar um destino que já se fez destinado é uma carta inútil, escrita de glória morta, transitória às sujeições da seca em seu vagar.

Manuel J. Gandra não repete o erro milenar de matar um Poeta. Daí decorre que revela esse maravilhoso organograma da pessoa de Fernando, unindo Hermetismo-Iniciação-Heteronímia, a Santíssima Trindade que inflamou, pelo Santo Espírito, o *Divino Verbo* pessoano, dando continuidade à longa cadeia dos Iniciados que, desde o Princípio, no “lado além do lado desta escuridão” batizaram nosso corpo ao sagrado e asseguraram no interior de cada alma *Aquilo* que não morre. Dito isso, acredito que o termo Hierofania pode ser proposto à pessoa de Fernando. Explico à maneira de Anna Maria Dutra de Menezes de Carvalho:

Todos os povos, sem exceção, carregam o estigma inquietante de uma não compreensão ao Todo. A própria ciência estabelecida e as religiões professadas são falíveis a

uma certeza absoluta. A ciência se diz um conjunto de conhecimentos baseados em princípios certos, mas, a palavra “princípio” define o momento que se faz uma coisa pela primeira vez, é um começo, uma estrada, um exórdio; ou seja, um preâmbulo que traduz rodeio ou mesmo cerimônias (com várias interpretações), é um prólogo pequeno ato no drama representado por um só personagem antes da peça propriamente dita.

A ciência estuda o mundo, não o funda. E para viver o mundo é preciso fundá-lo. E o mundo, segundo S. João, no *Apocalipse*, foi fundado pelo *Verbo*.

Se a ciência é a realidade das coisas fora de nós, a Poesia é a sua realidade dentro de nós. O gênio da nossa língua é o dom especial que ela tem de traduzir o sentimento saudoso da natureza animada e inanimada. O poeta (citando Teixeira de Pascoaes) é o escultor da pátria — escultor espiritual —, é o revelador, o criador do seu caráter. É por intermédio dos poetas que o gênio popular se vai fixando em figura viva, cada vez mais perfeita.

O poeta recebe um dom que, às vezes, ele nem sabe administrar.

Ovídio, que compôs os *Tristes*, em Ode menos conhecida, fala da inveja dos poetas entre si e não só, e o mal que aflige as circunstâncias no banir um poeta, porque, com ele vão-se as musas, as deidades, a inspiração que se esparge nem em torno, pois, o poeta transporta o criativo.

No partir do poeta, afasta-se a magia que ele traz ao todo e, tudo volta ao dantes, talvez, apeteçido, mas pouco definido.

Zeus no Olimpo se aflige ao tempo da ausência dos poetas ameaçando: “se me faltarem para me louvar, faltarão adoradores e um Deus que não sobrevive sem eles”.

Agamenmon prefere um reino pequeno a admitir a futurologia do poeta Magelion e seu reino é absorvido pelos que cresceram em torno...

“Nas mãos do poeta Magras e vividas  
Os estorvos da vida  
Os mistérios de Creta.”

Ah! A Grécia e sua poesia latente que já bailava no egito e nos povos primordiais. A poesia revela o divino no homem, o credencial de um Espírito. Usufruir deste mistério magnífico e potente que nos permite dar vida a mensagens etéreas é deslumbrante e alentador! Em poemas estão contidas muitas das principais obras da história. Às vezes o poeta ultrapassa a própria linguagem e invade uma metafísica misteriosa e se torna profético.

Daí a proposta do termo HIEROFANIA ao Poeta. (*Cadernos dos Fragmentos*. Edição do Autor, [s.d.]

A luz que a pessoa de Fernando reteve não veio de qualquer parte. É luz condutora, acesa muitas vezes, porque somos todos romeiros deste Prestes João, rasgando o nevoeiro da Ilha de São Brandão. De repente, o mistério da pes-

soa de Fernando é rasgado, rompido na regência Templária a cingir Portugal ainda dentro de uma sagrada odisséia dos Descobrimentos, marcando o Renascimento civilizacional do mundo já destinado como fado desde mil e quinhentos. “O poeta é um fingidor”. Percebe-se que *inventar* uma pátria, *inventar* um país *inventar* uma raça, *inventar* mitos secretos e tesouros do mar são prenúncios do silêncio de Deus pela Voz da verdade, transmutado o corpo do mundo por toda a Eternidade.

Abaixo, a autodefinição de Fernando Pessoa, uma espécie de *curriculum vitae*, de duas páginas, datilografado e assinado por Fernando a 30 de março de 1935, oito meses antes da sua morte. Desconhece-se o paradeiro do documento original assinado, de que a coleção do Arquitecto Fernando Távora possui uma preciosa reprodução fotográfica e outros documentos relacionados, procedentes do espólio de Alfredo Guisado. Apresentado na exposição comemorativa do cinquentenário da morte de Pessoa da Biblioteca Nacional de Lisboa (1985), “Fernando Pessoa - O Último Ano”. José Barreto, no artigo “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, expõe tudo o que até o presente momento se sabe sobre o importante documento “autobiográfico”:

Nota biográfica escrita por Fernando Pessoa em 30 de Março de 1935 e publicada, em parte, como introdução ao poema editado pela Editorial Império em 1940 e intitulado "À memória do Presidente-rei Sidónio Pais", em apêndice a João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História duma Geração*, Amadora: Livraria Bertrand, s. d. [ca. 1950], 2.º vol., pp. 361-362. Versão truncada, mais completa do que a de 1940, mas com erros, como a data do documento, erradamente situada em 1933. Entre as partes que se mantinham amputadas, contava-se o parágrafo "Posição iniciática" e o trecho em que Pessoa repudiava o folheto *O Interregno*. Esta versão incompleta manteve-se até à 5.ª edição da obra de Gaspar Simões, a última por ele revista (Lisboa: D. Quixote, [1987]), e assim continuou reimpressa até hoje. Gaspar Simões refere-se à "nota biográfica" como um documento que Pessoa divulgara "entre amigos", sem precisar a procedência do documento que transcreveu.

A seguir, o texto completo.

Nome completo: Fernando António Nogueira Pessoa.

Idade e naturalidade: Nasceu em Lisboa, freguesia dos Mártires, no prédio n. 4 do Largo de S. Carlos (hoje do Directório) em 13 de Junho de 1888.

Filiação: Filho legítimo de Joaquim de Seabra Pessoa e de D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira. Neto paterno do general Joaquim António

de Araújo Pessoa, combatente das campanhas liberais, e de D. Dionísia Seabra; neto materno do conselheiro Luís António Nogueira, juriconsulto e que foi Director-Geral do Ministério do Reino, e de Madalena Xavier Pinheiro. Ascendência geral: misto de fidalgos e judeus.

Estado: Solteiro.

Profissão: A designação mais própria será "tradutor", a mais exacta a de "correspondente estrangeiro em casas comerciais". O ser poeta e escritor não constitui profissão, mas vocação.

Morada: Rua Coelho da Rocha, 16, 1.º. Dto. Lisboa (Endereço postal-Caixa Postal 147, Lisboa).

Funções sociais que tem desempenhado: Se por isso se entende cargos públicos, ou funções de destaque, nenhuma.

Obras que tem publicado: A obra está essencialmente dispersa, por enquanto, por várias revistas e publicações ocasionais. O que, de livros ou folhetos, considera como válido, é o seguinte: "35 Sonnets" (em inglês), 1918; "English Poems I-II" e "English Poems III" (em inglês também), 1922 e o livro "Mensagem", 1934, premiado pelo Secretariado de Propaganda Nacional, na categoria "Poema". O folheto "O Interregno", publicado em 1928, e constituído por uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente. Há que rever tudo isso e talvez repudiar muito.

Educação: Em virtude de, falecido seu pai em 1893, sua mãe ter casado, em 1895, em segundas núpcias com o Comandante João Miguel Rosa, Cônsul de Portugal em Durban, foi ali educado. Ganhou o prêmio Rainha Vitória de estilo inglês na Universidade do Cabo da Boa Esperança em 1903, no exame de admissão, aos 15 anos.

Ideologia Política: Considera que o sistema monárquico seria o mais próprio para uma nação organicamente imperial como é Portugal. Considera, ao mesmo tempo, a Monarquia completamente inviável em Portugal. Por isso, a haver um plebiscito entre regimes, votaria, embora com pena, pela República. Conservador de estilo inglês, isto é, liberdade dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reaccionário.

Posição religiosa: Cristão gnóstico e, portanto, inteiramente oposto a todas as Igrejas organizadas, e sobretudo à Igreja de Roma. Fiel, por motivos que mais adiante estão implícitos, à Tradição Secreta do Cristianismo, que tem íntimas relações com a Tradição Secreta em Israel (a

Santa Kabbalah) e com a essência oculta da Maçonaria.

Posição iniciática: Iniciado, por comunicação directa de Mestre a discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal.

Posição patriótica: Partidário de um nacionalismo místico, de onde seja abolida toda a infiltração católico-romana, criando-se, se possível for, um sebastianismo novo, que a substitua espiritualmente, se é que no catolicismo português houve alguma vez espiritualidade Nacionalista que se guia por este lema: "Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação".

Posição social: Anticomunista e anti-socialista. O mais deduz-se do que vai acima.

Resumo de estas últimas considerações: Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, Grão-Mestre dos Templários, e combater, sempre e em toda a parte, os seus três assassinos — a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania.

Lisboa, 30 de Março de 1935.



*Fernando Pessoa*, xilogravura do artista plástico e ilustrador Valdério Costa (2017)



# ID entidades

[www.revistaidentidades.com.br](http://www.revistaidentidades.com.br)